

**CONFERÊNCIAS E
DELIBERAÇÕES DO
35º
ENCONTRO NACIONAL
CFESS/GRESS**



**Resistir à barbárie: afirmando o Projeto
Ético-Político no contexto das lutas
sociais no Brasil e na América Latina**

**07 a 10 de Setembro de 2008
Vitória - ES**

**Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Brasília - DF
2009**

**CONFERÊNCIAS E
DELIBERAÇÕES DO
35º
ENCONTRO NACIONAL
CFESS/CRESS**



**Resistir à barbárie: afirmando o projeto
ético-político no contexto das lutas sociais
no Brasil e na América Latina**

**07 a 10 de Setembro de 2008
Vitória - ES**

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Brasília - DF
2009

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS

Gestão – 2008-2011

“Atitude Crítica para Avançar na Luta”

Presidente: Ivanete Salete Boschetti

Vice-presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro

1ª Secretária: Tânia Maria Ramos de Godói Diniz

2ª Secretária: Neile d’Oran Pinheiro

1ª Tesoureira: Rosa Helena Stein

2ª Tesoureira: Telma Ferraz da Silva

Conselho Fiscal

Silvana Mara de Moraes dos Santos, Pedro Alves Fernandes, Kátia Regina Madeira

Suplentes

Edval Bernardino Campos, Rodriane de Oliveira Souza, Marinete Cordeiro Moreira, Kênia Augusta Figueiredo, Marcelo Sitcovsky Santos Pereira, Maria Elisa dos Santos Braga, Maria Bernadette de Moraes Medeiros, Marylucia Palmeira Mesquita

Organização da publicação: Conselheira Silvana Mara Moraes dos Santos

Assessoria de Comunicação: Bruno Costa e Silva

Projeto gráfico: Márcia Carnaval e Marcelo Villodres Dias

Capa: Marcelo Villodres Dias (a partir da arte de Daisy Alexandra Rabelo Burns Muzzi para o 35º Encontro Nacional CFESS/ CRESS)

Diagramação: Marcelo Villodres Dias

Impressão: Gráfica e Editora Renascer

Brasília, setembro de 2009

Tiragem: 1000

O 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS foi organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (Gestão 2005-2008) e pelo CRESS 17ª Região/ES, nos dias 07 a 10 de setembro de 2006

Comissão Organizadora

CFESS: Ana Cristina Muricy de Abreu, Maria Helena de Souza Tavares, Silvana Mara Moraes dos Santos, Simone de Almeida, Rosa Helena Stein

CRESS-17ª./ ES: Aurelina Neto de Jesus, Eliana Moreira Nunes, Gessimara Souza, Jeane Andréa Ferraz Silva, Luzia do Nascimento Silva, Renata Maria Sales Madureira.

Gestão do CFESS 2005-2008: Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia

Presidente: Elisabete Borgianni

Vice-presidente: Ivanete Salete Boschetti

1ª Secretária: Simone de Almeida

2ª Secretária: Jucimeri Isolda Silveira

1ª Tesoureira: Ruth Ribeiro Bittencourt

2ª Tesoureira: Rosa Helena Stein

Conselho Fiscal: Ana Cristina Muricy de Abreu, Joaquina Barata Teixeira, Silvana Mara Moraes dos Santos

Suplentes: Ronaldo José Sena Camargos, Juliane Feix Peruzzo, Laura Maria Pedrosa de Almeida, Marcelo Braz Moraes dos Reis, Neile D’Oran Pinheiro, Tânia Maria Ramos de Godói Diniz, Rosanilce Pinto Ribeiro, Maria Helena de Souza Tavares e Eutália Barbosa Rodrigues.

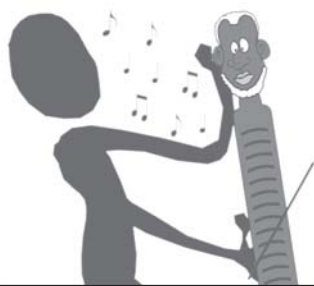
Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

SCS Qd.02 – Edifício Serra Dourada – Salas:312/317

Brasília – DF CEP: 70300-902

Tel.: (61) 3223-1652 • **Fax:** (61) 3223-2420

Home-page: <http://www.cfess.org.br> • **E-mail:** cfess@cfess.org.br ou cfess@persocom.com.br



CONFERÊNCIAS E DELIBERAÇÕES DO 35º ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS

Resistir à barbárie: afirmando o projeto
ético-político no contexto das lutas sociais
no Brasil e na América Latina



SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO

9 PROGRAMAÇÃO

MENSAGENS DE ABERTURA

- 13 CRESS 17ª Região/ES – Renata Maria Sales Madureira
15 ENESSO – Fabiano dos Santos
17 ABEPSS – Maria Inês de Souza Bravo
19 CFESS – Elisabete Borgianni

CONFERÊNCIAS

Resistir à barbárie:

afirmando o Projeto Ético-Político no contexto das lutas sociais no Brasil e na América Latina.

- 25 Profº Dr. Marildo Manegat (UFRJ)
39 Elisabete Borgianni (Conselheira Presidente do CFESS)

Conselhos de Políticas e de Direitos:

potencialidades de transformação social

- Wanderlino Nogueira (Procurador de Justiça aposentado do Ministério Público da Bahia)
47 Profª Drª Maria Inês Souza Bravo (UERJ)
53 Profª Drª Ivanete Boschetti (UnB e vice-presidente do CFESS)

A ofensiva conservadora na formação profissional:
desafios ético-políticos e construção de uma agenda
comum de enfrentamento pelas entidades da categoria

- 67 Prof^ª Dr^ª Juliane Peruzzo - Coordenadora da Comissão
de Formação Profissional do CFESS
- 75 Fabiano Santos - Coordenador Geral da ENESSO
- 79 Prof^ª Dr^ª Maria Inês Souza Bravo - ABEPSS
- 85 Contribuições do Conjunto CFESS/GRESS para a Proposta
de Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do
SUAS - NOB/RH/SUAS. (Documento Aprovado no 35^º Encontro
Nacional CFESS/GRESS, ocorrido em Vitória/ES, nos dias 7 a 10
de setembro de 2006)

Assistente social na luta contra o preconceito:

Campanha pela Livre Expressão e Orientação Sexual

- 95 Prof^ª Dr^ª Silvana Mara de Moraes dos Santos (UFRN/
Coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos
do CFESS)
- 111 AS Marylucia Mesquita (Mestre em Serviço Social,
Coordenadora Geral do Instituto em Defesa da Diversida-
de Afetivo-Sexual – Instituto Divas e Assistente Social)

DELIBERAÇÕES

- 132 Fiscalização
- 133 Ética e Direitos humanos
- 134 Formação Profissional
- 136 Seguridade Social
- 141 Gestão Administrativo-Financeira
- 142 Comunicação
- 144 Relações Internacionais

ANEXOS

- 149 Carta de Vitória
- 151 Carta aos candidatos a Presidente do Brasil
- 155 Moções



Apresentação

Ivanete Boschetti - Conselheira Presidente
Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta - 2008-2011

Apresentamos com esta publicação os anais do 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado na cidade de Vitória/ES, no período de 07 a 10 de setembro de 2006. O evento teve como tema central **"Resistir à barbárie: afirmando o projeto ético-político no contexto das lutas sociais no Brasil e na América Latina"**.

O tema central do evento indica a direção teórico-ético-política assumida pelo conjunto CFESS-CRESS naquela conjuntura frente aos desafios e à definição de estratégias na elaboração da sua agenda política para o ano de 2007. A conferência de abertura abordou o tema central do evento que ao refletir sobre a barbárie, traz a força analítica das determinações mais profundas da sociabilidade do capital que incidem nas complexas relações entre Estado e Sociedade e sobre a profissão de Serviço Social. O debate sobre a reprodução permanente da desigualdade social no âmbito da sociedade capitalista e as possibilidades quanto à elaboração de estratégias de resistência deu o tom da conferência que abriu o encontro.

Além da temática central, três temas ganharam destaque. O 35º Encontro Nacional CFESS-CRESS foi realizado em 2006, depois de 18 anos da aprovação da constituição de 1988. Assim, foi amplamente debatido o potencial político e a direção social dos Conselhos de Políticas e de Direitos na luta contra-hegemônica e a participação do conjunto CFESS-CRESS nestes espaços. Tema polêmico e instigante resultou no entendimento quanto à necessidade histórica de compreender os conselhos como uma mediação necessária e importante para a socialização da política.

A ofensiva conservadora na formação profissional e os desafios ético-políticos na construção de uma agenda comum de enfrentamento pelas entidades da categoria sintetiza outro tema bastante debatido no encontro.



As três entidades nacionais da categoria (ENESSO, ABEPSS e CFESS) analisaram no contexto das reformas neoliberais os processos de desregulamentação da vida social e das profissões. O desafio consistiu em fortalecer o projeto ético-político do Serviço Social por meio da ação política conjunta das entidades na defesa dos direitos e da formação e do exercício profissional com qualidade.

A outra temática discutida refere-se ao conteúdo da campanha nacional lançada pelo conjunto CFESS-CRESS para a gestão 2005-2008. Com o tema "Assistente social na luta contra o preconceito: Campanha pela Livre Expressão e Orientação Sexual", a mesa dedicou-se a análise das formas de opressão por orientação sexual na sociedade e a identificação dos desafios postos ao Serviço Social brasileiro no enfrentamento dessa luta.

As reflexões nos chamam atenção sobre a longa e tortuosa trajetória para assegurar direitos às pessoas com orientação sexual não heterossexual no Brasil. Neste contexto, as profissões e, em particular o Serviço Social, tem uma contribuição relevante. Trata-se de objetivar na vida cotidiana princípios do Código de Ética profissional, o compromisso com a liberdade e a defesa intransigente dos direitos humanos.

O Encontro Nacional CFESS/CRESS é um fórum anual, que tem caráter regimental e deliberativo, estabelecido no Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, configurando-se como um momento político de construção coletiva da agenda anual do Conjunto, constituindo-se, também, espaço relevante de capacitação de natureza técnica e ético-política. A partir das conferências e considerando as demandas e os grandes desafios ao Serviço Social são discutidos e deliberados os assuntos referentes às questões que estruturam, hoje, as ações do Conjunto nas áreas da: Política Nacional de Fiscalização, Ética e Direitos Humanos, Segurança Social, Política de Comunicação, Gestão Administrativo-financeira, Formação profissional e Relações internacionais.

Participaram do 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS 138 delegadas(os), 31 observadoras(es), 13 convidadas(os) e 5 palestrantes, totalizando 187 participantes. Para essa publicação, as palestras foram transcritas e revisadas pelas(os) autoras(es). Infelizmente não apresentaremos todas as palestras, pois algumas, embora gravadas ficaram inaudíveis, não sendo possível o resgate nem por seus(suas) autores(as) nem pelo CFESS. No entanto, socializamos a maioria das palestras que permitem apreender as principais questões analisadas no evento, num convite incansante à categoria profissional ao debate crítico e criativo.

Esperamos que os temas e reflexões aqui registrados contribuam para a preservação da memória histórica da organização política do Serviço Social brasileiro, bem como sirvam de elementos reflexivos diante dos desafios contemporâneos.

PROGRAMAÇÃO



DIA 07/09/2006 – QUINTA-FEIRA

9h00 às 18h00 – Credenciamento

18h30 – Leitura e Aprovação do Regimento Interno -
CFESS e CRESS/AM

19h00 – Abertura: CFESS - CRESS/ES - ABEPSS - ENESSO

Chamada das Delegações

20h00 – Conferência de Abertura

“Resistir à barbárie:
afirmando o Projeto Ético-Político no contexto
das lutas sociais no Brasil e na América Latina”.

Conferencistas:

Profº Drº Marildo Manegat (UFRJ)

Elisabete Borgianni (Conselheira Presidente do
CFESS)

21h00 – Debate

22h00 – Coquetel Musical e atividade cultural

DIA 08/09/2006 – SEXTA-FEIRA

9h00 – Conferência

“Conselhos de Políticas e de Direitos:
potencialidades de transformação social”

Conferencistas:

Wanderlino Nogueira (Procurador de Justiça
aposentado do Ministério Público da Bahia)

Profª Drª Maria Inês Souza Bravo (UERJ)

Profª Drª Ivanete Boschetti (UnB e vice-
presidente do CFESS)

11h00 – Debate

15h00 – Sessões Temáticas (Grupos de Trabalho)

Grupo 1 Administrativo-Financeiro

Grupo 2 Comunicação

Grupo 3 Relações Internacionais

16h30 – Continuação Sessões Temáticas (Grupos de Trabalho)

19h30 – Plenária de Deliberações – Código Eleitoral

Simone de Almeida – CFESS

Elisabete Borgianni – CFESS

Ronaldo José Sena Camargo – CFESS

Sylvia Terra – Assessora Jurídica – CFESS

09/09/ 2006 - SÁBADO

9h00 – Conferência:

“A ofensiva conservadora na formação
profissional: desafios ético-políticos e construção
de uma agenda comum de enfrentamento pelas
entidades da categoria”

Conferencistas:

Profª Drª Juliane Peruzzo - Coordenadora da

Comissão de Formação Profissional do CFESS

Fabiano Santos - Coordenador Geral da ENESSO

Profª Drª Maria Inês Souza Bravo – ABEPSS

11h00 – Debate

NOB/RH da Assistência Social

Eutália Barbosa Rodrigues – CFESS

Ivanete Salete Boschetti – CFESS

Jucimere Silveira - CFESS

- 14h00 – Sessões Temáticas (Grupos de Trabalho)
Grupo 4 Fiscalização Profissional/Formação
Profissional
Grupo 5 Seguridade Social
Grupo 6 Ética/Direitos Humanos

16h30 – Continuação Sessões Temáticas (Grupos de Trabalho)

10/09/ 2006 - DOMINGO

- 9h00 – Conferência
"Assistente social na luta contra o preconceito:
Campanha pela Livre Expressão e Orientação Sexual"

Conferencistas:

- Profª Drª Silvana Mara de Moraes dos Santos
(UFRN/Coordenadora da Comissão de Ética e
Direitos Humanos do CFESS)
AS Marylucia Mesquita (Mestre em Serviço Social
e Membro do Instituto em Defesa da Diversidade
Afetivo-Sexual – Instituto Divas e Assistente
Social)

- 12h00 – Plenária de Deliberações
14h00 – Continuação da Plenária de Deliberações
18h30 – Sessão de Encerramento
CRESS-ES/ CFESS
-



MENSAGEM DE ABERTURA

Renata Maria Sales Madureira

Conselheira – Presidente em exercício do CRESS 17ª Região – ES

Muito boa noite a todos os presentes... É com imensa satisfação que o CRESS 17ª Região recebe todos os participantes desse 35º Encontro. Espero que essa acolhida, esse calor da apresentação das delegações, permaneça ao longo deste encontro, e que possamos sair daqui, ao término desses dias, com bastante gás para mais uma temporada do exercício da nossa profissão.

O CRESS 17ª Região sente-se extremamente honrado em sediar este evento, que acontece num momento muito importante para os profissionais do Serviço Social. Momento em que o conjunto CFESS/CRESS vem definir a sua agenda, as suas diretrizes para os próximos doze meses.

A realização deste evento aqui na cidade de Vitória é fruto de um movimento crescente de reorganização política deste regional, que teve seu início nas duas últimas gestões, e que acreditamos ter sido um marco na impressão das ações deste CRESS. Essa condução tem promovido a aproximação com a categoria, e fortalecido a imagem do CRESS como um espaço de referência profissional.

Nesse sentido, entendemos que a realização desse encontro em Vitória é fundamental para a visibilidade do CRESS, tanto perante a sociedade capixaba, quanto no sentido de reforçar esta imagem junto à categoria, especialmente nesses 70 anos do Serviço Social no Brasil e 55 anos do Serviço Social no Espírito Santo.

É importante destacar, também, que nos últimos seis anos o Estado vem mudando significativamente o seu cenário. Durante vários anos, nós tivemos apenas uma escola de formação de Serviço Social. Hoje já são 5 escolas. Isso foi um impacto significativo, que estimula e requer

uma ampliação do debate realizado pelo CRESS, e também posicionamentos com relação ao aumento das demandas.

A gestão “Tocando em Frente, Fortalecendo o Compromisso” tem se empenhado ao máximo na ampliação e democratização do espaço do CRESS através da abertura dos núcleos no interior do Estado (Nuress), frutos da ampliação das demandas; da ativação das comissões temáticas que têm trabalhado intensamente; da ativação do Fórum Estadual de supervisores de estágios, junto com as instituições de ensino; da criação de um site para aumentar e estreitar esses canais com a categoria.

Temos certeza que ainda há muito para se fazer, no sentido de reorganizar e dar uma cara nova ao assistente social no Espírito Santo. Mas estamos nessa jornada, construindo nossa história.

E essa nossa história é inspirada em Eduardo Galeano, quando ele diz “nós somos o que fazemos, e, sobretudo, aquilo que fazemos para mudar o que somos”.

Nossa vontade de prosseguir na luta e na ação é que fortalece o posicionamento do nosso projeto ético-político. Estamos aqui nesse feriado porque acreditamos numa causa que nos mobiliza para uma análise de conjuntura, a partir das várias propostas que vieram do Brasil inteiro, no sentido de contribuir com o fortalecimento dessa sociedade.

Nós do CRESS 17ª Região entendemos que esse encontro é muito significativo também na história do nosso Conselho. Gostaria de registrar a ausência da presidente Jeane Ferraz. Ela é uma pessoa, que foi a maior precursora dessa gestão. Ela não pôde estar aqui hoje. Ela teve um bebê que está fazendo três meses hoje, é o primeiro dia que ele foi para casa depois de ter saído de uma UTI. Por isso a emoção quando falo dela, mesmo no hospital, ela tentava acompanhar o processo de construção deste Encontro.

Jeane nos enviou uma carta onde dizia que não podíamos parar por conta de sua ausência. E a realização deste Encontro Nacional aqui em Vitória tem muito da força dela. No ano passado ela esteve em Manaus, foi uma das pessoas que defendeu a candidatura de Vitória, porque ela acreditava nesse grupo que está aqui, acreditava no potencial que nós tínhamos, embora a gente dissesse: Jeane, você é doida! Ela tinha razão. Sinto isso agora que estamos aqui, embora as várias dificuldades ao longo do processo.

O CRESS 17ª Região deseja que na graça do Espírito Santo, esse encontro seja marcado com vitórias para o conjunto CFESS/CRESS e que possa ser sinônimo de muita alegria, de muitos avanços e de muitas conquistas. Obrigada.



MENSAGEM DE ABERTURA

Fabiano Santos

Coordenador Geral da ENESSO

Boa noite a todos e todas aqui presentes. Eu gostaria de agradecer o convite feito à Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, para estar participando do Encontro, porque consideramos importante esse contato entre as entidades da categoria, principalmente nessa conjuntura da hegemonia neoliberal que a gente atravessa desde o início dos anos 90.

Esperamos que as deliberações aqui tiradas sejam no sentido de fortalecer cada vez mais essa intervenção das três entidades, para que a gente possa seguir juntos, cada vez mais, afirmando essa necessidade da categoria estar unificada, para que a gente possa enfrentar todas essas questões postas.

Nesse momento, queria pedir licença para prestar uma homenagem a um companheiro do movimento estudantil, o Joel. Ele esteve aqui no Espírito Santo na segunda feira e nesse dia mesmo esse companheiro falece num acidente de carro. Ele foi coordenador Geral da ENESSO na gestão 2002/2003, a gestão, "Na luta e na ação eu quero é mais transformação". E foi justamente em 2003 que eu conheci esse companheiro num Fórum da UNE. Atualmente ele estava sendo professor universitário e seria empossado na prefeitura de Montes Claros em Minas Gerais. A ENESSO presta solidariedade ao companheiro e a esposa dele¹ ...

A presidente do CFESS, Elisabete Borgianni toma a palavra e se dirige a Fabiano e aos participantes do evento nos seguintes termos² :

¹ Fabiano se emocionou ao falar do falecimento do companheiro do movimento estudantil e não teve condições emocionais de concluir sua fala. (N. do E.).

² (N. do E.).

Fabiano, nós que conhecemos o Joel estamos extremamente emocionados e sabemos que essa morte talvez faça parte de toda essa precarização que nós estamos vivendo. Um jovem professor que dar aula em várias unidades; fez mestrado à noite e entra na estatística de risco fantástica desse país...

Eu tenho certeza de que com a alegria que ele tinha, com a força que tinha e de tudo que ele construiu com vocês, ele é mais uma estrela agora que está brilhando para nós, e que vai estar aqui, junto conosco nesses projetos que vamos construir, que você também, vai construir...



MENSAGEM DE ABERTURA

Maria Inês Souza Bravo

Representante da ABEPSS

Boa noite a todas e a todos! Gostaria de saudar os presentes no 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS e ressaltar a importância que o conjunto CFESS/CRESS tem tido na afirmação do projeto ético-político, construído pelos assistentes sociais brasileiros nesses últimos 30 anos.

A atual conjuntura nacional, latino-americana e internacional tem êxito dos assistentes sociais brasileiros e das suas entidades representativas uma ação efetiva na emancipação política e na emancipação humana, na resistência articulada contra o avanço do neoliberalismo e da barbárie. O tema central deste evento é fundamental para adensar esta resistência.

A ABEPSS e o CFESS estiveram presentes no Seminário Internacional de Escolas de Serviço Social, que ocorreu em Santiago do Chile, na semana retrasada e pudemos verificar a hegemonia do pensamento conservador e a influência da pós-modernidade no trato à questão social. O serviço social brasileiro tem uma grande responsabilidade, no avanço do aprofundamento teórico e na elaboração de estratégias para a viabilização de um mundo sem desigualdades, ou seja, para a conquista da democracia econômica, social e política.

Esta responsabilidade está ampliada na realização, do congresso internacional da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais que se realizará em 2008, em Salvador, Brasil e que o CFESS será o sujeito político fundamental.

Temos também desafios de viabilizar uma entidade de ensino e pesquisa a **(ALAEITS)**, que foi fundada no Chile agora, e que terá como tarefa, avançar no legado da ALAETS – Associação Latino-Americana de Trabalho Social, que foi tão importante, para a reconceituação do Serviço Social Latino-Americano. A executiva desta entidade está no Brasil sob

a presidência de Ana Elizabete Mota e com a participação de Beatriz Abramides, Carlos Montañó e como suplentes Elaine Behring, Serafim Fortes Paz e eu. Como representante do Brasil no colegiado está Josefa Batista Lopes.

Os desafios nacionais, latino-americanos e internacionais exigem uma efetiva articulação entre as entidades da categoria. Este momento é fundamental para que possamos elaborar uma agenda de lutas comum, entre o exercício e a formação profissional.

É com muita tristeza que recebemos a notícia do falecimento de um jovem professor em decorrência da precarização do ensino superior deste país que obriga os nossos colegas a condições de trabalho muito adversas.

Para finalizar, gostaria que nós pudéssemos sair desse encontro mais fortalecidos e com a construção de alguns elementos importantes para a nossa agenda política e que possamos continuar resistindo, mas sem perder a ternura.

É muito bom participar dos encontros CFESS/CRESS, pois encontramos antigos companheiros como Joaquina Barata, Marlise Vinagre, Lea Braga e Elaine Behring que foram presidentes desta entidade e que estão aqui, continuando a construí-la e lutando para o fortalecimento do nosso projeto profissional.

Muito obrigada!



MENSAGEM DE ABERTURA

Elisabete Borgianni

Conselheira – Presidente do CFESS

Na pessoa do Fabiano, quero cumprimentar todos os estudantes de Serviço Social do Brasil e da América Latina... Na pessoa da assistente social Lea Braga, quero cumprimentar, todos os assistentes sociais do Brasil e da América Latina. Cumprimento, também, os componentes da mesa, a companheira Renata, Conselheira Presidente em exercício (em exercício mesmo!) do CRESS 17ª Região, Espírito Santo e também, cumprimentar na sua pessoa, todos os membros da Diretoria, dessa valorosa Diretoria, que tanto vem se dedicando na organização desse evento, há tantos meses, com muitas preocupações, mas com grande sucesso...

Quero, também, cumprimentar a queridíssima Inês Bravo, nossa companheira de tantas lutas, representante da ABEPSS. Devo dizer a vocês que a Professora Ana Elizabete Mota, nos ligou hoje, querendo deixar uma mensagem de feliz evento a todos, e desculpando-se por não poder estar presente, porque está com uma pessoa da família muito doente.

Mas a Beth Mota deixou uma mensagem aqui, muito profunda, nessa direção, que a Inês já apresentou, de articulação das nossas lutas e dos nossos trabalhos...

Aproveito, também, para cumprimentar a Conselheira Cris³ e a querida Aurelina, por todo esse trabalho na comissão organizadora, que vocês desempenham com tanta leveza, com tanta beleza e com tanta alegria (nunca tem cara feia...está sempre assim! Pode estar tudo errado, mas está sempre assim!).

³ Refere-se à conselheira do CFESS, Ana Cristina Muricy de Abreu e à conselheira do CRESS/ES Aurelina Neto de Jesus, coordenadoras da comissão organizadora do 35º encontro nacional CFESS-CRESS. (N. do E.).

E, em nome de todos os conselheiros e conselheiras do CFESS que estão aqui (peço que se levantem)... E em nome de todos os nossos companheiros, dizer da nossa alegria, de partilhar aqui com vocês todos, membros das direções dos CRESS, assistentes sociais de base da categoria, nossos assessores, nossos convidados... Partilhar esse momento tão importante de decisões e de exercício da mais plena democracia, construída em nosso conjunto CFESS/CRESS.

De fato, o Encontro Nacional CFESS/CRESS, é um espaço ímpar, dentro da organização mais geral dos trabalhadores brasileiros. Pois revela a capacidade de organização dos assistentes sociais e revela a nossa convicção, de que é possível construir novas agendas e compromissos, sempre de forma colegiada e transparente; com eficiência e compromisso político com aqueles que também desejam uma real transformação da nossa sociedade.

É muito bonito, é muito bom, ver essa diversidade de sotaques, de cultura, de danças, de expressões regionais. E todos aqui buscando uma unidade em nossas ações e compromissos.

Vamos trabalhar muito até domingo! Tenho certeza, de que daremos mais um grande passo nessa nossa unidade e nessa capacidade de darmos e criarmos respostas a questões tão complexas, tão difíceis, com as quais lidamos no dia-a-dia da nossa profissão, no dia-a-dia da direção das nossas entidades.

Temos a honra de contar aqui com analistas da maior importância no cenário acadêmico-profissional hoje, como o professor Marildo Menegat, a professora Inês Bravo, o respeitadíssimo Doutor Wanderlino Nogueira, que é referência nacional e internacional, nos estudos sobre os direitos da infância, a querida Marylucia Mesquita (coordenadora do Instituto DIVAS) e também referência na luta por direitos e contra o preconceito nesse país.

Teremos a participação inestimável da ABEPSS e da ENESSO, nas discussões que dizem respeito, não só ao exercício profissional, mas ao ensino, o que hoje nos preocupa, muito, a todos.

O CFESS, Inês⁴, reafirma sua convicção de que essa articulação entre as entidades da nossa categoria é fundamental para a garantia das nossas conquistas históricas e para que possamos avançar ainda mais nessa conjuntura tão difícil.

O CFESS também se preparou para debater e apontar alguns caminhos nas mesas de hoje (no caso sou eu com o professor Marildo). E amanhã estamos trazendo as nossas contribuições com as Conselheiras Professoras Ivanete Boschetti, Juliane Peruzzo e Silvana Mara. Todas se prepararam com muito carinho, com muita competência, para cada uma das reflexões de fundo que aqui vão ser feitas e são de enorme responsabilidade, para todos nós.

⁴ Referindo-se à Profa Dra Inês Bravo, representante da ABEPSS. (N. do E.).

Não poderia deixar de destacar, toda a dedicação da comissão organizadora, que vem trabalhando há meses, para que esse encontro seja coberto de êxito, para que todos nós tenhamos conforto e estejamos atendidos nas nossas necessidades aqui. Fica o nosso agradecimento antecipado, pois sabemos que dá trabalho. Mas o que vocês criaram aqui dá vontade de na Conferência Mundial de Salvador em 2008, fazermos desse jeito, para o mundo assistir a isso e ver que a gente faz, que a gente dança, que a gente chora e que a gente discute a barbárie, depois de dançar. E enfrenta a barbárie desse jeito forte e bonito.

Desejo, então, que todos possam externar aqui, suas idéias e suas convicções, com a mais absoluta liberdade e assim possamos construir juntos, a direção das nossas ações, para mais um ano de trabalho nesse Conjunto, a partir da avaliação que faremos com o que conseguimos realizar, ou não em 2005 e parte de 2006.

Então formalmente, declaro aberto o 35º Encontro Nacional CFESS/ CRESS, nessa bonita capital do Espírito Santo, confiante de que as forças da natureza contribuirão, para que o tempo melhore e que o sol brilhe para os nossos horizontes.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

**Resistir à barbárie:
afirmando o Projeto Ético-Político no contexto
das lutas sociais no Brasil e na América Latina**

Palestra do Profº Dr. Marildo Manegat
Palestra de Elisabete Borgianni



PALESTRA

Marildo Menegat

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

As formas da barbárie

Começo por agradecer ao convite do CFESS. É um prazer estar aqui neste evento, que para mim é uma novidade, não no que se refere ao debate da categoria, com o qual convivo diariamente por trabalhar na Escola de Serviço Social da UFRJ, mas no debate da sua organização, com a qual eu não havia jamais me encontrado.

Conforme me foi proposto, meu objetivo é apresentar aqui uma caracterização do que tenho conceituado como um tempo de barbárie, assim como discutir um pouco o que ocorre nessa época com a subjetividade política, que tipos de deslocamentos, de deslizamentos, ocorrem com ela.

Antes de tudo, é preciso chamar a atenção para duas características básicas dessa época: primeiramente, o fato de que vivemos o que, no meu ponto de vista, é o auge do capitalismo, isto é, um tempo de plena maturidade do capital, e compreender isto implica conseqüências profundas. Esta idéia costuma aparecer para o conjunto da esquerda, seja enquanto pensamento seja enquanto organização, de forma ambígua, sendo por isso importante precisá-la.

Em segundo lugar, o fato de o capitalismo estar no seu auge significa que existe uma lei estrutural, que é a forma pela qual se organiza a sociedade burguesa, que domina todas as formas de vida social no planeta. Em outros termos, o capitalismo maduro consiste na lei do valor como forma de organização da realidade de praticamente todos os seres humanos. As exceções só confirmam a regra. Hoje, a lei do valor é a forma, a medida, a ótica pela qual bilhões de pessoas olham para a realidade no seu cotidiano. Não encontrarmos mais formações pré-capitalistas, ou

mesmo pós-capitalistas. Portanto, o triunfo do capitalismo é também o triunfo pleno deste modo de ser da vida social. Nos tempos atuais, a reificação das relações humanas é quase absoluta – no sentido de que o domínio das coisas sobre os seres humanos coloniza a vida contemporânea, sendo este o fundamento do dia a dia da imensa maioria da humanidade.

Ao se tornar plena mundialmente, a forma sistêmica de sociedade fundada na acumulação de capital também toma conta de todas as nossas relações: seja com a natureza, com outros seres humanos, ou com a nossa própria natureza. Se isso está certo, então o capitalismo não é apenas uma realidade planetária, em termos espaciais, mas também uma realidade que nos ocupa subjetivamente, quase na totalidade do tempo. Portanto, falar em maturidade do capitalismo exige observar esses dois aspectos como determinações concretas, que estão postas diante de nós – somos efetivamente tomados por elas.

Uma vez que a lógica do capital é esta realidade absoluta para milhões de seres humanos, ela representa igualmente um avassalador domínio sobre a natureza. Nunca na história da humanidade a natureza foi tão – digamos assim – transformada num artefato, nunca foi objeto da ação humana de modo tão cabal, pois não há praticamente nenhum território do planeta, hoje entendido como “natureza”, que não seja manipulado, dominado, usado pela indústria. O planeta se tornou, na verdade, um grande reservatório dessa capacidade produtiva, que é o capitalismo na sua fase tardia. Isto, infelizmente, traduz não apenas um necessário domínio do homem sobre a natureza, na forma de indústria, mas também, um grotesco processo de destruição de recursos naturais e até mesmo humanos.

Junto a tal aspecto – além de se ter este assustador domínio sobre a natureza, a ponto de torná-la um mero objeto, passível de ser destruído –, constata-se que a maior parte da humanidade vive atualmente em espaços urbanos, vive em cidades, e uma parte muito significativa habita as megalópoles. Trata-se de cidades de dimensões sem notícias na história. Cidades que congregam num território contínuo em torno de cem milhões de pessoas. São grandes concentrações de massas humanas.

Portanto, falar nesse apogeu da sociedade burguesa, que chegou ao seu zênite, ao calor abrasador do sol do meio-dia, é também falar dos seus limites, porque o auge é o ponto máximo, depois do qual inicia seu declínio. Se isto que vemos é o sistema capitalista na sua plena apresentação, então é hora de se pensar seriamente nos diversos limites que começam a se apresentar. Existem aspectos na decadência deste modo de produção que já começamos a vivenciar como abalos cotidianos, logo, que já se apresentam como parte das limitações, como por exemplo, os inumeráveis acidentes de automóvel (para ficarmos no trivial), ou a morte violenta por causas externas de milhares de milhares de jovens

que ocorre anualmente nas grandes metrópoles. Assim, tratar dos limites do capitalismo consiste justamente em lidar com o que já se vê e se vive: as agonias diárias de um processo de decadência.

Há dois limites lógicos à acumulação de capital muito importantes a destacar, um interno e outro externo, e ambos se fazem ver intensamente. No que concerne ao limite interno, o que caracteriza o auge do capitalismo no nosso tempo é uma grande transformação das forças produtivas, que levou a sua lógica a uma contradição insolúvel. A nossa época é marcada pela terceira revolução tecno-científica, decorrendo em uma impressionante transformação no processo de produção. Essa avassaladora metamorfose em curso no mundo da produção coloca, também, a possibilidade da crise do sistema. Tal renovação tem se caracterizado, entre outras mudanças, pela utilização de três novas tecnologias:

- a) a micro-eletrônica, cujo uso intenso no processo de produção permitiu que houvesse a substituição massiva do trabalho humano, da mão do trabalhador, por máquinas. A substituição dessas massas de indivíduos por robôs tende a afetar o processo de valorização do capital;
- b) novas matérias primas sintéticas, sobretudo a utilização em larga escala da nafta e do plástico, que são produtos do petróleo, substituindo matérias-primas naturais, que antes eram muito importantes;
- c) as novas fontes de energia, uma vez que o limite energético levou ao uso em escala industrial da energia nuclear. Muitos países como os Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, só conseguiram manter o seu crescimento econômico graças, justamente, à energia nuclear.

Assim, essa renovação tecnológica, como um estágio de mudança do processo produtivo, altera a lógica interna do capitalismo, e sua consequência básica está na mudança da composição orgânica do capital. Sendo a composição orgânica do capital, como diz Marx, formada por capital constante e capital variável, esta relação se desequilibra com a renovação tecnológica, posto que o peso do capital constante se torna muito maior do que o peso do capital variável. Mas, na lógica do capital, é justamente o capital variável que permite o processo de acúmulo e de extração de mais-valia. Na medida em que o capital variável, ou seja, a força de trabalho vai diminuindo abruptamente, se dá, também, uma forte tendência a diminuição do processo de acumulação de capital. Este é um limite do processo de extração de mais-valia, um limite interno à lógica de valorização do capital, que não tem volta, dado a atual base tecnológica. Cada processo, cada novo círculo do capital hoje, não inclui força de trabalho, mas retira.

Retirar a força de trabalho do mundo da produção pode ser um bom negócio para o capitalista individual, particular, mas é um péssimo negócio

para o capital total. Este vive em função do acúmulo de mais trabalho. O capitalista individual sai ganhando porque na economia de força de trabalho se dá um dos principais elementos da concorrência com os outros. No entanto, nessa economia ele ganha justamente daqueles que são retardatários de um processo de renovação tecnológica. Mas quando começa a se equilibrar o processo de concorrência, todos perdem, o capital perde, porque passa a acumular menos, a ter problemas muito concretos para seguir o processo que é a sua finalidade. Isso tem se tornado fato!

Alguém pode perguntar se isso já não ocorreu na história do capitalismo antes – sim, já ocorreu, quando o capitalismo viveu outras renovações tecnológicas quase tão profundas quanto a atual, configurando, por exemplo, a segunda revolução industrial, que foi um processo com algumas semelhanças com este. No final do século XIX foram muito importantes as então novas formas energéticas: a energia elétrica, o petróleo, novas matérias-primas, principalmente o aço, a siderurgia, e novas formas de organização da produção. Num primeiro momento, aquelas transformações tecnológicas levaram a um grande desemprego. Houve, porém, uma diferença naquela época, que hoje não se verifica: num primeiro momento, aquelas inovações tecnológicas do final do século XIX foram compensadas, isto é, apesar de ter expulsado uma quantidade imensa de trabalhadores, esta massa de força de trabalho pôde ser reabsorvida em virtude do surgimento de novos produtos. A inovação que produziu o motor elétrico, o motor a combustão, o aço, criou as condições para se produzir o automóvel e os eletrodomésticos. Como um todo, isso refletia um grande desenvolvimento econômico. Portanto, aqueles trabalhadores que foram expulsos da produção, porque ela se tornava mais dinâmica, porque havia ocorrido uma inovação no processo de trabalho, foram reabsorvidos por indústrias que produziram novos produtos.

Na atualidade, contudo, dentre esses trabalhadores que estão sendo jogados para fora do mercado de trabalho por causa da inovação do processo produtivo, só uma pequena parcela está sendo reabsorvida pela inovação de produtos e pelo setor de serviços. Os produtos da nossa época, típicos da terceira revolução técnico-científica são o computador, o celular – todos eles produtos eletrônicos. Mas a indústria do computador, a indústria do celular, por mais importantes que sejam hoje no mercado de consumo, não chegam aos pés do que foi a indústria automobilística, ou dos eletrodomésticos. E mais, as indústrias atuais recorrem ao tipo de processo produtivo que utiliza muito pouca mão-de-obra. O celular, por exemplo, é feito basicamente por máquinas e algumas mãos.

Portanto, no presente, a inovação tecnológica do processo de produção, junto com a inovação de produtos, é incapaz de reabsorver as massas de trabalhadores que foram jogados para fora do mercado de trabalho. Com isso, o capitalismo vai criando, em médio prazo, um processo insolúvel

de crise estrutural. A não ser que ele destrua suas bases tecnológicas, a crise está posta e o capital está dentro. Este é um limite interno do capital!

Limites de expansão do capital

Já vimos noutros momentos da história que as crises do capitalismo, do seu limite interno, encontraram saídas externas, com a criação e expansão de novos mercados. De fato, no final do século XIX e início do XX, a disputa por novos mercados de consumo teve grande importância. Todo o debate posto em relação às colônias por parte das grandes potências imperialistas, nada mais foi do que uma disputa desesperada em busca de novos mercados. Todavia, na atualidade, esses novos mercados de consumo, essas fronteiras, essas novas nações a serem incorporadas na circulação do capital, chegaram a um limite provavelmente incontornável. Os países do ex-bloco socialista eram as últimas fronteiras; e a China hoje é esta última fronteira sendo colonizada. O mundo está de tal modo interligado num sistema de produção de mercadorias, que já não existe um fora, e não há mais novos mercados a serem conquistados. Só resta ao capital hoje voltar sobre si mesmo, sobre o caminho já trilhado, destruindo-o, isto é, destruindo a si mesmo. Em parte é o que o capital faz no Oriente Médio, na África e na América Latina. Não havendo mais para onde ir, internamente, e não havendo mais pra onde se expandir, externamente, as fronteiras estão postas. Assim, pensar a atualidade presuppõe falar desse momento extremo a que o capitalismo chegou.

Já aprendemos com a história que essas situações, em que o capital encontra seus limites, fazem que se produzam contra-tendências, como formas de superar esses mesmos limites que são percebidos na acumulação. Poderia indicar, presentemente, algumas contra-tendências em andamento, entre diversas, que merecem ser observadas nas formas como se particularizam em suas tentativas de superar os problemas que aqui delimitamos: a primeira, que já é muito antiga, são as dívidas públicas e privadas. O endividamento é uma bola de neve que jamais poderá ter um fim, o que implica dizer que as dívidas são impagáveis, ou melhor, são feitas para não serem quitadas, mas pagas com a paciência com que Sísifo⁵ carregava sua pedra morro acima e voltava a carregar. Elas são um alimento vitaminado deste monstro insaciável que é a financeirização do capital.

⁵ Na mitologia grega, Sísifo foi condenado a rolar uma grande pedra de mármore com suas mãos até o cume de uma montanha, sendo que toda vez que ele estava próximo de alcançar o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo até o ponto de partida por meio de uma força irresistível. Assim, aquelas tarefas que envolvem esforços inúteis passaram a ser chamadas "Trabalho de Sísifo". (N. do E.).

Uma segunda contra-tendência é o processo de ampliação e intensificação da exploração da força de trabalho, chegando ao requinte regressivo da ampliação da mais valia absoluta. Essa super exploração da força de trabalho pode ser definida não apenas pela precarização das relações de trabalho, com a perda de direitos – e isso não é apenas um fenômeno que define o capitalismo na periferia, mas está também nos países centrais –, como pela reinvenção do trabalho escravo. Quem iria imaginar que a sociedade burguesa, que um dia se pretendeu uma crítica a barbárie dos antigos, usasse este expediente bárbaro para prolongar o seu prazo de validade! O trabalho escravo hoje é uma necessidade dessa lógica regressiva do capital, e ele se expande pelo mundo inteiro. Em São Paulo, capital econômica do Brasil, existe centenas de trabalhadores bolivianos escravizados. A China tem uma quantidade imensa de trabalhadores escravizados, a América Central idem, e inclusive nos Estados Unidos, forma acabada do que pode ser o máximo desenvolvimento desse tipo de sociedade. E não é uma característica das empresas com baixo nível tecnológico. Por exemplo, na agricultura, quem utiliza trabalho escravo são setores de ponta do agro-negócio. Porque é uma necessidade contra-tendencial: é importante se extrair o máximo de lucro possível de todas as atividades. Por isso, a super exploração e a volta ao trabalho escravo. Poderia avançar nestas modalidades de desmoroamento do trabalho, mas isso basta para indicar o que estou chamando de uma contra-tendência.

Um terceiro elemento contra-tendencial a queda da taxa de lucro, nesse momento em que se apresentam os limites do tempo histórico do capitalismo, é a exploração destrutiva da natureza (que eu já tinha me referido). Nesta perspectiva, se se pergunta por que os Estados Unidos não assinam o protocolo de Quioto, a resposta torna-se evidente. Assinar o protocolo de Quioto significa desviar dos ganhos da produção, para proteger a natureza, uma parte do lucro – que até é insignificante, pois o Protocolo não é uma iniciativa séria sobre este grave problema que é a mudança climática. Mas, mesmo assim, exatamente por ser insignificante é que ele revela a importância que se está dando em evitar qualquer perda. Para o capital norte-americano, que é parte do capital mundial, a parte mais significativa dele, o planeta que se dane. Poderíamos novamente acrescentar muitos outros exemplos, poderíamos pegar aqui o plantio de eucalipto no Brasil que cria o deserto verde, etc. O fundo é o mesmo. Sabe-se que a natureza está sendo destruída. As evidências são incontornáveis. O planeta já está sucateado e isso faz parte dos cálculos da ampliação do prazo de validade do capital: ele somente continua existindo destruindo. Segundo essa lógica do progresso, se impõe à natureza um imperativo categórico: ela “deve” se renovar infinitamente.

Um terceiro elemento são as guerras. As guerras são elementos políticos, sem dúvida. Como toda guerra ela é uma decisão de Estado,

mas ela tem também elementos econômicos fundamentais, não só nas causas da guerra, assim como na própria guerra, como fator importante ao processo de acumulação de capital. Basta lembrar que cada bomba inteligente – se essa aberração nos termos é possível, e leiam isso como uma aberração da nossa época – que os EUA jogaram, sobre o Iraque, custava 1,2 milhão de dólares, ou seja, isso é capital, isso é uma mercadoria. As necessidades da guerra são fundamentais para a manutenção do capitalismo nos EUA, por exemplo. A indústria armamentista é um setor muito importante da economia norte-americana. Qualquer crise da indústria armamentista é uma grave crise para a economia norte-americana e uma depressão para a economia mundial. Portanto, fazer a indústria armamentista ser dinâmica é vital, e está ao alcance de uma decisão política, seja de Bush, seja de Clinton, seja quem se quiser imaginar. Não é um problema de um partido, republicano ou democrata, é um elemento programático obrigatório do partido do capital americano.

Portanto, são diversas contra-tendências que estão em movimento, e têm um grau de destrutividade impressionante, que marcam o sol do meio dia do capitalismo, o seu apogeu, e assumem as marcas do processo de declínio, de uma crise estrutural.

A barbárie brasileira

Como podemos traduzir este quadro para o Brasil, como se dá o encontro deste momento do apogeu do capitalismo com a nossa história nacional? Nossa história sempre foi marcada pelas grandes ondas de expansão do capitalismo. Esse momento de reestruturação vai forçar o fim do nosso modelo de substituição de importações. Tal modelo foi iniciado com muito esforço na década de 30, e na década de 80 chegava à sua conclusão. Portanto, o Brasil da década de 80 vai ferver, literalmente, entre um processo de esgotamento do modelo econômico e a transição a um novo, que durante algum tempo andou no vazio, até se afirmar este novo modelo que é o aprofundamento da integração subordinada do Brasil no sistema planetário de domínio do capital.

Este momento de encontro com essas transformações foi um grande abalo. Quem não lembra a década de 80, das inúmeras lutas, das esperanças generosas e da grande derrota ao final dela. Estou pensando na derrota eleitoral de 1989, que abriu justamente o processo da integração subordinada a essas transformações.

Podemos fazer a pergunta, dado o atual estado da nossa (des)integração e (com) essas transformações, a que resultados palpáveis se chegou? O quê pode ser uma leitura já à distância do processo dos anos 1990? Como é que nós poderíamos caracterizá-lo?

Nossa história desde os anos 1990 foi uma lenta, gradual e absolutamente segura configuração da barbárie. A sociedade brasileira foi vivendo nesses anos justamente a forma com que esse processo do encontro do capitalismo tardio com seus limites se realiza. A barbárie é uma anomia, é a forma pela qual a sociedade burguesa avança na sua desintegração e dissolução. Tal situação, ao longo da história desta sociedade, sempre esteve presente no dia-a-dia, mas ainda era muito esporádica e marginal. Por ser pouco visível não seria num instante que se organizaria numa outra norma, numa lei do desenvolvimento dessa sociedade.

Poderia inverter esta colocação: por que começa na periferia do capitalismo esse processo de dissolução? Porque a periferia é o elo mais fraco da cadeia. Mas o processo não está apenas na periferia, ele se dá na periferia e no centro. Ele é a verdade do centro – entendido como o ponto de irradiação da sociedade burguesa hoje. Na periferia é mais visível, no centro, ainda nem tanto. No centro ele se torna visível quando passa um furacão como o Katrina, então ele se torna visível e pode ser visto a olho nu. É cru. No centro é visível quando os jovens da periferia de Paris queimam muitos carros, então ele é visível a olho nu. É cru. Na periferia do capitalismo não. Mas na periferia a crueldade é a sua norma mais sutil, se parece com a natureza íntima desta sociedade. É a lei de um processo, exatamente a contra-face do capitalismo tardio. É o modo pelo qual, ele agora vai trilhar o restante da sua história.

Talvez se devesse olhar objetivamente (ou seja, não estou fazendo aqui um discurso moral) para isso que eu chamo de uma configuração da barbárie, este retrocesso societário, que tem a forma de um excesso de civilização, e pensar o sentido desta novidade que o capitalismo trouxe à história. Para Marx, o capital era tanto portador de avanços civilizatórios (Grundrisse, por ex.) como do seu excesso (Manifesto Comunista), que, por sua vez, produzia momentâneas regressões à barbárie. Na atual fase este jogo se inverteu, e o excesso de civilização é barbárie permanente, ou seja, o capital não traz mais avanços civilizatórios e será o inverso, será barbárie.

Podemos verificar isso no Brasil por vários aspectos. O primeiro é a própria situação da indústria nacional, que é uma marca disso que Marx chamava de avanço civilizatório. Se observarmos a indústria brasileira, mesmo que o nosso processo não seja igual ao argentino, há claros sinais de desindustrialização. Existem setores que fecharam as portas, que não puderam dar conta do processo de concorrência global e do nível de renovação tecnológica que esse processo exige. Para além desse aspecto, houve também uma brutal desnacionalização da economia. Nunca tivemos tão poucos elementos de controle sobre a política econômica da nação como na atual conjuntura. E em terceiro lugar, nós tivemos também uma não menos brutal desestatização. Como dizia o Aloísio Biondi, passamos da noite para o dia para a mão da iniciativa

privada multinacional 35% do PIB. E o que nos resta de possibilidade industrializante, como a agroindústria, é tão somente uma rele e vulgar destruição da natureza.

Essa conjuntura, com essas características e extensão de colapsos vai determinar a história dos anos 1990, tanto como uma continuidade, como com mudanças de qualidade, do que o Brasil sempre foi na história do capitalismo: um país retardatário e periférico. Portanto, sempre foi um país com um mercado de trabalho cheio de deformações, em que a superexploração é a regra. Tal conjuntura agravará as deformações desse mercado de trabalho. As inovações tecnológicas - com as características vistas anteriormente - realizaram o encontro das velhas mazelas de um exército industrial de reserva abundante, com a criação de novos contingentes, os desempregados da reestruturação produtiva, e a ampliação, portanto, deste exército, que agora é de desempregados estruturais. O resultado é uma bomba de efeito retardado, uma crise social catastrófica. Certamente a maior da nossa história, da qual, até hoje, desde o início dos anos 1990, só fizemos entrar nela cada vez mais e um pouco a cada dia. Não há o menor sinal de saída, de tal modo que ela é um elemento estrutural do Brasil contemporâneo.

Nessa perspectiva, qual é a aposta das classes dominantes? Qual a sua aposta, na medida em que o país entrou num processo de dissolução, na medida em que se perdeu a capacidade do Estado alavancar o desenvolvimento, etc.?

O que tem substituído, no final dos anos 1990, e início do século XXI, o papel de locomotiva da economia, que outrora teve a indústria, é a extração mineral, a vegetal e o agro-negócio. É exatamente esse setor da economia, globalizado, com investimentos massivos de multinacionais, com altíssima tecnologia, etc., que vêm sustentando a frágil expansão da economia, e tem dado a feição do "novo modelo" no qual nós nos transformamos.

O Brasil é um país que cada vez mais, nessa grande competição do capitalismo mundializado, vai se beneficiando - se cabe falarmos nesses termos? - de suas vantagens relativas. Estas "vantagens" se inscrevem nas contra-tendências da crise do capitalismo. Acabou aquele esforço de superar o subdesenvolvimento e se tornar depois um país desenvolvido, aquele velho esforço de dar um salto no seu desenvolvimento desigual e combinado. Estamos, na verdade, nos reduzindo a uma nação que o que ela tem, enquanto durar, é a oferta para o capital mundial da sua natureza, oferecida de bandeja para ser explorada e destruída; da força de trabalho do seu povo, farta, barata, para ser superexplorada, que pode ser inclusive, novamente, escravizada, e assim por diante. Um quadro como esse não há outra forma de ser caracterizado do que um estado de barbárie, uma dissolução dos parcos meios de desenvolvimento civilizatório que tínhamos atingido.

As classes sociais

Eu queria propor uma reflexão sobre as faces sociais desta situação, porque é exatamente aqui, que se pode pensar a subjetividade. Como é que se colocam as classes sociais e os grupos sociais num quadro como esse? A primeira característica, quando o capital chega ao seu apogeu, quando a lei do valor é uma verdade cotidiana, é a atomização violenta de toda a sociedade, a transformação de todos em mônadas, individualidades abstratas. Ou seja, aquilo que Marx falava n' *O Capital*, como uma determinação da lei do valor não é mais apenas uma referência teórica distante, é uma realidade cotidiana. Estão destruídas aquelas formas de laços sociais pelas quais se formavam agrupamentos no interior desse tipo de sociedade. A individualização abstrata, que é a forma de ser do portador de valores na sociedade burguesa, é a nossa realidade.

Portanto, quando se fala em classes sociais, é necessário levar em conta que o que sobra das classes sociais é aquilo que Lukács chamava de "classe em si". Porque a atomização realizada dificulta imensamente a capacidade de formação da "classe para si". Essa afirmação do individualismo abstrato nos domina como se fizesse parte dos neurônios.

A burguesia brasileira, por exemplo, se um dia ela teve um projeto de desenvolvimento, um projeto de formação de uma nação, isso já ficou no passado. Hoje a burguesia brasileira, como a burguesia de qualquer país do mundo, se pensa como uma classe globalizada e que precisa acompanhar esse processo de mundialização do capital - que é o que determina a sua existência. Ela é apenas uma personificação fetichista dessa forma do capital. Não há como pensar a burguesia engajada no horizonte de um projeto nacional (e isso tem conseqüências políticas, como todos podem imaginar).

As classes médias, dentro desse quadro de atomização, é um grupo social dominado por um impressionante ressentimento contra os de baixo, as classes subalternas, que elas julgam ser exatamente os responsáveis por seu declínio. Em algum nível, elas guardam, também, um ressentimento com os de cima, por estarem excluídas das farras rentistas e dos ganhos com a destruição do país. A classe média hoje é uma caricatura de si mesma, por isso é ridícula, inclusive sob o ponto de vista da inteligência, que um dia lhe esteve ao alcance, foi tudo para a lata de lixo da história.

O que mais nos interessa, porém, é entender como essas transformações afetaram as classes trabalhadoras. Numa leitura racional - aquele tipo de leitura que guarda o coração e tenta entender de fato, o processo histórico, para depois recuperar a sua paixão na transformação necessária deste processo - seria absurdo dizer que essas transformações não afetaram as classes trabalhadoras. Em ao menos três aspectos elas foram afetadas. O primeiro aspecto que afetou a classe trabalhadora,

é que com as inovações tecnológicas surge uma nova modalidade de desemprego. O desemprego estrutural, que coloca a classe trabalhadora na defensiva, e quebra uma das táticas mais importantes de luta de resistência e de ofensiva, que é a greve e o controle da produção. Podemos observar a regressão que isso significou para a sua capacidade de luta.

Um segundo aspecto importante, que também altera a capacidade de luta da classe trabalhadora é a flexibilização da produção. Ela dificulta a capacidade de controle operário sobre a produção. A produção flexível reduz a possibilidade de se organizar e dominar o processo produtivo. Por exemplo, no final dos anos 1970, em São Paulo, nas greves do ABC Paulista, os operários já estavam ocupando as fábricas e controlando a produção. No Rio de Janeiro, nas greves da Companhia Siderúrgica Nacional, os operários também controlavam completamente a produção, porque os fornos da CSN de Volta Redonda não podem ser desligados. Esse controle operário, com a produção flexível, com a fragmentação da linha de produção, se quebra. Os operários perdem o poder coletivo sobre seu trabalho.

O terceiro aspecto, que é muito importante, é a alienação do trabalho. Ela muda de nível. A alienação do trabalho agora é abertamente patológica. Ela não é apenas uma perda do ser, não é apenas um elemento com o qual nós nos alienamos ao nos objetivarmos, e que podemos um dia recuperar para nos emancipar. Hoje a alienação do trabalho significa um processo crescente de violência contra o mundo e contra si mesmo. O mundo do trabalho se transformou num campo patológico. Um exemplo disso foi uma funcionária – parece que era bióloga – de uma empresa de celulose no Rio Grande do Sul, que após a ação das mulheres da Via Campesina, no dia 8 de março de 2006, em que foram destruídas as estufas de mudas de eucaliptos manipuladas geneticamente, chorou copiosamente. Por quê? Porque destruíram... uma forma de destruição da natureza, uma vez que aquele laboratório era a retaguarda do deserto verde. As fotos publicadas no dia seguinte nos jornais, com o seu rosto estampado de lágrimas, poderiam ser comparadas a uma suposta imagem de trabalhadores da indústria armamentista americana chorando pelo fato dos Estados Unidos não poderem mais fazer guerra contra povos indefesos da periferia. Essa é a forma de alienação patológica do trabalho, e é dominante!

A política

Como pensar a ação política nestas condições? Que debates poderiam ser feitos sobre a ação das classes trabalhadoras? Devemos pensar na hipótese de que, na atualidade, talvez as classes trabalhadoras tenham se integrado a lógica do capital. Seria uma integração estrutural ou

conjuntural? Não sabemos! Mas é um dado. Se tomarmos a história recente das lutas das classes subalternas do mundo inteiro, vamos observar esse dado.

Provavelmente é um elemento estrutural. Quando partimos da tradição marxista para se pensar a ação política das classes trabalhadoras, utilizamos como modelo para essa análise a sessão IV do Livro 1 de *O capital*, em que Marx fala do trabalhador coletivo, da cooperação. Este modelo de organização do trabalhador coletivo é a representação da Primeira e da Segunda Revolução Industrial. Neste modelo a classe trabalhadora está organizada no interior das grandes fábricas, em relações solidárias e disciplinada pelo próprio trabalho. Diante dessa constatação Marx dizia que ela era um exército disciplinado que precisava ser politizado.

Mas a classe trabalhadora da terceira revolução tecnológica não é n' *O capital* que está o modelo dela, mas em outra obra de Marx, nos *Grundrisse*, onde ele diz que o processo de renovações tecnológicas do capitalismo, que seriam longas, haverá um momento que as mudanças serão estruturais. Haverá um momento em que a força do trabalho deixará de ser uma força viva do processo produtivo para se tornar um supervisor

A Terceira Revolução Tecnológica é essa situação. Hoje o trabalhador coletivo é justamente este supervisor da produção. Sua atividade é fragmentada porque não precisa de uma quantidade tão grande de força de trabalho como era no modelo da Primeira ou da Segunda Revolução Industrial. Profundamente alienado porque ele perdeu o controle do conhecimento que envolvia esse processo e, ao mesmo tempo, derrotado politicamente, porque chegamos a esse estágio não apenas pelo desenvolvimento da técnica e das organizações produtivas, mas também por derrotas na luta de classe.

Diante da pergunta se há uma integração da classe ao sistema, podemos verificar que existem muitos elementos importantes que nos levam a crer que sim, e, provavelmente, é uma integração estrutural. Se traduzirmos este quadro para a situação da classe trabalhadora brasileira, e mantivermos a necessária questão da ação política, deslocando o eixo de leitura da ação, do chão da fábrica para o território da cidade, talvez teremos condições de pensar melhor uma forma de organização de um novo sujeito coletivo para a luta anticapitalista.

Segundo alguns dados do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, existem hoje no Brasil entre 34 a 35 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Teríamos, segundo estes mesmos dados, de 38 a 40 milhões sem carteira de trabalho assinada - precarizados. Além disso, seguindo os mesmos dados, existem de 10 a 12 milhões de desempregados e, por fim, há de 11 a 13 milhões de trabalhadores informais. O que significa não ter carteira de trabalho

assinada, ser um trabalhador informal ou ser um desempregado? Qual é o espaço de organização e circulação dessas massas?

Esses dados servem para mostrar que a característica histórica dos movimentos sociais, que foi ser formada pelo mundo do trabalho e vertebrada pelo trabalhador coletivo conforme Marx descreveu n' *O capital*, na atualidade do capitalismo se quebrou. Não podemos nos entregar à lógica do capital, temos que prosseguir produzindo uma luta anticapitalista, e ela só pode ser feita pelas massas. Portanto, nós precisamos organizar uma nova vértebra dos movimentos sociais que, tudo indica, não vai nascer de novo de dentro das fábricas. Por isso temos que procurar outro território para organizá-la, onde essa imensa massa popular se encontra.

Um exemplo muito importante para pensarmos essa dinâmica foi dado no final do ano passado (2005), na França, quando da rebelião de jovens descendentes de imigrantes das ex-colônias francesas. Estes jovens são bastante marginalizados, em torno de 40 % deles são desempregados ou subempregados, discriminados racialmente, enfim, estão à margem daquela sociedade. A rebelião em estado bruto daquelas massas criou um grande abalo na sociedade francesa. É claro que esses jovens não têm uma linguagem política ainda, é claro que eles não criaram uma forma de organização ainda, etc. Mas o importante é observar que o abalo da sociedade francesa se deve ao fato que ela não pode incorporar aquelas massas sem se transformar. Essa é uma consequência dos limites lógicos do capital que me referi no início. Empregar aqueles jovens, garantindo o direito ao trabalho, ou àquilo que provemos com o trabalho, é transformar aquela sociedade. Este abalo nos dá a face terceiro-mundista da França, ou o que eu chamei aqui das marcas da barbárie. Alguns meses depois, já no ano de 2006, assistimos na França a grandes manifestações de jovens da classe média branca, numa luta contra a lei do Primeiro Emprego, que restringia direitos já conquistados. Esta luta foi incorporada pelo governo, que recuou da sua proposta de lei. A dinâmica atual do processo de lutas sociais, em quase todos os países do mundo, coloca essas duas dinâmicas separadas. Às vezes uma contra a outra.

É como se essa margem da sociedade francesa, mais fácil de ser visualizada em países como Brasil, Argentina, etc., fosse encontrada em todos os países. A organização territorial de tal dinâmica pode construir uma forma de ação que venha a vertebrar a capacidade de luta contra o capital. Na América Latina, nós temos algumas importantes experiências. Na Argentina, por exemplo, quem resistiu nos anos 1990 à política neoliberal do Menen, não foram os sindicatos, mas o movimento piquetero, formado por trabalhadores desempregados. Qual eram suas formas de ação? Formas que eles renovaram do movimento operário, que são os piquetes. Eu poderia explicar mais longamente isso, mas o

tempo não me permite, o que interessa é que estes piquetes, que consistiam em fechar estradas, eram realizados no território das cidades.

No Brasil há o Movimento dos Sem Terra, que, penso eu, está longe de ser um movimento de camponeses. Ele é um movimento dessas massas que sobram diante das transformações decorrentes da Terceira Revolução técnico-científica. O MST é o encontro das massas que sobram na nova renovação tecnológica que ocupou o campo, valorizando as terras, com as massas que sobram nas cidades, com a reestruturação produtiva e não tem mais para onde ir. Logo, o MST é justamente uma formação de massas em tempo de barbárie. E ele tem lutado sozinho, inclusive contra a CUT.

Vivemos um tempo em que é necessário reinventar as linguagens da organização e da ação política. Num país como o Brasil, que as formas tradicionais de organização da luta política foram integradas à lógica do sistema – tanto os sindicatos como os partidos de esquerda foram integrados – é preciso uma grande capacidade de imaginação e invenção. O capítulo mais triste da integração de um partido de esquerda a essa forma de domínio é o PT. O que faz o PT hoje, nesse quadro? Uma até agora bem sucedida gestão da barbárie. Não tenho dúvidas que ele é o melhor gestor da barbárie no Brasil.

Assim, o grande dilema – se não quisermos nos enganar, de fato, e falar de futuro, tendo alguma esperança em relação ao amanhã – é abandonarmos as ilusões em relação ao que foi a história recente das lutas políticas nesse país. Precisamos nos dar conta que na história das lutas dos povos as formas sempre foram inventadas. Está em curso um fraco movimento de criação de novas formas de lutas. Não podemos agora é fechar os olhos por um apego ao velho, justamente quando o velho está morrendo e não queremos morrer com ele.

Boa noite.



PALESTRA

Elisabete Borgianni

Presidente do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Gestão 2005/2008

Bem, depois dessa análise, dessa exposição do professor Marildo Menegat, nossa tarefa aqui, fica muito difícil. Mas pretendo colocar algumas idéias, provocadoras, para os nossos debates e para nossas análises.

Espero, sinceramente, que possamos construir, aqui, juntos, durante todo o nosso encontro, algumas respostas possíveis diante dessas questões tão preocupantes, colocadas pelo professor Marildo.

Veja, Marildo, quando ouço análises como esta que você fez fico pensando, que estamos aqui sempre falando de gente de carne e osso. Não é isso? Quando falamos das classes sociais, estamos falando de trabalhadores reais, com seus direitos roubados, de crianças com seus direitos violados, essa análise que você traz, diz respeito à maioria da população brasileira e, certamente, temos que buscar sempre formas de reversão desses quadros, até porque continuamos acreditando que a história é feita por homens e mulheres reais, de carne e osso, e que podem atingir essa consciência que você traz e criar alternativas e desencadear lutas, como você bem colocou, para fazer o enfrentamento.

Certamente sem essas lutas, sem esse enfrentamento, a barbarização ainda seria pior... Se nós não tivéssemos companheiros e companheiras na resistência, em cada local de trabalho, em cada movimento, em cada organização e em cada conselho de direito no Brasil, as coisas estariam bem pior. Eu queria pensar um pouquinho mais, nesse significado da barbárie hoje, porque é o tema do nosso encontro, e é o tema que vai mediar todas as nossas discussões, até domingo.

Barbárie é sinônimo de incivilidade, é sinônimo de crueldade, de atrocidade, de desumanidade. Mas, como podemos falar em barbárie, no início do século XXI, numa trajetória do ser humano, na face dessa terra,

de milhares de anos... num mundo que si diz civilizado, que de alguma forma já superou muitas de suas barreiras naturais, que tem tecnologia, que tem pesquisa, que tem domínio, quase que completo, dos elementos fundamentais da natureza... um mundo que é criado e recriado pelos homens, pelas mulheres no cotidiano, como se fossem pequenos deuses... Como falar em barbárie, diante da evolução humana, como?

O professor Marildo colocou muito bem, quando ressaltou que a barbárie que estamos vendo hoje, é essa forma desumana e perversa que as relações sociais, vêm adquirindo, no curso de um processo de rearticulação das forças do capital, diante das suas próprias crises cíclicas, que ele vem provocando. Está para sair um livro, do professor José Paulo Neto junto com o professor Marcelo Braz⁶, que é "Introdução Crítica à Economia Política" e nesse livro, os autores colocam exatamente isso: desde que o capitalismo mundial precisou reagir à crise iniciada lá em meados dos anos 70, do século XX, e foi dando curso aos processos de reestruturação produtiva, de financeirização da economia, dessa livre e intensa circulação da ideologia neoliberal, esses processos barbarizantes, ou esses processos predatórios instaurados pelo capital, vem gerando uma crescente barbarização da vida na sociedade. E é uma barbarização, que vai se fazendo sentir com muita força no cotidiano de todos nós.

Outro aspecto que quero ressaltar diz respeito à *política* que é própria deste momento de barbarização. O Prof. Carlos Nelson Coutinho diz que o voto já foi uma das armas de emancipação da classe trabalhadora. Mas hoje, em muitos países, ele se converteu, na realidade, num instrumento de legitimação dos chefes carismáticos, que dizendo falar em nome do povo, na verdade representam os interesses de quem pretende conservar a ordem capitalista. Carlos Nelson diz que, essa utilização personalista do poder, por meio do sufrágio universal, representa um processo de *desemancipação* humana e política (se é que essa palavra existe).

Infelizmente, todos nós, brasileiros e brasileiras conhecemos bem essa tendência. E porque não resgatar aqui, também, a grande revolucionária Rosa Luxemburgo, que escrevendo há dois séculos já vaticinava que as contradições econômicas, políticas, sociais e culturais do capitalismo, levariam à crescente barbarização da vida social. Parece que ela tinha razão, o capitalismo deixado a si mesmo, quando os trabalhadores organizados não conseguem colocar freios em sua sanha, só gera barbárie, individualismo e incivilidade.

No Brasil, com os recentes acontecimentos no mundo e na política, ficou claro pra todos nós o que é essa barbarização. O que impera hoje, mesmo nos nossos partidos de esquerda, é o jogo do vale tudo, pra manter

⁶ Refere-se ao livro da Biblioteca Básica em Serviço Social lançada pela Cortez Editora intitulado: Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (N. do E.).

o poder, para ter a chamada governabilidade... E isso é muito grave, principalmente em um país que não rompeu com a cultura do arbítrio e da concentração de renda; em um país onde se sacrifica crianças, adolescentes, idosos, e se sacrifica a força do trabalho, em nome da acumulação da propriedade e da riqueza, e do privilégio que é dado pelo governo aos bancos e ao capital financeiro.

José de Souza Martins escreveu esses dias no jornal O Estado de São Paulo que Lula é provavelmente o político brasileiro em que o empresariado mais confia hoje, pois o empresariado sabe que com ele tudo muda, para que tudo permaneça na mesma.

Estamos constatando que as políticas de emprego e renda não conseguem gerar empregos estáveis, com carteira assinada, e aproximadamente 35 milhões de trabalhadores estão no trabalho precarizado.

As reformas da previdência de 1998 e 2003 reduziram os direitos dos trabalhadores, e isso todo mundo já sabe, já vimos, já falamos, mas o que vem é pior. Aqui temos uma manchete de um jornal do dia 4 de setembro: "Em 2007 crueldades do governo serão inevitáveis para ajustar contas", palavras do Ministro Paulo Bernardo! O quê disse com isso o Paulo Bernardo? Ele confirmou que já estão discutindo medidas de cortes do gasto público, para um eventual segundo mandato de Lula.

Disse o Ministro, logo na abertura dos trabalhos, no Congresso: devermos entrar com uma proposta de reforma fiscal. Uma das medidas em estudo é regulamentar a emenda constitucional da saúde, que segundo o Ministro Bernardo, está comprometendo verbas que poderiam ir para outras áreas. Essa emenda constitucional é a que determina que a cada ano a verba destinada à área de saúde seja corrigida, conforme o crescimento do PIB. Sua Excelência está dizendo aqui, que o próximo governo precisa mexer nessa emenda.

Tudo bem, em nosso cenário temos o SUAS, a importante novidade do SUAS... Acho que o Brasil tem que saudar mesmo, e quando falamos do SUAS lá na Conferência Mundial de Assistentes Sociais em Munique, toda a plenária aplaudiu. Os assistentes sociais de vários países ali presentes aplaudiram o SUAS, pois ele possui mesmo uma potencialidade para fortalecer a responsabilidade estatal, na formulação e concepção da política pública.

Mas não tenhamos ilusões, pois esse Sistema enfrenta os mesmos problemas em sua implementação que todas as demais políticas sociais enfrentam. E aqui faço um parêntese para dizer ao Prof. Wanderlino que a articulação que sempre defendemos lá no CONANDA entre o SUAS e o Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes continua um sonho...

Tudo bem, ele é um avanço para a política de assistência, principalmente porque vai colocar em prática tudo aquilo pelo que os militantes sempre lutaram, que é a assistência social como política pública e tudo

mais. Ocorre que como se anuncia problemas de orçamento para a seguridade em geral, ele, também, corre riscos.

Mais do que nunca nós precisamos ter as estratégias de resistência, na linha da defesa do pouco que já foi conquistado, possivelmente. Articulando os movimentos sociais tradicionais e fortalecendo os novos, como bem colocou o Prof. Marildo: reinventando as linguagens da organização e da luta política”. Reafirmar os nossos compromissos todos: apoiar a ABEPSS na luta de implementação das diretrizes curriculares, aquelas originais, e não as que foram violentadas pelo MEC, e tantas outras lutas que estão na agenda das entidades parceiras.

Vejam, devido ao pouco tempo de fala que me resta vou dar alguns saltos aqui e privilegiar questões que não podemos deixar de anotar. A nossa participação na Conferência Mundial em Munique revelou a importância de investirmos nesta frente internacional de nossas articulações. E isso não só pelos temas que são discutidos na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia e África, mas, porque é preciso, mais do que nunca, construir um protagonismo do Serviço Social latino-americano no mundo.

A Profa. Joaquina Teixeira disse-me uma frase, quando estávamos no avião, voltando de Munique, que ficou martelando na minha cabeça: “não dá para esperar que da Europa, do Serviço Social europeu, possa vir alguma mudança!!!”. Tanto em Munique como no Congresso Mundial de Escolas de Serviço Social do Chile percebemos o avanço e a consolidação das idéias pós-modernas, neoliberais e neoconservadoras do Serviço Social no mundo. Vou dar um exemplo para vocês. Lá em Munique, enquanto o representante do Serviço Social chinês defendia a pena de morte e a corrida armamentista, os colegas norte-americanos (são muito simpáticos, fizemos amizade com todos eles, tiramos fotos, são ótimos eles!), mas eles mostravam uma campanha milionária que fizeram de publicidade da profissão, de valorização da profissão, nos Estados Unidos, com um grande volume de recursos monetários envolvidos, que eles ganham para isso, que eles conseguem arrecadar, uma campanha baseada na idéia do *help*. O assistente social como profissional da “ajuda”. Não é o assistente social como um profissional que luta por direitos, pelo acesso aos direitos, numa nova sociedade, de transformação radical, como tem defendido o Serviço Social latino-americano, mas é o profissional da ajuda!

Muito bem, o que constatamos é que mais do que nunca é preciso trabalhar pela rearticulação de forças entre as entidades do Serviço Social latino-americano. E essa ação vai ficar favorecida com a coordenação do Comitê Mercosul estando agora conosco, com a companheira Laura Accoto assumindo a presidência regional da FITS na América Latina e Caribe, e com a criação da ALAEITS e sua coordenação pelo Brasil também.

Tudo isso nos dá esperança de uma possibilidade de reversão na correlação de forças e de poder chegar lá na Europa e falar: “minha gente, o

Serviço Social não é isso não! A nossa profissão, não é guardiã da barbárie não. Nós estamos lutando contra a barbárie...”.

É preciso preservar e desenvolver ainda mais essa coisa maravilhosa que construímos no Brasil que é o Conjunto CFESS/CRESS. Essa entidade que foi criada lá na ditadura, e que, em sua gênese corporativista era destinada a só fiscalizar autoritariamente, e de forma endógena, o exercício profissional, e que nós fomos transformando em uma entidade que se qualifica como representante dos trabalhadores, que defende intransigentemente os direitos, que tem um compromisso ético-político com a transformação da sociedade... Mais do que nunca precisamos retomar o debate sobre as nossas estratégias, para enfrentar essa barbarização.

A conselheira Silvana Mara, num dos nossos Plenos disse que é preciso resgatar as dimensões tão importantes do nosso projeto ético-político profissional, em um momento em que o nosso projeto vem recebendo críticas de alunos que consideram, como se fosse insuficiente e idílica essa luta dentro das instituições e das entidades. Críticas que se somam a de outros que têm a ilusão de que somente a expressão imediata da luta por direitos, seja a resposta... De fato, quem desempenha as tarefas de direção de nossas entidades hoje estará sempre sob o olhar crítico desses pólos de interpretação da realidade e da profissão.

Segundo a nossa Conselheira Silvana Mara, a riqueza que está entranhada em nosso projeto ético-político, é a de compreender os limites da sociabilidade burguesa, e ao mesmo tempo, não deixar de atuar nas suas contradições, o tempo todo.

Penso, então, que mesmo que estejamos envolvidos em questões muito diversas e amplas, não devemos nunca deslocar o foco do nosso debate e da nossa profissão. Esse é o *nosso* debate! Somos nós que temos que cuidar da profissão. Não há nenhum outro segmento dos trabalhadores, que vai cuidar do Serviço Social. Somos nós, os assistentes sociais que temos que cuidar desse pedaço com o sentido de articulação com as lutas dos demais interessados na transformação efetiva de nossa sociedade.

Lembrou a Conselheira Jucimeri Silveira, num dos nossos Plenos, que o nosso projeto ético-político é um projeto *democrático* e *democratizador* e que a concretização desses nossos princípios se dá no cotidiano, em cada uma de nossas decisões.

Como também lembrou a Conselheira Ivanete Boschetti, que esse é um momento privilegiado de articulação de forças da América Latina, e não podemos deixar de potencializar isso na nossa profissão, pois as mesmas questões que nos atingem, no ensino, no exercício profissional, atingem os nossos companheiros argentinos, paraguaios, bolivianos, colombianos, peruanos enfim, todos que habitam esse grande, lindo e diversificado continente.

E quero resgatar para vocês, para finalizar, uma reflexão que fizemos hoje à tarde em nosso Pleno, da importância que foi a criação do Fundo

do Fortalecimento dos CRESS e do Conjunto. Essa ação representou um salto de qualidade em nossa percepção de pertencimento a um *conjunto*. Neste sentido não foi só uma ação de “socorro” de enfrentamento de emergências. Ela foi a nossa autoconsciência de que essa precarização, esta individualização, essa barbarização, não pode atingir o nosso conjunto. Nós não podemos pensar cada um com seu mundo. Eu tenho que pensar no CFESS, mas tenho que pensar em todos os CRESS. Eu tenho que pensar no CRESS São Paulo que tem a magnitude que tem, e nas dificuldades que outro CRESS têm. Porque as dificuldades que São Paulo tem, são de outra natureza e todo o Conjunto precisa se responsabilizar por isso também.

A nossa Resolução do Fundo, para mim, é um marco histórico, porque ela se inscreve nos marcos da real *solidariedade de classe*, e para nós significa, no dia-a-dia a auto-sustentabilidade do nosso Conjunto.

E eu quero sonhar junto com vocês de podermos ousar e criar outras formas (que denominemos Fundos, ou não), de ações partilhadas, inclusive financeiramente... que possamos criar essas formas, até pra enfrentar as dificuldades estruturais e diferenças regionais, nesse país tão grande, tão diverso, onde há um CRESS com quinhentos assistentes sociais, ou duzentos assistentes sociais, e outro com quinze mil assistentes sociais.

Podemos fazer isso! Já demonstramos que temos maturidade para fazer isso... para pensar ações partilhadas! Tenho esse sonho, e penso que vocês também. Não vamos deixar que essa conjuntura de fragmentação nos atinja e que esse individualismo nos atinja.

Quero também, agora finalizando mesmo, com três palavrinhas aqui, dizer para vocês, que decidimos no CFESS, que vamos enviar o Relatório Final desse evento, com todas as nossas deliberações, para nossas entidades nacionais, ABEPSS, ENESSO, e também para a FITS e para a ALAEITS, e para o Comitê MERCOSUL, para que todas as entidades com as quais nos articulamos hoje conheçam os nossos debates, as nossas preocupações e as respostas, primorosas que conseguimos elaborar.

Estejamos conscientes de nossas responsabilidades e tenhamos sempre presente que a história não é algo externo a nós. A História é feita também pelo nosso cotidiano de lutas e atuações profissionais. Seremos amanhã o resultado daquilo que conseguirmos articular hoje, dando respostas criativas, comprometidas politicamente, sobre o que nos legaram maravilhosos companheiros que lutaram no passado. Então vamos sonhar e trabalhar por um amanhã mais civilizado, mais socializado mais justo e mais humanizado.

Muito obrigada.

CONFERÊNCIA

Conselhos de Políticas e de Direitos: potencialidades de transformação social

- * Palestra do Procurador de Justiça Wanderlino Nogueira Neto
- Palestra da Profª Drª Maria Inês Bravo
- Palestra da Profª Drª Ivanete Boschetti

* Não foi possível reproduzir a palestra do professor Wanderlino Nogueira pois a gravação ficou inaudível. (N. do E.).



PALESTRA

Maria Inês de Souza Bravo

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica/SP,
Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ,
Assistente Social e Representante da ABEPSS - Associação Brasileira de
Ensino e Pesquisa em Serviço Social

Gostaria de saudar novamente todos os participantes e dizer da enorme responsabilidade de estar dividindo com vocês as reflexões que vou apresentar com relação ao tema em pauta.

Inicialmente, vou abordar a conjuntura que deu origem aos conselhos de política e de direitos, anos 1980 e o momento da sua implementação, nos anos 1990. Diversas questões com relação a este espaço de controle democrático já foram enfatizadas pelo expositor que me antecedeu⁷. Um aspecto que considero importante, e não poderia estar fora deste fórum, é a visualização dos conselhos como uma nova demanda para o assistente social, ou seja, um novo espaço sócio-ocupacional de trabalho do assistente social, que é a assessoria.

A proposta de conselho, embora não seja nova no país (conselhos e comissões de fábricas já existem há muito tempo), entretanto, o formato dos conselhos de políticas de direitos, foram pensados no processo de redemocratização deste país, nos anos 1980, num contexto de mobilização dos movimentos sociais e foi implementado nos anos 1990, num momento de refluxo dos movimentos sociais, de fragilização das lutas, numa conjuntura – de avanço das políticas de ajuste e do projeto neoliberal, como foi ressaltado ontem e mencionado hoje também pelo Wanderlino. Numa conjuntura em que os direitos sociais foram reduzidos e que se privatizou a coisa pública, com mudanças nas relações estado-sociedade que atingiram a economia, a política, a forma de sociabilidade,

⁷ Refere-se à palestra do Prof. Wanderlino Nogueira que não foi possível reproduzir neste espaço, considerando que a gravação ficou inaudível. (N. do E.).

acarretando a despolitização da questão social e a descaracterização da cidadania.

Na atual conjuntura, há o deslocamento dos conceitos a partir de outros referenciais teóricos, havendo a hegemonia da perspectiva pós-moderna. Vai-se enfatizar alguns conceitos relacionados ao tema a saber: **sociedade civil**, que é reduzida ao terceiro setor; **gestão social pública** que é deslocada para a sociedade, havendo a desresponsabilização do Estado sendo repassada para as ONGs, terceiro setor e a família. A **participação social** é outro conceito que tem sido descaracterizado sendo recolocada como participação cidadã, solidária, voluntariado e não na sua concepção original que é a socialização da política. A **cidadania** é visualizada de forma dual, ou seja, do cidadão pobre e do cidadão consumidor. Este é o cenário que estamos vivendo, e que precisamos analisar. Neste debate inclui os limites e potencialidades dos conselhos de políticas de direitos.

Os conselhos foram pensados enquanto mecanismos de democratização da relação estado-sociedade, da possibilidade da interferência da sociedade na desprivatização do estado brasileiro e da atuação de novos sujeitos políticos, com a perspectiva de ultrapassar a democracia representativa, ampliando para democracia participativa, direta, sendo uma inovação na gestão. É um espaço tenso e contraditório em que há disputa e lutas de projetos. Os conselhos têm os seus limites, mas também tem potencialidades. A contribuição dos mesmos é na emancipação política, na defesa dos direitos sociais e da política pública. Eles estabelecem parâmetros de interesse público para o governo. Os conselhos não governam, mas delimitam prioridades para o governo, bem como, colocam como demanda a democratização da informação, a transparência da gestão, a possibilidade de interferir na elaboração de políticas sociais públicas.

Na atual conjuntura, identificam-se quatro concepções, que analisam teoricamente esses espaços, e que tem interferência também, nas concepções políticas e que estão em disputa na sociedade. A concepção de conselho, enquanto espaço tenso, contraditório, de luta, de disputa de projetos, pautada em Gramsci. A concepção de conselho que defende o pacto, o consenso entre os diferentes sujeitos, pautada em Habermas. Uma terceira concepção que considera o conselho apenas enquanto espaço de cooptação. Esta perspectiva tem influenciado algumas entidades e tem como consequência a sua retirada desses espaços. A quarta posição não considera a democracia participativa.

Um equívoco cometido pelos diversos movimentos sociais de saúde, nos anos de 1990, foi pensar que os conselhos substituiriam os movimentos sociais e demais manifestações de massa.

Outro impasse vivenciado pelos conselhos refere-se à falta de legitimidade dos conselheiros. Diversas distorções são constatadas como:

a eleição de entidades (que não têm base social), não paridade, não respeito às deliberações do conselho.

Estes limites têm relação com a cultura política, presente ao longo da história brasileira, que é a cultura do favor, do populismo, do clientelismo. Apesar das dificuldades enfrentadas, identifica-se as potencialidades nesses espaços de controle democrático que são os conselhos de política e de direito. Ressalta-se que esses mecanismos são importantes para a democratização do espaço público, entretanto, não se pode ter ilusão, nem super valorizá-los. Por outro lado, os conselhos, também, não devem ser sub-valorizados. Eu costumo fazer relação com o que aconteceu com os movimentos sociais urbanos. Inicialmente, no início dos anos 1980, os mesmos foram super-valorizados sendo considerados como os sujeitos coletivos da transformação social no Brasil. Diversos autores ressaltaram este aspecto, descaracterizando os demais movimentos, principalmente o sindical e o partidário. Entretanto, no final da década, os movimentos sociais urbanos foram sub-valorizados.

Os conselhos podem ser um dos mecanismos do processo de democratização da sociedade brasileira, mas devem estabelecer articulação com os demais movimentos sociais que visam a sua transformação. Têm que ser vistos de forma realista, com limites, mas, também, com possibilidades.

Os profissionais de serviço social precisam participar dos movimentos em defesa da seguridade social pública com a finalidade de mobilizar outros sujeitos coletivos para esta luta. Nesta direção, a participação dos assistentes sociais nos conselhos é fundamental tanto como conselheiro como na assessoria. Tenho afirmado que esses espaços se constituem como uma nova demanda sócio-ocupacional ao profissional. Os documentos legais da profissão, a partir dos anos 1990, têm enfatizado que o profissional de Serviço Social tem que ampliar suas atribuições além da ação direta e atuar também, no planejamento, na assessoria, na mobilização e na educação popular.

Os conselhos e os movimentos sociais são espaços significativos para o assistente social realizar assessoria. A análise que fazemos desta atividade tem identificado que algumas assessorias têm sido importantes, capacitando técnico-politicamente os conselheiros, democratizando as informações. Mas, algumas, estão apenas na burocratização, na sustentação legal dos conselhos. Alguns assistentes sociais têm assumido as secretarias executivas dos conselhos, principalmente os de assistência social, e têm ficado basicamente, na formalização dos conselhos, não atuando na democratização das informações, na mobilização e na politização das questões.

Eveline Dagnino faz uma reflexão com relação aos espaços públicos de construção democrática no Brasil, levantando alguns aspectos, que considero importantes para a discussão desse tema, que é o

autoritarismo do Estado Brasileiro, a distância entre a sociedade civil e os partidos políticos, a natureza da relação entre estado e sociedade civil. Muitas vezes, se comete o equívoco de dizer, que só o estado é autoritário, esquecendo-se de entidades da sociedade civil. O autoritarismo não está colocado apenas no estado, mas também, na sociedade e a perspectiva tem que ser trabalhar na democratização do estado e da sociedade.

Outra questão importante é a partilha do poder. Os dirigentes não querem abrir mão de sua posição de mando. É muito difícil elaborar políticas de estado nesse país. E aí, tem-se política de governo, programas verticais e que não têm continuidade. Esta partilha de poder, não interessa aos governantes. Os conselhos entram na discussão dessa partilha de poder, de elaborar políticas, controlar o gasto público. Nessa questão tem-se um desafio entre a luta institucional e a mobilização social. Nesta direção, os conselhos são importantes, mas eles não são os únicos mecanismos para se atingir a emancipação política. A atuação compartilhada entre estado e sociedade, às vezes tem sido equivocada. Solicita-se dos conselhos a participação consentida, ou seja, aprovar as deliberações dos governos. A questão da representatividade, também, é um grande desafio pois quanto mais representativas forem as entidades que estiverem ocupando os conselhos, maior potencial político esses conselhos terão.

Ressalta-se que é um equívoco atribuir ao espaço de participação da sociedade civil o papel de agente fundamental na transformação do estado e da sociedade, ou seja, é importante que se ocupe esses espaços, mas eles são uma das múltiplas arenas em que se trava as lutas nesse país. É um espaço significativo, mas não é o único.

Para finalizar, apresentaremos algumas propostas para o fortalecimento desses espaços, a saber:

- Articulação de diferentes sujeitos que atuam nos conselhos através de fóruns de política social.
- Articulação de diversos conselhos de política e de direito. Uma coisa é o fórum, outra é a necessidade desses conselhos se articularem.
- Retorno constante e permanente dos conselheiros às suas bases.
- Estabelecimento de canais de interlocução dos conselhos com a sociedade através de boletins e divulgação de informações, pois falta informações relacionadas aos conselhos, ao horário das reuniões, a pauta.
- Reforçar o cumprimento das deliberações das conferências e dos conselhos, pois a maioria não é cumprida.
- Criação e consolidação de fóruns de conselhos nas diversas regiões.
- Realização de cursos de capacitação para os conselhos de forma articulada, ou seja, envolvendo todos os conselhos existentes no município.

- Estabelecimento de um código de ética dos Conselhos. Esta é uma experiência que está sendo vivenciada no Conselho Nacional de Assistência Social que tem por objetivo a responsabilidade do conselheiro com a sua base, a questão da representação, a visão do coletivo e não o corporativismo e ênfase nas questões pessoais.

Estas são algumas propostas, para que se possa viabilizar esses espaços a fim de ampliar o processo de democratização, na garantia dos direitos sociais e na consolidação da participação social para se avançar em direção a um novo projeto societário.



PALESTRA

Ivanete BoschettiVice-presidente do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Gestão 2005/2008**Rosa Helena Stein**

Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

**A Inserção do Conjunto CFESS/CRESS
nos Conselhos de Políticas e de Direitos⁸****1. Questão Social e Transformação Societária**

É impossível discutir a potencialidade de transformação social em sua relação com o papel dos Conselhos de Políticas e de Direitos, sem mencionar e qualificar o sentido de transformação social aqui abordado. Quando pensamos em transformação radical da sociedade capitalista, no sentido de sua superação e enfrentamento à questão social, é certo que, desde logo, se evidenciam os limites dos Conselhos se constituírem em um espaço de possibilidade de exercício dessa transformação. Não é excessivo lembrar que o enfrentamento da questão social implica a transformação radical da sociedade capitalista, no sentido de superar sua fundamental determinação assentada na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Obviamente, assumimos aqui a perspectiva de que não existe uma nova questão social, nos termos defendidos por Rosanvallon (1995) ou ainda por Castel (1995), embora a perspectiva deste seja bastante diferente daquela defendida por Rosanvallon.

⁸ Texto elaborado originalmente para exposição pela conselheira Ivanete Boschetti no 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS, ocorrido em Vitória/ES, em setembro de 2006, na mesa intitulada Conselhos de Políticas e de Direitos: Potencialidades de Transformação Social. O texto foi elaborado a partir de levantamento efetuado junto aos CRESS. O texto, ampliado, foi apresentado pela conselheira Rosa Helena Stein no Rio de Janeiro no Encontro Estadual: A participação dos Assistentes Sociais nos Conselhos de Direitos e de Política.

Compreendemos a questão social como fenômeno próprio da sociedade capitalista, determinada, do ponto de vista econômico, pela expropriação privada da produção coletiva, nos termos marxianos (Marx, 1982).

Nessa perspectiva, a superação da questão social só é possível por meio de uma radical transformação societária que não prescinde da socialização da riqueza e de suas formas de produção. Portanto, requer muito mais que o investimento na socialização da política, pelas vias da intervenção em Conselhos e espaços institucionais de gestão de políticas públicas, embora esses sejam espaços importantes de socialização da política.

O enfrentamento da questão social na perspectiva de sua radical transformação foi conduzida pela classe trabalhadora no final do século XIX e início do século XX com diversas formas de lutas emancipatórias que tinham como horizonte a superação da ordem capitalista e instituição de uma sociedade baseada na socialização dos meios de produção. Desde meados do século XX, contudo, prevalecem alianças entre capital e trabalho que conduzem a reformas sociais e reconhecimento parcial de direitos civis, políticos e sociais como “caminhos” para construção da cidadania (Marshal, 1967), tendo a perspectiva da emancipação econômica, política e social, tendo ficado subsumida. O Estado democrático capitalista foi obrigado a reconhecer, incorporar e institucionalizar demandas da classe trabalhadora e se travestiu em Estado social nos países capitalistas centrais, expressando o resultado de reformas sociais decorrentes das lutas e pressões da classe trabalhadora (Behring e Boschetti, 2007).

A experiência histórica que levou a instituição do welfare state no países da Europa ocidental, e à expansão das políticas sociais em praticamente todos os países capitalistas, foi seguramente determinada pela conjunção de políticas regulatórias fordistas-keynesianas e alianças de classe. Tais elementos permitiram certa redução das desigualdades sociais, mas não extinguiram a exploração de classe, não instituíram igualdade de condições e nem asseguraram a emancipação econômica e política da classe trabalhadora, que continua sendo obrigada a vender sua força de trabalho para assegurar as condições básicas de vida e sobrevivência. As transformações societárias ocorridas no século XX, assim, permitiram largamente a expansão dos direitos e ampliação do acesso da classe trabalhadora aos bens de consumo e aos espaços de socialização da política, mas não foram capazes de apresentar “soluções” à questão social.

2. Brasil: a Redemocratização e a Perspectiva de Ampliação dos Espaços de Socialização da Política e Acesso aos Direitos

No Brasil, a década de 1930 marcou a emergência de sistemas nacionais públicos de política social, que sempre foram associados ao mercado: previdência, saúde, educação, emprego (Boschetti, 2006). Em seu processo histórico de expansão e consolidação, esses sistemas instituíram

direitos limitados e restritos. Nunca foram universais, seja pela baixa qualidade dos serviços (saúde e educação básica), pelo caráter meritocrático (previdência e ensino superior), clientelista (assistência social) ou ainda pela política econômica orientada pela rentabilidade e acumulação, pouco dedicada à geração de emprego e renda para todos. Os movimentos sociais brasileiros viveram e enfrentaram a perversa relação de repressão e cooptação, nos longos períodos autoritários e nos curtos períodos democráticos.

A Constituição Federal de 1988 é, portanto, um marco na instituição da democracia representativa e respondeu ao clamor da democracia participativa ao prever a expansão dos direitos e políticas sociais e a possibilidade de criação de espaços de participação e controle democrático da sociedade, como os Conselhos, Conferências e Fóruns de Políticas Sociais. Esse movimento, contudo, se deu já em contexto mundial de avanço do neoliberalismo (Navarro, 1998; Anderson, 1995) e as políticas sociais sofrem profundo processo de reorganização, combinando descentralização, participação e controle social, com tendências privatistas e contra reformas de cunho neoliberal (Behring, 2001 e 2003). Os Conselhos e Conferências figuram cada vez mais como importante espaço de possibilidade de participação política e exercício de controle popular sobre o Estado, historicamente autoritário e prebendalista. Sua instituição e expansão mobilizaram participação de entidades da sociedade civil e canalizaram o movimento e anseio de participação cidadã. Ocorreu intenso processo de envolvimento de entidades representativas de trabalhadores, usuários, prestadores de serviços privados e do Estado na constituição, organização e funcionamento de Conselhos em todas as esferas e de governo e no âmbito de praticamente todas as políticas sociais.

Hoje, além de Conselhos organizados em torno das políticas sociais, temos Conselhos por segmentos (Mulher, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Comunidade Negra), ou temáticos (Conselho da Comunidade, Execuções Penais, Assuntos Penitenciários). Inegavelmente, os Conselhos, Conferências e Fóruns constituem, desde o final do século passado, um importante espaço de intervenção profissional e exercício democrático de formulação, discussão, debate e construção de princípios e diretrizes para as políticas e os direitos sociais. Nesse ano de 2008, em que comemoramos 20 anos da Constituição Federal, o reconhecimento de sua importância e significado, contudo, não deve nos eximir de problematizar suas possibilidades na perspectiva da transformação societária.

3. Participação do Conjunto CFESS/CRESS em Conselhos, Fóruns e Comitês

Temos hoje, a experiência concreta de mobilização e intervenção nesses espaços, o que nos permite fazer um balanço de suas possibilidades e

limites no processo democrático de transformação social no sentido de construir uma intervenção qualificada e solidamente ancorada no exercício da necessária radicalidade democrática. Essa compreensão é de tal forma reconhecida e assumida pelo Conjunto CFESS/CRESS como uma forma de mediar a materialização de nosso Projeto Ético-Político Profissional que temos ampliado nossa participação em Conselhos e Fóruns.

No âmbito nacional, desde a década de 1990 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), vem assumindo a representação em diversos Conselhos e Fóruns. Atualmente, o CFESS possui representação titular no CNS (Conselho Nacional de Saúde), CNI (Conselho Nacional dos Direitos do Idoso), e Conselho Nacional das Profissões Regulamentadas. Na condição de suplente, participa do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social, além de acompanhar o desenvolvimento e atuação de outros conselhos como o Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência), o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), o CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social), o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), e o ConCidades (Conselho das Cidades).

Além dos Conselhos, o CFESS também participa ativamente de diversos fóruns de articulação da sociedade civil como FBO (Fórum Brasil de Orçamento), FNAS (Fórum Nacional de Assistência Social), Fentas (Fórum de Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área da Saúde), Fórum DCA (Fórum em Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente).

No âmbito de Estados e Municípios os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) também têm uma participação ativa em Conselhos e Fóruns. Levantamento efetuado no final de 2006 em 25 CRESS e Seccionais revelou que estes possuem representação em 318 Conselhos, sendo 72 em âmbito estadual e 246 em âmbito municipal. Juntos, os CRESS do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul apresentam representação em 190 Conselhos, o que significa 59,75% do total. Além dos Conselhos, os CRESS ainda participam de diversos Fóruns e Comitês. A **Tabela 1** a seguir indica a representação de cada CRESS em Conselhos, a intensidade da participação dos CRESS, que estão em mais de um conselho, representando os trabalhadores da área.

Os mesmos dados, apresentados agora com foco no tipo e âmbito do Conselho, demonstram, por um lado, a diversidade da representação, e por outro, indicam que a política de assistência social, seguida pela de saúde, são os principais campos de representação dos CRESS. A **Tabela 2** (página 56) também revela que as representações dos CRESS não são exercidas apenas por conselheiros(as) da diretoria, mas contam com significativa colaboração de assistentes sociais de base.

Tabela 1- Representação em Conselhos de Políticas e de Direitos por CRESS/2006

CRESS Seccional	Natureza dos Conselhos	Nº
1º/PA	CEPI, CEAS, CMAS, Comunidade de Execuções Penais	05
2º/MA	CMCondição Feminina, CEDCA, CEAS	03
3º/CE	CEAS, CMAS, COMDICA	03
4º/PE	CEAS, CMAS, Conselho Curador da UFPE	13
5º/BA	CMS, CES, CEAS	03
6º/MG	CEPI, CEAS, CMAS, CEDPPD, CES, CMHabituação, CM Educação, Defesa Civil, Comunidade, CMS	21
7º/RJ	CMPI, CEAS, CMAS, Antidrogas, COMDICA, CMS, Direitos da Mulher, CONSEAS, CMDPPD,	42
8º/DF	CAS/DF, DH, Avaliação do Programa Renda Minha	03
9º/SP	COMDICA, CMAS, CMDPPD, CMPI, Conselho da Comunidade, Comunidade Negra, Direitos da Mulher, CMC, CMS, CONSEAS, Moradia Popular, Reforma Psiquiátrica, Bolsa Família, Antidrogas, CEAS	40
10º/RS	CEAS, CES, CEHab., CMAS, CMDCA, CMS, CMI, CMS, CMDPDef.,	61
11º/PR	CES, CEAntidrogas, CEDI, CEAS, CMAS, COMDICA, CMSM, CMS, Conselho Municipal da Mulher, CMAntidrogas, Conselho Local de Hospital, Conselho da Comunidade	26
12º/SC	CES, CEI, CESAN, CMAS, CMI, CMDCA, Comunidade, Conen,	11
13º/PB	CEAS, CMAS, COMSEAS	03
14º/RN	CMAS, CES, CONESAM, CEPI, Conselho da Comunidade PJ,	07
15º/AM/RR	CEAS, CES, CMAS, COMDICA	04
16º/AL	CEAS, CES, CEIdoso, CESegurançaAlimentar, CEDCA, CMAS, CMS, CMHabituação.	08
17º/ES	CEDPPD, CEAS, COMDICA	03
18º/SE	CEAS, CMAS, CMS, COMDICA,	04
19º/GO e TO	CEAS, CMAS, CMS, CES, CEPI, Conselho Penitenciário, Comunidade, CEDCA., Habitação	12
20º/MT	CEAS, CES, CEDMulher, CEDCA, CEAntiDrogas, CMAS, CMS, CMHab., CMDCA, CComunidade	27
21º/MS	CMAS	01
22º/PI	CEDCA, CMAS, CEAS, CES, CMS	05
23º/RO/AC	CEAS, CMAS, CEDCA, COMDICA, CES, Conselho da Comunidade, CEAP	07
24º/AP	CEAS, CMAS, CES, CMS, CEDCA, CESA	07
TOTAL		318

Tabela 2- Representação dos CRESS por Natureza e Âmbito do Conselho e Quem Representa - 2006

Natureza do Conselho	Âmbito do Conselho		Quem Representa o CRESS*	
	Conselho Estadual	Conselho Municipal	Conselheiro/a	Assistente Social de Base
1. Assistência Social	27	131	32	54
2. Saúde	15	34	06	18
3. Criança/Adolescente	09	27	04	20
4. Pessoa Idosa	06	08	-	08
5. Comunidade	-	18	04	07
6. Pessoa com Deficiência	02	05	03	03
7. Segurança Alimentar	06	02	04	02
8. Antidrogas	01	06	01	04
9. Direitos da Mulher	01	06	-	06
10. Direitos Humanos	02	-	-	02
11. Habitação, Moradia Popular	01	02	01	-
12. Educação	-	04	-	-
13. Programa Renda Minha	01	-	01	-
14. Bolsa Família		01		
15. Comunidade Negra	-	01	-	01
16. Defesa Civil	-	01	-	-
17. Conselho Penitenciário	01			01
TOTAL	72	246	56	125

* Nota: O número de representantes é inferior ao número de conselhos pois a mesma pessoa pode estar em mais de um conselho.

Além da representação em Conselhos, os CRESS participam em diversos Fóruns, Comitê e Comissões, conforme abaixo:

Fóruns

- Dos Conselhos de Saúde
- De Assistência Social
- De Saúde Mental
- De Mulheres
- Do Idoso
- Dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Estadual da Reforma Urbana
- Estadual em Prol da Educação Inclusiva
- Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- Permanente de Direitos Humanos
- Permanente de Defesa dos Direitos do Deficiente
- Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - PREVIDA
- Segurança Alimentar
- Fórum Permanente da Região Sul – PNI
- Fórum Estadual em Prol da Educação Inclusiva
- Fórum Estadual Erradicação Trabalho Escravo

Comissões, Comitês e Associações

- Comissão Municipal de Reforma Psiquiátrica
- Comissão Municipal de Saúde Mental
- Comissão Interinstitucional de Defesa dos Direitos dos Adolescentes Privados de Liberdade
- Comissão Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil
- Comissão Interinstitucional de Saúde do Trabalhador
- Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil
- Comissão Judiciária de Adoção
- Comissão Estadual DST/HIV/AIDS
- Comissão Estadual Judiciária de Adoção
- Comissão de Saúde da Mulher
- Comitê Popular de Combate e Erradicação do Trabalho Escravo
- Comissão de Assistência Social da OAB/SC
- Comitê de Defesa dos Direitos Humanos
- Comitê de Controle Social do Programa Bolsa Família
- Comitê Temático de Desenvolvimento Regional
- Colegiado do Curso de Serviço Social (Univ.)
- Conselho Curador – órgão deliberativo (univ.)
- Câmara Técnica DST/AIDS e Cidadania
- Associação Conselhos Profissionais – ASCOP
- Pólo Locorregional Litoral/Centro de Educação Permanente do SUS
- Associação de Assistentes Sociais de Joinville
- Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina

A diversidade na representação aponta a riqueza de atuação dos Conselhos Regionais na defesa dos direitos e políticas sociais e seu investimento na participação democrática e no controle social popular. Essa experiência, entretanto, não é isenta de contradições. Se, por um lado, fortalece a socialização da política, por outro, revela os limites dos Conselhos no processo de transformação social e aponta as dificuldades do exercício democrático coletivo numa perspectiva de totalidade, conforme apontaram os CRESS.

4. Dificuldades Apontadas pelos CRESS no Exercício da Representação

No levantamento efetuado em 2006, apenas cinco CRESS indicaram que não enfrentam dificuldades no exercício da representação nos Conselhos. Os demais apontaram diversas dificuldades, que foram agrupadas de acordo com sua natureza.

4.1. Dificuldades Relativas às Condições dos CRESS

- Disponibilidade dos conselheiros e compatibilização da agenda das representações com os compromissos decorrentes da representação, agenda do CRESS e trabalho profissional;
- Limitação por parte dos conselheiros em compreender o papel e importância dos conselhos e a sua inserção;
- Garantia de recursos financeiros da receita do CRESS para manter a presença das representações em todas as atividades;
- Domínio do marco legal da área representada pelo conselheiro;
- Dificuldade para manter as representações municiadas das principais questões atuais do debate de cada área e ao mesmo tempo socializar as discussões para a categoria e também entre CFESS e Regional;
- Não existência de liberação de horário de trabalho para participação em eventos de capacitação e/ou troca de experiências;
- Reduzida participação de assistentes sociais que representam o CRESS nos Conselhos nos eventos realizados pelo CRESS para debate sobre o controle social (bem como em outras ações promovidas pela entidade); a presença de estudantes e profissionais interessados no tema é bastante significativa, mas a participação não se reflete em representação efetiva nos conselhos;
- Dificuldade em receber relatórios periódicos dos representantes dos CRESS sobre sua participação nos Conselhos;
- Dificuldade de escolha de representações no tempo solicitado pelos conselhos, em geral muito exíguo;
- Concentração de atividades em poucos assistentes sociais de base que participam das ações dos CRESS
- Falta de relação mais próxima dos CRESS com os representantes do CFESS nos Conselhos e Fóruns Nacionais, o que retarda a socialização de informações e documentos para os CRESS e dificulta o debate de temas como PNAS, NOB-Suas, NOB-RH, SUAS/WEB, PSF, entre outras;
- Falta de espaços de debates dos temas nacionais ligados à assistência social no conjunto CFESS/CRESS;

- Dificuldade de articulação do CRESS com as representações assumida nos municípios do interior do Estado, devido à distância das sedes (CRESS e Seccional);
- Descontinuidade da representação pelo profissional (sobretudo da base), que muitas vezes não realiza o trâmite da substituição, perdendo ou deixando o assento vago, o que fragiliza a credibilidade dos CRESS;
- Dificuldade de planejar a representação, de modo a garantir orçamento para custos da participação, capacitação e acompanhamento;
- Dificuldade de articulação com outros sujeitos/entidades que defendem os mesmos princípios do Conjunto nos espaços dos Conselhos.

1.2. Dificuldades Próprias dos Conselhos de Direito e de Política Social

Dificuldades de Natureza Política

- Conselhos não têm reconhecimento governamental, ocasionando descaso e desrespeito pelas decisões do Conselho;
- Presença dos conselheiros de raiz religiosa que tende a afastar os conselhos dos seus objetivos;
- Representação exercida de forma individual, alheia à compreensão de que a representação é da entidade de classe, e deve ser orientada por princípios e interesses éticos coletivos;
- Dificuldade no acesso às informações necessárias para que o controle possa ser efetivado;
- Dificuldade de articulação política entre as entidades da sociedade civil;
- Encaminhamento de interesses corporativos (instituições defendendo seus próprios projetos), sem um debate mais aprofundado sobre as políticas sociais;
- Reuniões dedicadas excessivamente para análise e aprovação de convênios e financiamentos a entidades, deixando de apreciar a direção dada às políticas sociais (característica é presente, especialmente, nos conselhos de âmbito municipal, particularmente nos conselhos de assistência social);
- Há conselhos que não comunicam ao CRESS a existência de vagas para a representação da entidade;
- Dificuldade dos conselheiros de compreender e defender a Política Pública como direito do cidadão diante de predomínio de estereótipo dos usuários como negligente;

- Dificuldade de manter autonomia da sociedade civil e fazer com que a representação não governamental se apodere das discussões e não seja fortemente influenciada pela representação governamental;
- Ausência de capacitação, principalmente dos conteúdos para acompanhamento financeiro de programas e projetos;
- Falta de conhecimento da realidade por parte dos conselheiros, pois inexistente um mapeamento da situação local para compreensão das reais necessidades relativas à política a ser formulada no âmbito de cada Conselho;
- Ausência de Plano de Ação para gestão dos Conselhos;
- Desconhecimento do Orçamento Público pelos conselheiros.

Dificuldades Relacionadas à Infra-estrutura e Organização dos Conselhos de Direitos e de Políticas Sociais

- Escassez de recursos para funcionamento regular (papel, cartucho de tinta, etc);
- Ausência de objetividade durante as reuniões (pautas muito longas, atrasos no início e conseqüentemente na finalização das reuniões, etc);
- Dificuldade na estrutura física dos conselhos, como garantia de transporte de Conselheiros(as) em visitas institucionais;
- Ausência de ajuda de custo aos conselheiros não-governamentais quando de viagem para atividades dos conselhos.

5. Para Finalizar: Limites das Representações na Perspectiva da Transformação

Muitas das dificuldades vivenciadas pelo Conjunto CFESS/CRESS no exercício da representação nos Conselhos de Direitos e Políticas Sociais estão ligadas diretamente à própria estrutura e características centrais dos conselhos: espaço plural de representação de diversos interesses, com representação do Estado e da sociedade, nem sempre de caráter paritário.

Os Conselhos têm contribuído para fazer avançar o processo democrático, mas não podemos negar também que seu processo de constituição e desenvolvimento tem contribuído para a institucionalização dos conflitos e demandas, antes canalizados para manifestações e reivindicações de massa. São espaços que, cada vez mais, se diversificam e se proliferam, o que vem contribuindo para a fragmentação das demandas e das respostas públicas. Os direitos, muitas vezes, não são defendidos como direitos dos cidadãos, mas como direitos específicos de determinado

segmento: dos idosos, das pessoas com deficiência, da mulher... sem uma necessária relação entre as necessidades e demandas particulares e o reconhecimento geral dos direitos de todos/as. Os Conselhos têm favorecido, também, a representação corporativa de interesses específicos, que vão desde a defesa de interesses empresariais, até interesses corporativos profissionais. Nesse sentido expressam mais interesses específicos e menos interesses de classe.

São espaços de democracia representativa, mas com limitada participação direta. Os processos eleitorais, muitas vezes, são organizados de modo a feudalizar e eleger grupos e/ou composições pré definidos.

Evidente que o reconhecimento destas dificuldades e limites não subtrai a importância dos Conselhos, pois constituem importante espaço de tencionamento das demandas e relações sociais, de acesso à informação, de acompanhamento das políticas públicas, de articulação entre forças sociais convergentes, de divulgação e socialização de nossas posições, e de defesa ampla de direitos e políticas. Mas não devemos abrir mão de nos perguntar e avaliar permanentemente até que ponto os Conselhos tem conseguido se firmar como trincheira de resistência à políticas neoliberais que reduzem direitos, e como espaço de luta para ampliação de direitos.

Tendo em vista o papel dos movimentos sociais nas históricas lutas de transformação societária, mais do que nunca devemos investir no fortalecimento dos movimentos sociais autônomos e fortalecer no âmbito dos Conselhos uma atuação na perspectiva da radicalidade democrática, o que pressupõe:

- Estimular a participação mais efetiva dos movimentos sociais dos trabalhadores nos Conselhos, de modo a tencioná-los e forçar a defesa de direitos universais;
- Não canalizar todas as perspectivas de luta para os Conselhos, visto que não são espaços substitutos dos movimentos sociais;
- Ficar atentos e vigilantes para que a atuação nos Conselhos não despoticizem as lutas políticas mais gerais e ofensivas da classe trabalhadora;
- Lutar para que os Conselhos não atuem no espaço restrito da institucionalidade estatal.

Nossa atuação nos Conselhos, inegavelmente, é uma contribuição à construção dos espaços democráticos, e deve ser parametrada pelo projeto ético-político-profissional, no sentido de compreendê-los como uma mediação necessária e importante para a socialização da política. Esta, contudo, não deve se sobrepor ao necessário e imprescindível fortalecimento dos movimentos sociais, como sujeitos coletivos capazes de potencializar as lutas necessárias à uma transformação radical da sociedade capitalista.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry, Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BEHRING, Elaine. Os Conselhos de Assistência Social e a construção da democracia. Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios. Cadernos ABONG. Brasília: ABONG/CFESS/CNTSS, nov. 2001.
- _____. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo, Cortez Editora, 2ª. Ed., 2007.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social. Brasília: Letras Livres/Editora da UnB, 2006.
- CASTEL, Robert. Les Métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat. Paris, Fayard, 1995.
- MARX, K. Introdução à crítica da economia política. In: Marx, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas)
- MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- NAVARRO, V. *Neoliberalismo y Estado del bienestar*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1998.
- ROSANVALLON, Pierre. La Nouvelle question sociale: repenser l'Etat-providence. Paris, Éditions du Seuil, 1995.

CONFERÊNCIA

**A ofensiva conservadora na formação profissional:
desafios ético-políticos e construção de uma agenda
comum de enfrentamento pelas entidades da categoria**

Palestra da Prof^a Dr^a Juliane Peruzzo

Palestra de Fabiano Santos

Palestra da Prof^a Dr^a Maria Inês Souza Bravo

Contribuições do Conjunto CFESS/CRESS para a NOB



PALESTRA

Juliane Feix Peruzzo

Coordenadora da Comissão de Formação do
Conselho Federal de Serviço Social
Gestão 2005/2008

Bom dia a todos(as)! É um grande prazer estar em Vitória participando deste fórum democrático e participativo que é o Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS. Em tempos da ofensiva do fundamentalismo liberal, debates e definições coletivas e democráticas já estão sendo considerados “coisas do passado”. E aqui estamos tendo a demonstração do valor do coletivo! Temos uma grande responsabilidade de representar o CFESS nesta mesa, composta por históricos companheiros - ABEPSS e ENESSO, tematizando conteúdos importantes e desafiadores da formação e do exercício profissional das(os) assistentes sociais.

Cabe a nós, nesta mesa, trazeremos algumas reflexões, manifestando, não somente os posicionamentos do CFESS, mas do conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da ENESSO extraídos da Plenária Ampliada realizada no final de abril deste ano em Brasília, cujos temas foram exatamente os que estamos refletindo nesta mesa. Temas, embora tensos, que exigem de nós, além de cautela, uma reflexão muito contemporânea, muito responsável dada à conjuntura que estamos vivendo.

A ofensiva do conservadorismo na formação profissional.

Falamos da ofensiva conservadora na formação profissional implica falarmos dos impactos da reestruturação, não só no âmbito do Estado, das “contra-reformas”, que o Fabiano (ENESSO) e a Maria Inês (ABEPSS) comentaram, mas também na arquitetura dos espaços sócio-ocupacionais, nos processos e as condições de trabalho especialmente os trabalhadores assalariados.

A mesa inicial deste encontro já apontou e refletiu sobre os elementos centrais da reestruturação do capitalismo e indicou vários elementos que decorrem deste processo, no caso, vamos pinçar aquele que é central nesta mesa de reflexão: a precarização da formação e do exercício profissional. Precarização que toma múltiplas dimensões que, dentre outras questões, podem ser evidenciadas: na abertura indiscriminada e, muitas vezes, pouco cuidadosa no que se refere às condições básicas para garantir uma formação em nível superior com qualidade, seja na graduação ou na pós-graduação; no incentivo político e econômico governamental do ensino à distância, que propicia uma formação universitária rápida, condensada, superficial e com pouca (nada ou duvidosa) qualidade.

O estímulo à expansão do ensino à distância tomou maior vulto, com a proposta de Reforma Universitária, iniciada em 2003 e 2004 e acelerada pelo Governo Lula, com a edição do Decreto de 19 de dezembro de 2005 que detalha a oferta de ensino à distância em todos os níveis: educação básica; educação de jovens e adultos; educação especial; educação profissional e educação superior, que abrange: cursos sequenciais, graduação, mestrado, especialização, mestrado e doutorado.

Na Plenária Ampliada tivemos a oportunidade de aprofundarmos sobre os “nós” críticos que estão subjacentes aos cursos de graduação à distância, tanto no que se refere aos aspectos jurídico-normativos, a desresponsabilização do Estado no acompanhamento e avaliação dos cursos, transferindo essa responsabilidade para o mercado; a superficialidade sobre o processo de credenciamento e avaliação; o não detalhamento das atividades presenciais, que no caso somente se restringem a avaliação, estágios obrigatórios, defesas de trabalhos e laboratórios; a falta de explicitação dos mecanismos de controle e acompanhamento e percentuais de horas presenciais, etc.; quanto aos aspectos ético-políticos, pois, o projeto que defendemos e que está explicitado no Código de Ética, na Lei que Regulamenta a Profissão, nas Diretrizes Curriculares, é incompatível com a modalidade de ensino de graduação em serviço social à distância tendo em vista, dentre outras questões, a nossa histórica defesa pela “Educação como direito de todos e dever do Estado” e pela certeza que formação profissional de e com qualidade só é possível num ambiente onde ensino, pesquisa e extensão estejam indissociados.

Estes são alguns aspectos que perpassam os processos formativos e que incidem diretamente no exercício profissional, exigindo de todos/as, mais do que nunca uma coesão e uma agenda de luta coletiva na defesa dos princípios que pautam o projeto ético-político do Serviço Social.

Elementos para a construção de uma agenda em defesa da qualidade da formação e do exercício do trabalho profissional

Nesse sentido, na Plenária de abril, levantamos algumas idéias, que podem compor a construção dessa agenda coletiva⁹:

Posição Plenária Elementos para Construção de Posicionamento sobre Cursos de Graduação à Distância:

- Estabelecer mecanismos de controle social na autorização para abertura, funcionamento e reconhecimentos de novos cursos de graduação à distância;
- Investimento na política de comunicação, de forma mais ofensiva, no debate sobre a precarização da formação profissional.
- Fortalecimento da articulação do conjunto CFESS/CRESS com a ABEPSS e ENESSO no enfrentamento da precarização da formação, fazendo gestão junto ao MEC e junto a Comissão de Especialistas do MEC.
- Pautar nos Fóruns de controle social de Políticas Públicas a discussão da precarização da formação profissional nos cursos a distância.
- Fóruns locais de discussão, articulados com as regionais da ABEPSS e ENESSO;
- Acompanhar os cursos para tentar barrá-los através das infrações na Lei de Regulamentação Profissional (verificar se as disciplinas específicas são ministradas pelo assistente social, dinâmica de estágios, carga horária).
- Desencadear, com urgência, campanha nacional contra a modalidade de cursos de graduação à distância. Elementos para posicionamento na campanha:
 - Inviabilização do processo de estágio;
 - Dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
 - Precarização do exercício profissional;
 - Prejuízo nas competências técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas;
 - Dissociação com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social;
 - Inviabilidade na implementação das Diretrizes Curriculares.

⁹ O Relatório da Plenária Ampliada foi sistematizado e socializado com todos os CRESS, para a Direção Nacional da ABEPSS e para a Direção Nacional da ENESSO.

Mecanismos e estratégias para a garantia da qualidade nos cursos presencial públicos e privados:

- Regularidade do monitoramento dos cursos, pela comissão de especialistas do MEC;
- Estabelecimento de mecanismos de controle social na autorização para abertura, funcionamento e reconhecimentos de novos cursos de graduação;
- Avaliação permanente da ABEPSS dos cursos de Serviço Social;
- Criação de ouvidoria da ABEPSS;
- Investimento na política de comunicação, de forma mais ofensiva, no debate sobre a precarização da formação;
- Fortalecimento da articulação do conjunto CFESS/CRESS com a ABEPSS e ENESSO no enfrentamento da precarização da formação;
- Pautar nos Fóruns de controle social de Políticas Públicas a discussão da precarização da formação profissional;
- Acompanhamento dos CRESS das avaliações da ABEPSS, com a divulgação dos resultados para a sociedade;
- Acompanhamento do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS nas avaliações realizadas pelo MEC;
- Articulação com os diversos conselhos profissionais que vivenciam a realidade da proliferação de cursos de graduação para construção de fórum permanente ampliado, com vistas à definição de estratégias conjuntas;
- Publicização das avaliações do MEC;
- Reforçar junto ao MEC e avaliadores do INEP, a necessidade de visitas sistemáticas às Unidades de Ensino;
- Realizar parceria dos CRESS com as Instituições de Ensino;
- Inserir, nas ações programáticas da COFI, o acompanhamento das Instituições de Ensino;
- Desencadear campanha nacional contra a precarização do ensino em Serviço Social na modalidade de cursos presenciais nas instituições Públicas e Privadas.

Então, me parece que, a plenária foi muito rica em já ter um posicionamento e uma idéia, do nosso percurso e das nossas lutas, no sentido de, defendermos, o nosso projeto ético-político, defendermos a questão das diretrizes, os princípios das diretrizes.

Elementos para Posicionamento sobre Exame de Proficiência

Um outro “nó crítico” que perpassa a reflexão das estratégias e mecanismos para garantirmos uma formação e um exercício profissional de qualidade é a implantação do exame de proficiência. Já na plenária, interrogávamos se este mecanismo de fato poderia se constituir numa estratégia garantidora da qualidade na formação e no exercício profissional? O exame de proficiência tem realmente potencial para provocar uma melhoria no processo de formação?

Os elementos trazidos pelos participantes da Plenária apontaram para:

- A necessidade de aprofundar o debate, considerando sua complexidade e diferença de posicionamento:
 - a) alguns participantes manifestaram-se contrários à realização do exame, por considerar que este possui caráter punitivo para o trabalhador recém-formado, entendendo, também, que sua realização contraria o posicionamento histórico do conjunto;
 - b) outros consideraram que o exame não é o único, mas pode ser caracterizado enquanto um dos instrumentos para enfrentamento da precarização da formação profissional, pois “pode barrar a formação à revelia (sem compromissos) que impacta na sociedade.”
- Os participantes da plenária indicaram como estratégia o aprofundamento da discussão no campo político para balizar o posicionamento referente ao debate do exame de proficiência no âmbito do Conselho e nos conselhos estaduais.

Quanto ao primeiro item, necessidade de se aprofundar o valor e potencial do exame de proficiência, o debate foi pautado pelas seguintes questões:

- a) a tendência da competitividade e da legitimação da desresponsabilização do Estado, recaindo sobre o aluno a responsabilização da formação precarizada;
- b) a tendência à mercantilização da qualificação pós-universidade; que estaria longe de ser a formação pós-graduada que defendemos, mas uma formação regulada pelo mercado;
- c) a tendência da desregulamentação da profissão, se optarmos pelo exame de proficiência no Serviço Social teremos que alterar a Lei de Regulamentação da profissão. A questão posta era: que impactos poderia ter, nesta conjuntura em que a tendência conservadora está interna e externa à categoria profissional, a mudança da nossa lei de regulamentação?

Quanto ao segundo indicativo, o CFESS está realizando um levantamento junto aos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, até este momento já obtivemos o seguinte panorama:

- a) Conselho de Administração: tramita um Projeto de Lei, mas já teve veto;
- b) Conselho de Biologia: a plenária da categoria já decidiu que não farão exame de proficiência;
- c) Conselho de Corretores de Imóveis: tramitação de Projeto de Lei com veto;
- d) Conselho de Contabilidade: tramitação de Projeto de Lei com veto;
- e) Conselho de Economia: não há uma posição fechada;
- f) Conselho de Educação Física: não há uma posição fechada;
- g) Conselho de Medicina Veterinária: já teve experiência e teve recurso ganho de impugnação.
- h) Conselho de Enfermagem: deliberou contrário ao exame de proficiência;
- i) Conselho de Fonoaudiologia: deliberou contrário ao exame de proficiência;
- j) Conselho de Medicina: ainda não tem uma posição.

Regulamentação do Título de Especialista para a inserção qualificada de assistentes sociais no mercado de trabalho

Outro campo de tensão relacionado aos processos de formação e do exercício profissional que se constitui em demanda crescente da categoria é a regulamentação do Título de Especialista.

Sobre esta demanda a posição que predominou foi a compreensão de que o Conjunto CFESS/CRESS não deve assumir a responsabilidade de emitir título ou certificado de especialista com base na experiência profissional. Deve sim, fomentar e fortalecer iniciativas de realização de cursos e programas de capacitação e especialização por instituições de ensino devidamente reconhecidas que tenham credibilidade para sua realização. Os participantes nos grupos consideraram que estas especializações devem levar em conta a singularidade do fazer profissional, situando-a na perspectiva da totalidade, conforme projeto ético-político profissional.

No que se refere especificamente à emissão de título de especialista pelo Conjunto CFESS/CRESS, há consenso que o CFESS não deve conferir título de especialista somente pelo exercício profissional. Entretanto, os CRESS apontam elementos que devem ser aprofundados acerca deste tema:

- Levar em consideração o período de experiência técnica do profissional, associando-a a apresentação de uma monografia sobre sua atuação, referendada por uma unidade de ensino;
- Vários Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) prevêem gratificações para títulos de especialistas concedidos por alguns conselhos profissionais, o que estimula os posicionamentos favoráveis por parte de alguns assistentes sociais;
- Avaliar no conjunto da categoria o impacto das especialidades e analisar de no âmbito do Serviço Social comporta especialidades.
- Critérios para conferir certificado de especialista: pós-graduação na área; experiência profissional; prova; produção intelectual;
- Emissão de certificação de especialista baseado nas Diretrizes Curriculares - ABEPSS e no Projeto Ético Político Profissional.

Ficou evidenciada a necessidade de investimento pelo Conjunto CFESS/CRESS na elaboração de um Programa Nacional de Capacitação. Algumas estratégias foram sinalizadas nesse sentido:

- Estabelecer diretrizes de gestão para o conjunto CFESS/CRESS, referentes à especialização e capacitação, tendo como parâmetro a articulação com as IES;
- Pautar de modo sistemático nas Comissões do CRESS as demandas e as ações de gestão do conjunto referente à capacitação;
- Buscar articulação com agências formadoras como Escolas de Governo e Associações;
- Pautar o tema “formação” nos encontros descentralizados;
- Priorizar a realização do Curso de Especialização à Distância pelo CFESS e ABEPSS;
- Articular com as universidades públicas e as comunitárias/filantrópicas para a realização de cursos de especialização gratuitos ou com baixo custo.

Enfim, a Plenária Ampliada nos trouxe muitas questões que, neste Encontro Nacional, devem ser “decantadas” e “problematizadas”, pois enfrentarmos estes desafios exige de todos(as) atitudes e ações radicais que assegurem a consciência de classe dos trabalhadores, potencializando estratégias, sentimentos e afetos da luta organizada e coletiva na defesa dos nossos princípios ético-políticos. Obrigada.



PALESTRA

Fabiano Santos

Coordenador Geral da ENESSO

Bom dia a todos e todas. Vou iniciar colocando um pouco da conjuntura da educação, passando por algumas questões específicas do Serviço Social e, ao mesmo tempo, tentar finalizar, com algumas pautas que já foram tiradas no último Encontro Nacional dos Estudantes da área.

Nesse último Encontro de estudantes de Serviço Social que aconteceu em Palmas, entre outras coisas, a gente começa a perceber um crescimento ainda maior, nesses últimos anos, das escolas, principalmente do setor privado, tanto no ensino presencial quanto a expansão, também, do ensino à distância.

Estive aqui no Espírito Santo na última segunda feira para visitar as escolas e assim verifiquei que já existem quase 30 escolas de ensino à distância, ou melhor, 30 escolas não, quase 30 salas de ensino à distância!

Em Sergipe, começando pela Universidade Federal, que também já está com esse projeto de ensino à distância, em Recife, no Brasil todo. Isso acontecendo em dois estados que não são grandes centros, não é? Imagina os grandes centros como em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro; esse processo é ainda mais aprofundado.

Nesse crescimento, também, a gente vê o conservadorismo crescer ainda mais, a partir dessa expansão. Também citando o exemplo do Espírito Santo, a gente vê que a escola que mais cresce é o ensino à distância e fazendo um debate muito voltado para a questão do meio ambiente e tal. Mesmo que no currículo dessas escolas tenham temáticas como movimentos sociais e algumas coisas que estão no nosso meio, eles desvirtuam bastante as condições das diretrizes curriculares, passando a ter uma maior precarização da nossa formação profissional.

A partir desse debate, a gente detectou que para o movimento estudantil de Serviço Social há algumas dificuldades a partir do início da década de 90. Esse processo de hegemonia neoliberal no país, a questão do individualismo e a maioria dos movimentos sociais na verdade passam por uma grande dificuldade de mobilização do conjunto das suas bases. São poucos os sindicatos e movimentos sociais que conseguem, efetivamente, fazer o enfrentamento e mobilização das suas bases; uns poucos movimentos conseguem efetivamente mobilizar e colocar a sua pauta do centro da política nacional.

Mas, a gente, também, verificou um novo processo, a partir da reforma universitária do governo Lula, que já foram implementados como o PROUNI, por exemplo, e os próprios cursos à distância. Nesse último encontro, a gente já tinha uma presença muito grande de estudantes do PROUNI, que foi concretizado nas maiores universidades. Em relação ao ensino à distância, uma das maiores universidades é a UNITINS, e lá tinham muitos estudantes da UNITINS (uma das maiores delegações) e a gente verificou, também, uma grande dificuldade de estar dialogando com esses estudantes.

Em conjunto com o CFESS e com a ABEPSS já fizemos uma carta conjunta, enfim, a gente tem uma dificuldade muito grande de estar dialogando com esses estudantes. E nesse sentido, concluímos que não podemos dispensar novas formas de mobilização para nos aproximarmos desses estudantes. Até porque, a gente não sabe, como viabilizar esta aproximação, principalmente da escola do ensino à distância. Porque a gente não tem condições materiais de chegar na maioria das escolas. Isso é histórico, mesmo no ensino presencial, que a gente sabe onde se localiza efetivamente. Imagina como mobilizar esses estudantes à distância.

Sem falar em toda a propaganda populista desses programas advindos da reforma universitária. Acho que a maioria das pessoas aqui viu a propaganda do PROUNI (que é maravilhosa, inclusive!). É difícil você fazer a luta ideológica contra essas propagandas populistas. E voltado ainda mais para o movimento estudantil que tem muitas dificuldades estruturais.

Esses novos movimentos de mobilização, o diálogo com os estudantes mesmo, foi pensado para estar colocando a discussão da ofensiva conservadora e das próprias diretrizes curriculares não serem respeitadas, tendo uma formação profissional, que vai de encontro ao nosso projeto ético-político, e a gente nota que a precarização da formação se dá de uma forma muito mais avançada.

Queria socializar aqui de uma forma bem rápida uma estratégia que é colocada como uma forma de enfrentamento, que é o exame de proficiência. A gente no último Encontro também tirou uma deliberação contrária ao exame de proficiência. Para nós, o exame de proficiência não dá conta de estar efetivamente barrando toda essa ofensiva, essa expansão de cursos e tudo isso que é colocado e que a gente já vem debatendo

há um longo tempo. A gente acredita que não são os estudantes, não somos nós que temos responsabilidade por conta dessa precarização do ensino, por conta dessa expansão. O que se coloca a partir do exame de proficiência é basicamente isso. Os estudantes que são responsabilizados. Deixa de responsabilizar o Estado (que deveria ser o responsável por isso).

Além disso, a gente vê que a partir do próprio exame de ordem da OAB em todos os lugares você vê propaganda de cursinhos para dois anos. "Esse é o cursinho que aprova mais, venha fazer o cursinho para o exame de ordem aqui porque nós temos 90% de aprovação". Enfim, existem vários tipos de cursinhos para quem não teve tempo de estudar durante os quatro anos da sua formação. A gente sabe o que significam os cursinhos pré-vestibular, a gente sabe o que significa os cursinhos para o provão, a gente sabe que já começam a existir os cursinhos para o ENADE e sabe que todos esses sistemas de avaliação efetivamente, não avaliam nada. Não que o exame de proficiência, seja um exame de avaliação; as pessoas que o defendem colocam mais como uma barreira de contenção. Essa barreira de contenção que poda o estudante por conta de uma política do governo. Que a reforma universitária posta, na verdade vem rolando desde o governo Fernando Henrique e que tomou um grau maior agora no governo Lula.

Sem falar também que várias universidades, várias faculdades de direito fazem propagandas para o vestibular utilizando o índice de aprovação de alunos para o exame de ordem da OAB. O ENADE e no provão tinha um mapeamento que o próprio governo fazia e a gente sabe do grau de prejuízo que essas universidades têm em relação à posição no ranking, inclusive a diminuição das verbas públicas para o financiamento.

Nesse sentido, a gente reafirma a importância da articulação das entidades da categoria. Já fizemos várias pautas conjuntas. Um exemplo que você tem aqui, que é o ensino à distância, para barrar essa ofensiva conservadora contra a construção histórica do Serviço Social brasileiro.

Chamamos o Conjunto CFESS/CRESS reunido no 35º Encontro Nacional, aqui em Vitória, bem como a ABEPSS para refletirmos e enfrentarmos de forma conjunta esses ataques.

Obrigado!



PALESTRA

Maria Inês de Souza Bravo

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica/SP,
Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ,
Assistente Social e Representante da ABEPSS - Associação Brasileira de
Ensino e Pesquisa em Serviço Social

Gostaria de saudar os participantes e parabenizá-los pela organização e resistência. Estou nesta mesa, como representante da ABEPSS por fazer parte da direção da entidade na Regional Leste.

Vamos utilizar como roteiro para fazer a apresentação: as condições sócio-institucionais da formação profissional; algumas questões gerais, que estão nesse cenário; as estratégias que a ABEPSS tem desenvolvido e, para finalizar, pontuar alguns aspectos para a construção de uma agenda de enfrentamento coletivo, a ser assumida por todas as entidades da categoria.

Com relação ao ensino do Serviço Social no Brasil vai-se apresentar uma comparação entre os anos de 1994 a 2004, com relação às unidades de ensino públicas e privadas, conforme **Quadro 1** abaixo.

Quadro 1 - Ensino do Serviço Social no Brasil

Ano	Unidades de Ensino Públicas	Unidades de Ensino Privadas	Total
1994	25 (34%)	47 (66%)	72 (100%)
2004	44 (20%)	173 (80%)	217 (100%)

A análise destes dados nos leva a algumas reflexões. No início da nossa história tivemos o ensino do Serviço Social com hegemonia, até 1945, das unidades filantrópicas, vinculadas à Igreja Católica, ou seja, as PUCs e as Universidades Católicas. A partir dos anos 2000, identifica-se a aceleração do ensino privado mercantil com grandes empresas e que tem várias unidades distribuídas por diversos estados brasileiros.

Minas Gerais foi o estado em que houve maior ampliação das unidades de ensino do país. A UNIPAC tem 14 unidades, espalhadas no interior de Minas Gerais. Um outro dado importante que está acontecendo, é de que o ensino de Serviço Social, que antes estava concentrado nas metrópoles, está indo para o interior. A região com maior ampliação é a Região Leste, com 76 unidades de ensino, destas 45 estão em Minas Gerais, 30 no Rio de Janeiro e 6 no Espírito Santo. A atualização destes dados tem sido muito difícil, pois a cada mês, surgem novas escolas.

Um segundo aspecto a ser ressaltado é a desfiguração pelo MEC das diretrizes curriculares formuladas pela ABEPSS. A ênfase tem sido na formação por competência e não na formação profissional mais geral. Identifica-se também, uma defasagem teórico-metodológica e fragilidade operativa da formação profissional.

A ABEPSS, frente a essa situação, considerou que era importante fazer uma pesquisa de avaliação das diretrizes curriculares. Esse processo envolveu: elaboração do projeto e do instrumental; definição dos eixos da pesquisa; elaboração do texto de referência; elaboração dos instrumentais de coleta de dados; adequação do instrumental para a análise quantitativa e qualitativa; reunião ampliada em todas as regionais, para discutir e aprofundar o debate da pesquisa das diretrizes; aplicação do instrumental de pesquisa.

Os eixos da avaliação das diretrizes são: fundamentos histórico e teórico-metodológicos; trabalho; questão social; pesquisa e ensino da prática. Após a aplicação do instrumental, foram programadas e realizadas Oficinas Nacionais Descentralizadas nas seis regiões – Nordeste, Sul I, Leste, Sul II, Centro-Oeste e Norte em que foram devolvidos os dados para reflexão coletiva.

Cabe ressaltar algumas questões que estão sendo evidenciadas nas Oficinas. Com relação aos Fundamentos históricos e teórico-metodológicos tem-se identificado algumas referências distantes das diretrizes curriculares e do projeto ético-político, como, por exemplo, a influência da pós-modernidade, o paradigma ecológico. Com relação a categoria Trabalho, não se percebe o aprofundamento das questões evidenciadas no debate da profissão entre os marxistas. O ensino tem-se reduzido a dizer se o Serviço Social é trabalho ou não é trabalho. Se tem processo de trabalho do assistente social ou o assistente social está inserido em processos coletivos de trabalho.

Com relação à Questão social percebe-se o deslocamento de conceitos. Embora, várias unidades analisem a discussão da questão social a partir do conflito capital x trabalho, das diversas expressões da questão social, tem-se identificado também alguns problemas: desigualdade sendo tratada como diferença, igualdade sendo identificada como equidade. Percebe-se a identificação da equidade com discriminação positiva. Outra distorção é concepção da questão social como problema social.

No ensino da prática, há dificuldade de visualizá-lo como transversal à formação profissional. O trabalho do assistente social não está perpassando toda a formação profissional. Ele está sendo primordialmente restrito ao estágio. Três temas de acordo com as diretrizes teriam que ser transversais à formação profissional: o trabalho profissional; a discussão da ética e a pesquisa, ou seja, a dimensão investigativa. O trabalho profissional teria que ser visto nas disciplinas e no estágio.

Alguns problemas têm sido evidenciados com relação ao estágio: supervisores de campo solicitando remuneração; dificuldade de campo de estágio em decorrência da ampliação das unidades para o interior; criação de projetos de extensão para ser campo do estágio. Concepção de extensão como prestação de serviço e não a concepção que defendemos que é a articulação com a sociedade. A unidade de ensino cria projetos de extensão de prestação de serviços e coloca o estagiário como mão de obra barata, para executar o serviço. Há um duplo problema nessa questão: o estagiário, sem supervisão, prestando o serviço e a concepção de extensão desenvolvida em outra perspectiva. Diversas Universidades também têm utilizado estes projetos para justificarem serem entidades filantrópicas para não pagarem impostos. Outro problema são turmas de estágio supervisionado com um grande número de alunos, inseridos em diversas áreas de ação. Com uma turma com 60 alunos não se consegue fazer um acompanhamento e aprofundar a discussão do estágio. Esta situação está acontecendo também com o TCC.

Outra questão visualizada é o tempo de integralização do curso. As unidades de ensino estão surgindo com um tempo de integralização de 6 a 7 períodos. O curso está sendo feito em 3 anos a 3 anos e meio.

Articulada às Oficinas de análise do currículo estão ocorrendo Seminários com a temática Serviço Social e suas interfaces com a saúde. Não se está priorizando a saúde, mas foi uma estratégia pois houve a oportunidade de se elaborar um projeto que foi financiado pela OPAS com recurso do Ministério da Saúde, vinculado também ao FNEPAS (Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área da Saúde). Esse projeto foi elaborado, na gestão anterior, para captar recursos. E é com esse recurso que se está conseguindo fazer tanto as oficinas de avaliação das diretrizes, quanto os seminários de saúde. As oficinas estão sendo realizadas em três dias e os Seminários em dois. Neste projeto, foi criada uma comissão gestora, para viabilizá-lo, com representantes em cada regional, a saber: Luciano, é o representante da região norte; Roberta Uchoa da região nordeste; eu e o Maurílio da Leste; Vera Nogueira da sul 1; Regina Ginfone da sul 2 e Marlene Teixeira da centro-oeste. Têm-se responsáveis pela viabilização deste projeto, em todas as regiões e o que tem sido colocado, é a necessidade de realizar oficinas nas unidades de ensino, antecedendo aos seminários regionais.

Na região Leste nós realizamos três seminários estaduais, antecedendo ao seminário regional. Além das oficinas foram realizados seminários estaduais em conjunto com os Conselhos Regionais. Foram feitos seminários em Vitória, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. O Seminário Regional ocorreu em Juiz de Fora, após a oficina. Avalio que esse processo está sendo importante pois as questões estão sendo discutidas e aprofundadas. Foi elaborado um material didático, que eu vou entregar ao CFESS que é composto de: um vídeo com o histórico da política de saúde, um CD com o SUS de A a Z, colocando a legislação e uma coletânea que está em CD, mas será publicada em co-edição com a CORTEZ e lançada no ENPESS. Essa coletânea de textos pretende subsidiar o ensino não só das disciplinas vinculadas à saúde, mas também outras disciplinas. A coletânea está estruturada em três partes: Política Social; Política de Saúde; Serviço Social e Saúde. Alguns textos foram revistos do curso do CEAD e alguns textos são novos. Todos os participantes dos Seminários estão recebendo o material que tem por finalidade subsidiar os professores no encaminhamento das disciplinas de estágio e de política social.

Os debates realizados nos seminários de saúde apontam algumas questões para reflexão: a saúde continua sendo a maior área de inserção dos profissionais do serviço social, confirmando a pesquisa de mercado de trabalho realizada pelo CFESS e também a maior área que concentra estágio, seguida da assistência social e da criança e do adolescente. Tem-se identificado a influência do neo-conservadorismo e uma de suas expressões é o serviço social clínico e a defesa da especialização por patologia médica seguida da criação de associações de assistentes sociais nas diferentes especialidades médicas. O último congresso promovido pela Associação de Assistentes Sociais da Saúde apresentou como demandas colocadas para o assistente social: serviço social funerário; serviço social em hotelaria; serviço social em ouvidoria. A pós-modernidade tem influenciado muito a Saúde Pública no debate sobre cuidador; auto-cuidado; paradigma da vitalidade, defendido por Madel Terezinha Luz. Neste debate, identifica-se a desresponsabilização do Estado, colocando a responsabilidade no usuário e sua família.

Vai-se apresentar alguns aspectos para a agenda de enfrentamento com relação à Formação Profissional, alguns já deliberados pelas entidades da categoria: necessidade da articulação das entidades para o enfrentamento com o MEC; fortalecimento das diretrizes curriculares; posicionamento contra os cursos à distância. Outras estratégias estão sendo sinalizadas nos diversos eventos ocorridos como: criação de um Fórum de Formação Profissional liderado pela ABEPSS com a participação das demais entidades da categoria (nacional, regional e estadual); criação de Fóruns de Supervisores de Estágio com a participação da ABEPSS e dos CRESS; realização de cursos para supervisores de

campo; garantir contra-partida das unidades de ensino para as instituições campos de estágio através de assessoria e/ou projetos de extensão; articulação com as entidades de ensino das outras áreas profissionais a exemplo do FNEPAS (Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área da Saúde).

Para finalizar, considera-se que na atual conjuntura a defesa do projeto coletivo da profissão tem sido descaracterizado, mas é fundamental continuar fortalecendo as nossas entidades para resistir e propor mecanismos de enfrentamento das questões evidenciadas.

Contribuições do Conjunto CFESS/CRESS para a Proposta de Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB/RH/SUAS

Documento Aprovado no 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS,
ocorrido em Vitória/ES, nos dias 7 a 10 de setembro de 2006

1. Apresentação

As contribuições contidas neste texto resultam de amplo debate realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), envolvendo os/as assistentes sociais de todo Brasil.

A dinâmica de elaboração e aprovação expressa a preocupação coletiva e democrática do Conjunto CFESS/CRESS, que congrega hoje, aproximadamente 65.000 assistentes sociais. A partir de um texto base, os CRESS organizaram debates em seu âmbito de atuação e enviaram as contribuições resultantes destes debates ao CFESS. Este, por sua vez, sistematizou todas as sugestões enviadas pelos CRESS e apresentou-as no 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Vitória, no período de 7 a 10 de setembro de 2006, que contou com a participação de 187 delegados, observadores e convidados.

O Encontro Nacional CFESS/ CRESS é um evento anual, de caráter regimental e deliberativo, conforme estabelecido no Estatuto do Conjunto CFESS/ CRESS. Participam desse evento delegados da direção do CFESS, dos CRESS e das Seccionais, eleitos em assembleias realizadas em todos os Estados, além de observadores. Como fórum máximo deliberativo da categoria, o Encontro Nacional CFESS/CRESS caracteriza-se como importante momento de planejamento coletivo para agenda anual do Conjunto CFESS/CRESS.

Inicialmente, cabe registrar o reconhecimento, pelo Conjunto CFESS/CRESS, da importância e significado dessa proposta de NOB/RH/SUAS, elaborada e apresentada pela Secretaria Nacional de Assistência Social do

MDS ao CNAS após 13 anos da aprovação da LOAS. Trata-se de um corajoso e ousado esforço para estruturar a assistência social em um Sistema Único e reorganizar e reestruturar um quadro de trabalhadores para a área.

Esta proposta de NOB/RH/SUAS, assim, se consubstancia em importante instrumento de recomposição de um quadro de trabalhadores específico e necessário para a consolidação da política de assistência social, além de responder à histórica demanda das conferências nacionais de assistência social.

2. Considerações Gerais e Iniciais sobre a NOB/RH/SUAS

A NOB/RH/SUAS estrutura suas diretrizes em seis eixos:

- 1) Diretrizes para o financiamento dos recursos humanos;
- 2) Diretrizes para Política Nacional de Capacitação;
- 3) Diretrizes para Plano de Carreira, Cargos e Salários;
- 4) Diretrizes para a Gestão dos Recursos Humanos, com diferenciação para as atribuições das três esferas, e de acordo com o tipo de gestão nos municípios: básica, plena e inicial;
- 5) Diretrizes para organização de cadastro nacional de trabalhadores da área;
- 6) Diretrizes para o controle social na gestão de recursos humanos.

Em relação a estes aspectos, O Conjunto CFESS/CRESS reconhece que, globalmente, a NOB/RH/SUAS apresenta diretrizes consoantes com lutas históricas dos trabalhadores, pois:

- Propõe a instituição de quadro de trabalhadores especializados nas três esferas, de acordo com o tipo e natureza de trabalho;
- Sugere a necessidade de estabelecimento de quantitativo de trabalhadores condizente com as demandas e famílias atendidas: nesse sentido, a diretriz de realização de diagnóstico detalhado nas três esferas é fundamental;
- Orienta e estimula a contratação por concurso público (setor público) e carteira de trabalho (no setor privado), com estabelecimento de Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS;
- Institui a obrigatoriedade de formulação e implantação de Política de Capacitação para trabalhadores, conselheiros e usuários, que deve ser sistemática e continuada, sustentável financeiramente, participativa, nacionalizada e descentralizada, e deve ter conteúdo que aborde formação ética, política e profissional; e
- Prevê a criação de Comissões de Negociação a serem instituídas em projetos de lei nos Estados e municípios.

Diante do exposto, entendemos que esta NOB deve avançar no debate e situar o marco legal sobre a profissionalização da intervenção na política

de assistência social no âmbito da gestão do trabalho e não de recursos humanos. Tal perspectiva pressupõe garantir as condições adequadas e necessários ao trabalho, e não apenas salário, PCCS e capacitação, ou seja, estabelecer os padrões e parâmetros básicos que os órgãos públicos e instituições privadas devem assegurar para que o trabalho seja realizado em condições adequadas (instalações físicas, equipamentos, recursos materiais).

3. A NOB/RH/UAS e o Financiamento da Política de Assistência Social

A implantação da NOB/RH/SUAS, nos termos propostos, para assegurar a instituição de um quadro de trabalhadores especializados na assistência social, depende, fundamentalmente, da garantia de recursos: para a realização de concursos públicos nas três esferas; para a implantação de um Plano de Carreiras, Cargos e Salários; para o desenvolvimento permanente da Política de Capacitação e para a garantia das condições necessárias para a realização do trabalho profissional.

A NOB/RH/SUAS indica que a garantia de recursos demanda o estabelecimento de estratégias nas três esferas, e sugere algumas dessas estratégias, que deverão ser adotadas por Estados e municípios: dotação específica nas leis orçamentárias estaduais e municipais para pagamento de pessoal e articulação com Instituições de Ensino e possibilidade de que os recursos do FNAS possam ser utilizados para pagamento de pessoal.

Nestes aspectos, algumas questões devem ser reconhecidas, sobretudo no que se refere à participação da esfera federal no financiamento da assistência social e na estruturação de um quadro especializado de trabalhadores para esta política social.

Atualmente, os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) não permitem a materialização das diretrizes previstas na NOB/RH/SUAS. O orçamento aprovado (lei mais crédito) para o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para 2006 corresponde a R\$ 21.402.637.884, destinado conforme **Tabela 1** a seguir.

A **Tabela 1** mostra que o FNAS fica com 56,6% dos recursos do MDS e o Programa Bolsa Família com 39,9%. Juntos, estes programas respondem por 96,6% das despesas do MDS. A Proteção Social Básica fica com 95% dos recursos do FNAS porque em seu âmbito estão inseridos os recursos destinados ao pagamento do BPC e da RMV que, juntos, totalizam R\$10.830.223.345.

Se descontarmos da proteção social básica estes valores, que são recursos repassados diretamente aos beneficiários, e ainda os recursos destinados à gestão e administração dos programas e aos serviços de processamento de dados, veremos que os recursos que serão efetivamente

**Tabela 1 - Orçamento Aprovado para o MDS – 2006**

Recursos do FNAS		
Projeto Atividade	Valor	% total
Erradicação do Trabalho Infantil	373.313.437	1,744
Combate ao Abuso e à exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	48.732.228	0,227
Economia Solidária em Desenvolvimento	20.666.530	0,096
Proteção Social Básica	11.510.223.956	53,779
Proteção Social Especial	161.700.248	0,755
Total FNAS	12.114.636.399	56,603
Recursos fora do FNAS		
Projeto Atividade	Valor	% total
Bolsa Família	8.558.303.950	39,987
Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	45.979.782	0,214
Acesso à Alimentação	609.355.183	2,847
Outras Ações do MDS (gestão)	74.362.570	0,347
Total Fora do FNAS	9.289.000.485	43,401
Total MDS	21.402.637.884	100,00

Fonte: SIAFI/SIDOR. Elaboração própria

repassados a Estados e municípios para a execução do SUAS é mínimo, conforme **Tabela 2** ao lado.

Os dados acima revelam que, descontados os recursos do BPC, RMV, Bolsa Família e outras despesas do MDS, os recursos destinados para execução dos serviços de proteção social básica e especial e os serviços específicos de proteção social básica e especial não chegam a 5% dos recursos do FNAS. Evidente que, diante de tal quadro, é fundamental crescer recursos no FNAS e MDS para estruturação do quadro de trabalhadores do SUAS.

A estratégia proposta no documento da NOB/RH/SUAS de estabelecimento de co-financiamento nas três esferas esbarra em algumas questões que não podem ser desconsideradas:

- 1) aproximadamente 10% dos municípios não têm sustentabilidade financeira, conforme divulgaram os jornais no ano passado, a partir de pesquisa do IBGE;
- 2) o governo federal fica com mais de 50% das arrecadações de impostos e tributos.

Outra estratégia proposta no documento, de utilizar recursos do FNAS para pagamento de recursos humanos deve ser bastante discutida, considerando o quadro exposto acima, e as deliberações de conferências

Tabela 2 - Recurso do FNAS Destinado à Proteção Social Básica e Especial e Demais Programas

Proteção Social Básica		
Projeto Atividade	Valor	% total FNAS
Benefício de Prestação Continuada – BPC	8.934.785.376	73,751
Renda mensal Vitalícia – RMV	1.895.438.769	15,645
Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade	84.545.286	0,697
Serviços de Proteção Social Básica às Famílias	184.737.566	1,524
Serviços Específicos de Proteção Social Básica	288.176.469	2,378
Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	100.493.707	0,829
Gestão, Administração e Serviços de Processamento de dados	20.773.187	0,171
Proteção Social Especial		
Projeto Atividade	Valor	% total FNAS
Serviços de Proteção Social Especial à Família	44.890.123	0,370
Serviços Específicos de Proteção Social Especial	75.840.125	0,626
Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	40.720.000	0,336
Gestão e administração do Programa	250.000	0,002
Outros Programas do FNAS (Peti, CAESCA, economia Solidária) ¹	442.712.195	3,654
Total FNAS	12.114.636.399	100,00

¹ Na lei orçamentária, estes programas não estão incluídos nas proteções básica e especial, embora estejam no FNAS.
Fonte: SIAFI/SIDOR. Elaboração própria

nacionais de assistência social, que deliberaram, justamente, que os recursos para as chamadas “atividades meio” não devem compor o FNAS. A utilização dos recursos do FNAS para pagamento de pessoal pode reduzir ainda mais o recurso para a execução dos projetos e serviços.

4. Sugestões do Conjunto CFESS/CRESS

Tendo por base as considerações acima, que balizaram os debates entre os/as assistentes sociais, apresentamos a seguir as sugestões do Conjunto CFESS/CRESS:

4.1. Sugestões relativas ao Financiamento

- 1) Estabelecer que a aprovação da NOB/RH/SUAS requer ampliação e garantia de recursos específicos para estabelecimento de quadro de trabalhadores estáveis;

- 2) Estabelecer percentual claro de participação das três esferas de governo no financiamento específico da estruturação do quadro de trabalhadores do SUAS;
- 3) A NOB/RH/SUAS deve deixar claro que a utilização de recursos federais para remuneração de trabalhadores não deve retirar recursos dos programas, projetos e serviços. As estratégias devem responsabilizar os governos federal, estaduais e municipais;
- 4) Assegurar mecanismos para que a utilização de recursos do FNAS para pagamento de pessoal não produza contratações temporárias, ou mediante contratos precarizados;
- 5) Assegurar uma rubrica específica na Lei Orçamentária, com a designação de Gestão do Trabalho (a exemplo do SUS) com recursos destinados especificamente para a garantia das condições de trabalho e para a remuneração apenas de trabalhadores concursados nos âmbitos estadual e municipal, e não para contratos temporários, de modo a não favorecer a precarização do trabalho;
- 6) Em caso de utilização de recursos do FNAS, deve ser assegurado aumento do orçamento do FNAS com inclusão de rubrica específica para pagamento dos/as trabalhadores/as concursados.

4.2. Sugestões relativas à Gestão de Recursos Humanos, PCCS e Política de Capacitação

- 1) Alterar a concepção de NOB/RH para NOB/Gestão do Trabalho, de modo que a gestão do trabalho se torne eixo central desta normativa;
- 2) Substituir no documento da NOB, o termo recursos humanos pelo termo trabalhadores/as;
- 3) A NOB/RH/SUAS deve estabelecer claramente que a realização do trabalho não depende exclusivamente do trabalhador, ou seja, deve estabelecer que a responsabilidade pela garantia das condições necessárias e adequadas ao trabalho é do empregador;
- 4) Definir mais claramente como as diretrizes da NOB/RH/SUAS serão aplicadas para os trabalhadores do setor privado, sobretudo entidades não governamentais reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, ou seja, definir equipe mínima em função do trabalho realizado e do recurso público recebido por estas instituições;
- 5) Estabelecer equipe mínima para os CRAS e CREAS, com base na demanda (pessoas/famílias referenciadas), nos tipos e natureza dos serviços (tipo de proteção social) e estabelecimento de cargos e quantitativo de profissionais;
- 6) Estabelecer plano de ingresso de trabalhadores e substituição da terceirização com a previsão de prazos e quantitativos anuais de vagas a serem preenchidas por meio de concurso público;

- 7) Definir critério técnico para gestão e gerência dos serviços de assistência social;
- 8) Substituir a concepção de capacitação pela de educação permanente;
- 9) Que o PCCS e a política de educação permanente Incentivem os trabalhadores/as a realizarem cursos de pós-graduação e atividades de pesquisa;
- 10) Instituir a obrigatoriedade de formulação e implantação de política de educação permanente envolvendo gestores, trabalhadores, conselheiros e usuários, com definição de recursos nas três esferas, e conteúdos que abordem a formação ética, política e profissional;
- 11) Substituir o termo “Cadastro Nacional de Trabalhadores do SUAS” para “Sistema Nacional de Gestão do Trabalho no SUAS”
- 12) Articular o Sistema Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS com o Sistema de Gestão e Avaliação da Política de Assistência Social

4.3. Sugestões sobre Controle Social

A NOB enfatiza o papel dos Conselhos e Conferências como instâncias legítimas de exercício do controle social, mas é preciso não desconsiderar outros espaços e instrumentos de fiscalização e controle social, sobretudo quando se trata de direitos trabalhistas e exercício profissional. Desse modo, as sugestões indicam a importância de melhor precisar o papel dos conselhos e entidades, conforme abaixo:

- 1) Deixar claro que cabe às entidades sindicais, com ênfase nos sindicatos organizados no ramo de atividades da seguridade social (assistência social, saúde e previdência) o acompanhamento e controle sobre o cumprimento dos direitos relativos ao trabalho, e menos aos Conselhos de Assistência Social, visto que esta não é sua atribuição. É certo que a NOB/RH/SUAS menciona que os sindicatos podem propor agenda de discussão para os conselhos, mas é importante deixar claro na NOB/RH/SUAS as diferenças de atribuições entre Sindicatos e Conselhos de Assistência Social. O estabelecimento e cumprimento dos direitos trabalhistas é dever legal e legítimo das entidades sindicais e não dos Conselhos de Assistência Social;
- 2) Precisar que a fiscalização do exercício profissional e a regulamentação das condições técnicas e éticas do trabalho das profissões regulamentadas cabe aos Conselhos Federais e Regionais respectivos. Essa fiscalização, diferentemente dos sindicatos, não se detém nos direitos trabalhistas, mas no cumprimento das competências e atribuições privativas dos profissionais, bem como na garantia das condições necessárias ao exercício profissional pelos empregadores, sejam eles públicos ou privados.

4.4 Sugestões sobre Política de Estágio

Embora a NOB/RH/SUAS mencione que os estágios devem ser planejados em conjunto com as unidades de ensino, é fundamental ressaltar que toda e qualquer política de estágio deve se ater às regulamentações nacionais existentes, seja do MEC, seja das leis regulamentadoras das profissões. O estágio não pode se configurar como substituição de profissionais, e nem deve se desviar de seu objetivo precípuo de espaço de aprendizado do profissional em formação.

- 1) No caso específico da profissão de assistente social, a lei de regulamentação da profissão estabelece a necessidade de supervisão direta no local de estágio, de modo que a contratação de estagiários de serviço social pressupõe a contratação prévia de assistente social devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Nesse sentido, sugerimos que a NOB deixe isso claro;
- 2) A proposta de realização de atividades de capacitação pelas instituições de ensino privadas como ações de assistência social na educação, a ser regulamentada no âmbito do PROUNI deve ser objeto de amplo e aprofundado debate, pois pode gerar confusão entre ações de educação (capacitação é atividade típica de educação) e ações de assistência social, além de estimular a iniciativa privada na educação superior. Nesse sentido a sugestão do Conjunto CFESS/CRESS é de priorizar as instituições de ensino superior pública para estabelecimento da política de educação permanente.

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS
Vitória, 10 de setembro de 2006.

CONFERÊNCIA

**Assistente social na luta contra o preconceito:
Campanha pela Livre Expressão e Orientação Sexual**
Palestra da Prof^a Dr^a Silvana Mara de Moraes dos Santos
Palestra da AS Marylucia Mesquita

*(...) Isso de querer ser exatamente aquilo
que a gente é ainda vai nos levar além*
(Paulo Leminsk)



PALESTRAS

Silvana Mara de Moraes dos Santos

Professora Doutora da Universidade do Rio Grande do Norte
e Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gostaria de iniciar falando da minha emoção em representar o CFESS nessa mesa que tem como objetivo refletir sobre a campanha "Assistente Social na luta contra o preconceito", lançada pelo conjunto CFESS-CRESS em todos os encontros descentralizados deste ano de 2006 e que terá nessa mesa mais um momento de debate, de busca coletiva de sintonizar a agenda do conjunto com as lutas que permitem o enfrentamento das formas de opressão e de exploração gestadas e/ou consolidadas na sociabilidade do capital.

Minha emoção deve-se especialmente a duas questões fundamentais: pelo prazer de compartilhar essa mesa com a Mary¹⁰, companheira assistente social, ex-conselheira do CFESS que tem dedicado parte significativa do seu tempo à luta pela liberdade e igualdade substantivas, disseminando sua sensibilidade e reflexão ético-política na defesa dos direitos à livre orientação e expressão sexual. A segunda questão refere-se à oportunidade de contribuir no debate sobre a liberdade de orientação e expressão sexual no âmbito do projeto ético-político do Serviço Social.

Nossa proposta é que eu inicie socializando dimensões da luta pela liberdade de orientação sexual que nos permita pensá-la no âmbito do projeto ético-político-profissional, sinalizando sua relevância e problematizando alguns elementos e desafios que estão sendo identificados, à medida que nossa campanha sai dos fóruns e espaços específicos do conjunto e ganha a cena pública no debate com a categoria profissional; com os movimentos sociais e entidades que atuam na defesa dos direitos

¹⁰ Marylucia Mesquita é assistente social, mestre em Serviço Social e ex-conselheira do CFESS (Gestão 1999-2002).

dos segmentos LGBT¹¹; no diálogo com profissionais de outras áreas, enfim, no espaço-tempo em que socializamos a campanha temos adquirido elementos que preenche de sentido ético-político a decisão do conjunto CFESS-CRESS, que no seu 34º Encontro Nacional realizado em Manaus aprovou essa campanha. Em seguida, a Mary socializará conosco aspectos relacionados aos sujeitos coletivos com atuação nessa área: suas formas e processos de luta; suas principais reivindicações; tensões e desafios e do lugar de militante de uma entidade que é o Instituto DIVAS, que significa em defesa da diversidade afetivo-sexual, dirá para nós qual a importância da nossa campanha e como esta tem sido recebida no âmbito do movimento organizado.

Pensar, então, essa campanha no âmbito do projeto ético-político-profissional nos remete, em primeiro lugar, ao entendimento de que as profissões, não atualizam suas agendas de forma linear, como mera evolução no tempo. Ao contrário disso, as mudanças no âmbito do Serviço Social foram e são produto das determinações sócio-históricas e de um processo coletivo, revelado no esforço teórico-ético-político para sintonizar nossa profissão com as demandas democrático-populares na perspectiva da análise crítica da sociabilidade do capital.

Nesse sentido, esse projeto não se constrói e nem se materializa de forma abstrata. Ele revela, sob dadas condições objetivas, a opção teórico-ético-política de segmentos expressivos da categoria que, na sua trajetória individual e coletiva, contribuem de diferentes formas e inserções para a disseminação e valorização do projeto profissional, que implica racionalidade crítico-dialética no entendimento da realidade social e da vida humana, bem como na leitura do próprio Serviço Social e das respostas profissionais que lhe são postas.

Considerando os profundos debates que já realizamos nesse encontro ao longo desses dias, temos convicção de que um ponto de partida para nossa reflexão hoje é destacar a relevância que é a vinculação do projeto ético-político-profissional ao universo de um projeto societário crítico ao sistema e sociabilidade vigentes. Para pensarmos melhor sobre essa questão vamos, então, de forma breve, apresentar três tendências no tratamento dado às questões da diversidade e da individualidade no campo da esquerda. Obviamente que aqui faremos uma caracterização super básica com o objetivo tão somente de ilustrar.

A primeira tendência, protagonizada pela “esquerda tradicional”¹², herdeira de uma tradição determinista considerou que não era político

¹¹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

¹² O termo “esquerda tradicional” se refere aos segmentos que se identificavam com uma leitura da realidade fortemente determinista em relação ao pressuposto de que o econômico determina, de modo mecânico, todas as dimensões e complexos sociais particulares. Refere-se, também, à identificação da esquerda e de suas organizações partidárias aos postulados do stalinismo.

nem revolucionário, portanto, sem relevância social definir estratégias voltadas ao enfrentamento dos problemas apresentados no campo da diversidade humana. Ao defender que as questões como gênero; raça, orientação sexual etc., ficassem subordinadas, de forma mecânica, à superação da ordem do capital, a “esquerda tradicional” diluiu de sentido as reivindicações de amplos segmentos da população, que submetidos a violentas modalidades opressivas não viram suas questões serem acolhidas no âmbito do projeto que se reivindicava alternativo e crítico à sociedade existente.

A chamada “esquerda tradicional” desqualificou as reivindicações, os processos de luta e mais do que isto, desqualificou o sofrimento humano anunciado por mulheres vítimas de diferentes formas de violência e condutas opressivas como o machismo e o sexismo; sofrimento anunciado por gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros que bateram a porta dos partidos de esquerda, depois de serem renegados, em sua maioria, pela família e demais instituições. Em muitos momentos, a aproximação com a esquerda aparecia como última alternativa para narrar cenas da sua vida cotidiana atravessada pelo convívio diário com a discriminação, com o preconceito e com a impossibilidade de manifestar e expressar seus desejos afetivos-sexuais e as particularidades da diversidade humana.

Esse tipo de esquerda já analisado nesse nosso encontro especialmente pelo Marildo e pelo Wanderlino também desqualificou temáticas como a questão sócio-ambiental, racial e tantas outras. O argumento era sempre o mesmo de que a classe trabalhadora não pode se fragmentar nem se dividir, pois o relevante é a transformação da sociedade, é a luta por um tipo de sociedade fundada na igualdade. Aqui temos o que podemos chamar de cilada da igualdade que consiste no fato de fundamentar a luta por uma nova sociedade no espaço-tempo em que empobrece a articulação entre classe e cultura e entre indivíduo e gênero humano. Além disso, as reivindicações no campo da diversidade foram e ainda são entendidas no âmbito desse pensamento de esquerda, equivocadamente, como uma questão “das minorias”.

O equívoco consiste em desconsiderar que as demandas postas por esses segmentos, que são identificados como “minorias”, dizem respeito ao modo de organização da vida social. E, portanto, seu enfrentamento vincula-se ao processo de desenvolvimento da sociabilidade e do gênero humano, não se constituindo questões de interesse apenas de determinados indivíduos, uma suposta “minoria”.

A partir da década de setenta e, principalmente, nos anos oitenta e noventa do século XX, o debate em torno da questão da diversidade humana ganha novo destaque no ambiente político com a presença de movimentos sociais (MS) que de diferentes lugares do mundo, nos países centrais e periféricos, expressaram profundo descontentamento com o modo de vida burguês. Isto ocorre no contexto da crise de caráter

estrutural da ordem do capital e das mudanças objetivas operacionalizadas para enfrentar esta crise; ao mesmo tempo é, também, a partir desse período que surge um conjunto de MS com potencial contestatório dos valores sócio-culturais dominantes.

Esse processo colocou em discussão o próprio conteúdo das lutas históricas da esquerda. É nesse quadro histórico, de crise estrutural do capital, de decadência das sociedades pós-capitalistas e de crítica às estruturas históricas de organização política da classe trabalhadora, que se dá o fortalecimento do arcabouço teórico-político-cultural de um novo tipo de esquerda que aqui chamarei, a exemplo da caracterização proposta pelo prof. Ivo Tonet (2005) de “esquerda democrática”. No tratamento teórico-político dispensado às questões da diversidade, notadamente no campo da orientação sexual, a “esquerda democrática procura se diferenciar da “esquerda tradicional.

Esta segunda tendência reconhece a relevância social e política de estabelecer, em seu ideário e no seu campo de atuação, estratégias de enfrentamento das questões que denotam a opressão em suas particularidades. Esse reconhecimento não ocorreu de forma espontânea e imediata, mas num processo complexo de interação e disputa política, entre diferentes sujeitos individuais e coletivos que tensionaram a estrutura e os membros partidários para que acolhessem e valorizassem a agenda dos movimentos sociais e de outros diferentes segmentos sociais.

A esquerda e a questão da diversidade

Partimos de três pressupostos fundamentais. Primeiro, a sexualidade humana, aqui, é pensada de forma concreta a partir da constituição da individualidade, que assume características e expressões determinadas de acordo com a sociabilidade capitalista, uma forma inteiramente histórica e essencialmente limitada de organização da vida social. Essa limitação se explica em virtude da “*produção de mercadorias – não importa sob que forma concreta – ser o momento fundamental desta ordem social*” (Tonet, 1999:101) e não a satisfação das necessidades humanas. Temos, assim, como segundo pressuposto que uma das características da sociabilidade do capital é a sua indiferença às identidades culturais e às diferenças subjetivas dos indivíduos sociais submetidos ao seu sistema de exploração. O terceiro aspecto refere-se ao fato de que, em nossa reflexão, as questões da diversidade postas no âmbito da sexualidade humana não se constituem expressões superficiais ou periféricas da vida, mas representam uma dimensão profundamente significativa das relações humanas e do desenvolvimento da individualidade.

A individualidade constitui-se um complexo social parcial e, como tal, é indissociável da totalidade da vida social. Dessa afirmação não resulta nenhuma apreensão mecânica entre a totalidade e os complexos sociais

parciais, pois mediante o desenvolvimento da formação social, os complexos particulares se tornam cada vez mais mediados, contraditórios e enriquecidos com dilemas e desafios postos de modo permanente. O processo de individuação é uma construção social que revela o modo como homens e mulheres produzem seus meios de vida e usufruem da riqueza socialmente produzida. Nessas condições, *“a práxis social é o elo ontológico que articula de modo absolutamente necessário indivíduo e sociedade”* (Lessa, 1995:82).

A vivência amorosa e a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo integram, praticamente, todas as sociedades, nas mais distintas épocas. Resta, no entanto, identificar as razões sócio-históricas que fazem com que o capitalismo apesar de se apresentar, desde suas origens, como um projeto societário voltado para o reconhecimento dos indivíduos, na condição de sujeito de direitos, além de não absorver um conjunto de reivindicações de segmentos particulares que ficam destituídos do acesso ao direito, não cumpre sua promessa de igualdade e liberdade, mesmo numa perspectiva formal, para todos os indivíduos sociais. Apresenta, ainda, enorme capacidade de utilizar, em benefício próprio, várias formas de opressão que atingem segmentos específicos da população.

No desenvolvimento histórico da sociabilidade humana, diferentes obstáculos sócio-culturais foram superados. Entender a relação específica entre cada uma das dimensões da diversidade e o sistema vigente remete à análise ontológica do direito e da política e à análise sócio-histórica, considerando as particularidades do desenvolvimento do capitalismo nos diferentes contextos e a função que assume determinadas ideologias. Obviamente, não faremos isto aqui. Observamos, no entanto, que a sociabilidade capitalista, ao se constituir numa forma de organização da vida social que se caracteriza pela subordinação de todos os valores humanos aos ditames da acumulação do capital e suas exigências de lucro, torna-se flexível, ora integrando, ora descartando a solução para as opressões particulares.

Em nossa realidade, podemos afirmar que a homofobia está profundamente enraizada como prática sócio-cultural e ideológica legitimada. A homofobia está presente quando a vivência afetivo-sexual diferente da heterossexualidade é considerada doença ou quando tomamos as diferenças de orientação sexual, entre as pessoas, como fonte de discriminação. O clima hostil e violento contra os segmentos homossexuais se passa num ambiente de “normalidade” que expõe as condições e os limites da igualdade e da liberdade nesta forma de sociedade.

A partir da década de setenta e, principalmente, nos anos oitenta e noventa do século XX, o debate em torno da questão da sexualidade humana ganha novo destaque no ambiente político. Isto ocorre no contexto da crise de caráter estrutural da ordem do capital e das mudanças objetivas operacionalizadas para enfrentar esta crise. Ao mesmo

tempo é, também, a partir desse período que surge um conjunto de MS com potencial contestatório dos valores sócio-culturais dominantes.

Esse processo colocou em discussão o próprio conteúdo das lutas históricas da esquerda. É nesse quadro histórico, de crise estrutural do capital, de decadência das sociedades pós-capitalistas e de crítica às estruturas históricas de organização política da classe trabalhadora, que se dá o fortalecimento do arcabouço teórico-político-cultural de um novo tipo de esquerda, a “esquerda democrática”.

Do ponto de vista da “esquerda democrática”, as reivindicações, quanto à questão da orientação sexual, devem ser incluídas no campo e no horizonte da luta pelos direitos humanos. Assim, vislumbra-se que compete ao Estado, através do aparato jurídico-político, a resolução da desigualdade e das diferenças entre os indivíduos. Verificamos, desse modo, que a questão é remetida ao tratamento jurídico-político sem que se realize, no entanto, uma reflexão mais profunda sobre a desigualdade estrutural da sociedade capitalista e suas particularidades neste momento histórico de mundialização da economia.

A “esquerda democrática” orienta os grupos específicos a conquistarem o que compreende que outros grupos já possuem. Desse modo, chegaríamos à conquista da cidadania e liberdade plenas e, assim, supostamente, ao ápice da liberdade humana. A individualidade é, então, entendida sob o signo da fragmentação e de uma concepção de identidade que, ao reconhecer as diferenças entre os indivíduos, centra-se em referências teórico-políticas que deixam intacta a exploração capitalista.

As estratégias de enfrentamento, adotadas pela “esquerda democrática”, não possibilitam a superação das formas de economicismo e reducionismo da “esquerda tradicional” e nem conseguem ampliar a luta anticapitalista. Seus fundamentos teóricos e suas estratégias políticas instituíram uma perspectiva de politização da totalidade¹³. Isto significa que a prioridade é discutir e intervir exclusivamente no plano político, desconsiderando a totalidade da vida social e os pressupostos que fundam esta sociabilidade. Isto implica no entendimento de que a política, a moral, o direito, a cultura, dentre outros complexos sociais parciais, podem ser apreendidos, exclusivamente, a partir de seu próprio movimento e do desenvolvimento da vontade humana. Os partidos políticos de esquerda e outros MS, que haviam participado de mobilizações contestatórias importantes, constituíram-se, em grande parte, nos países do ocidente, intermediações favoráveis ao conjunto da organização do

¹³ As classes dominantes fazem, na sua trajetória histórica de intervenção na realidade, uma nítida distinção entre o discurso econômico e o discurso político como forma de estabelecer os procedimentos ideológicos de sua dominação. Assim, sob a égide do capitalismo, o indivíduo é destituído de suas determinações em nome da decomposição da totalidade em esferas particulares: a arena da política, da economia, da cultura etc.

modo de vida capitalista, ou como afirma Bihl (1988:11), estas forças de esquerda estão desempenhando muito bem “seu papel de força supletiva do capital”.

Igualdade formal e liberdade são entendidas como sinônimo e, ao invés de incluir as demandas sócio-culturais no universo de um projeto societário alternativo, a “esquerda democrática” tende a se distanciar da elaboração desse projeto, fixando-se na luta por uma suposta igualdade de oportunidades para diferentes indivíduos e segmentos sociais. Na constituição de um projeto político alternativo à sociabilidade do capital é vital a inclusão das questões relacionadas à individualidade e à diversidade, que, no entanto, não podem ser explicadas a partir, exclusivamente, da identidade de grupos específicos, numa apologia à política da fragmentação, em que as questões, além de serem descoladas da base material, são entendidas em sua dimensão estritamente singular e cotidiana, sem conexão com as conquistas e dilemas históricos do gênero humano. Extravai-se, assim, a relação dialética entre a individualidade e a forma societária vigente com seus avanços, contradições, ambigüidades e condições destrutivas. Essa ruptura entre o gênero humano e a singularidade; entre a política, o direito, a cultura e a totalidade da vida social tem sido a tônica das teorias pós-modernas que atestam e investem numa posição teórico-política centrada na narrativa do “Eu”, em que a concepção de identidade “torna-se uma celebração móvel” (Hall, 2003:13) que está fundada numa estrutura deslocada com pluralidades de centros de poder (Laclau, 1992) em contraposição às grandes narrativas e, notadamente, ao fato de que “*os complexos sociais sempre funcionam com base em reciprocidades dialéticas*” (Mészáros, 2002:269).

Tem sido neste ambiente teórico-político, descolado da totalidade da vida social, que a “esquerda democrática”, de modo hegemônico, elabora e estabelece suas estratégias. Uma das conseqüências dessa forma de pensar é a contraposição entre os interesses de classe e as questões da diversidade, como se a valorização de uma dessas dimensões, implicasse, necessariamente, na desvalorização da outra. Pensar, do ponto de vista de classe, não significa destituir os indivíduos de sua individualidade, diferenças e diversidade. “A classe como “unidade na diversidade” é especificada, ela própria, pela autonomia dos indivíduos que a compõem. Pensá-la como matriz única a partir da qual se constituem os indivíduos como sua repetição ao nível micro é não entendê-la como produto da multiplicidade desses indivíduos. A classe é, portanto, um coletivo de indivíduos. Coletivo que deve ser enriquecido pela história empírica desses indivíduos enquanto construtores da(s) racionalidade(s) social(ais)” (Dias, 1996:39).

A promessa de oportunidades iguais “é utilizada como desvio mistificador pela ideologia dominante, permanecendo para os que aspiram a uma oportunidade tão impalpável como um sonho impossível, é grande

a tentação de virar as costas para toda essa questão da igualdade e procurar vantagens relativas para porções mais ou menos limitadas de homens ou mulheres em posição estruturalmente subordinada. É justamente isso que o artifício ideológico oco da igualdade de oportunidades tenciona obter prometendo um avanço em direção a uma condição cuja realização está negando e ao mesmo tempo excluindo a possibilidade de uma ordem social eqüitativa” (Mészáros, 2002:301).

A impossibilidade objetiva para efetivação da igualdade substantiva e real nas microestruturas e no plano das relações interindividuais reside no fato histórico de que o sistema do capital não pode se manter sem reproduzir relações hierárquicas de poder entre os indivíduos sociais, inclusive “*nas menores microestruturas ou microcosmos da reprodução do consumo habitualmente teorizados sob o nome de família*” (Mészáros, 2002:268). Embora as variedades existentes de hierarquias com potencial discriminatório expressas nas relações de gênero, nas relações raciais e no campo afetivo-sexual, não se constituam na causa original da desigualdade e do exercício de relações antagonônicas do sistema de funcionamento do capital, neste momento histórico, elas estão emaranhadas numa rede de relacionamentos dialéticos, profundamente afetados pelas características estruturais fundamentais de todo o complexo social.

Isto não significa que as lutas e iniciativas contra as formas de discriminação e preconceito, no tempo presente, não sejam necessárias e importantes. A questão está em discernir, do ponto de vista teórico-político, tanto as estratégias como o horizonte da luta. É preciso considerar que o paradigma hegemônico, em busca de sua legitimidade, vai se remodelando e, mediante as lutas dos movimentos sociais e demais organizações coletivas, incorpora algumas reivindicações postas pelos sujeitos coletivos que atuam no terreno da orientação sexual.

Esse processo tem sido tenso e profundamente ambíguo, pois se, por um lado, identificamos algumas mudanças, que são importantes para o reconhecimento dos direitos e valorização dos diferentes segmentos, por outro lado, este processo é feito mediante a lógica mercantil, em que os sujeitos são respeitados, sobretudo, por sua condição de consumidor.

Nossa constatação é que, mesmo depois de tantas décadas de lutas, ao invés da resolução, os problemas se repõem e as novas gerações são formadas num ambiente sócio-cultural que tende a ignorar ou tratar, em nível formal e superficial, as diferenças reais e subjetivas, presentes no modo de vida dos indivíduos. Isso porque as questões da diversidade só entram no circuito de atenção do capital quando podem ser reapropriadas para os propósitos do lucro e da mercantilização.

Há várias mudanças significativas nas experiências familiares em que se exercita o questionamento e a construção de alternativas frente ao autoritarismo dos pais; à subordinação e opressão impostas às mulheres e instituídas pelo casamento monogâmico e pelo machismo. Questiona-

se, também, o fato da relação afetivo-sexual ter como principal finalidade a reprodução da espécie. Ou seja, coloca-se em xeque a própria constituição da família e seu sistema de proteção legal que exclui, da atenção do Estado, os casais homossexuais.

Essas iniciativas têm inspirado experiências positivas de enfrentamento do conservadorismo no âmbito do entendimento e da vivência familiar. Podemos até mesmo afirmar que as práticas afetivo-sexuais, desenvolvidas entre indivíduos do mesmo sexo, têm potencial questionador sobre essa estrutura familiar, afinal, por intermédio dessas práticas, se gestam novas possibilidades familiares. No entanto, dados objetivos da realidade configurados, por exemplo, no alto índice de violência doméstica que atinge as mulheres; na diferença salarial entre homens e mulheres, mesmo quando no exercício da mesma atividade profissional e a constatação da homofobia em diversos ambientes, demonstram que, para que esse potencial questionador se consolide e possa integrar as reflexões e estratégias no processo de elaboração de uma nova hegemonia, é necessário compreender que as mudanças nas instituições, como é o caso da família, por mais bem intencionadas e profundas que possam parecer, não têm força para transformar o solo matrizador da formação sócio-econômica da sociedade.

As iniciativas de mudanças sócio-culturais, quando postas isoladas da luta pela emancipação humana, acabam se constituindo em ações insuficientes e fragmentadas, desenvolvidas por alguns indivíduos que, apesar de todo o empenho, são derrotados na perspectiva de superar as diversas modalidades de opressão que incidem na formação da individualidade. A sociabilidade vigente, em sua dinamicidade, absorve reivindicações, no campo da diversidade, submetendo-as, no entanto, ao controle do capital, longe, portanto, da valorização do gênero humano e de suas diferenças subjetivas.

Diversidade humana e igualdade substantiva

Pretendemos explicitar elementos categoriais mais gerais que nos permita estabelecer um tratamento da individuação humana como forma de ser da produção dos indivíduos ativos. Três elementos são definidores da categoria individualidade: a sociabilidade, a práxis e a relação objetividade-subjetividade. Cada um desses aspectos nos possibilita apreender a constituição do ser social dos indivíduos, ou seja, o fato de que homens e mulheres começam a se individualizar no processo histórico e, deste ponto de vista, há nítida oposição à idéia acerca da existência dos indivíduos vivendo num suposto “estado de natureza” em que estariam isolados e essencialmente indiferentes uns aos outros.

A sociedade configura-se na totalidade de relações e interações que os indivíduos estabelecem entre si e não no somatório aleatório de

individualidades. No entanto, é relevante ressaltar que a explicitação desses três elementos categoriais mais gerais que formam e caracterizam o ser social da individualidade não são suficientes para apanhar sua particularidade, a qual somente pode ser entendida, em toda sua densidade histórica, se considerarmos, além do conjunto das relações sociais e interações que os indivíduos vivenciam na produção de sua existência, aspectos como: o lugar a partir do qual entram em interação com os outros na divisão social do trabalho¹⁴; os espaços de formação e socialização dos valores referentes a uma determinada concepção de mundo¹⁵ e o fato de que as relações entre os indivíduos não ocorrem enquanto opção ou acidentalidade, mas é assim a *conductio sine qua non* da realização dos fins individuais. A relação dos indivíduos entre si é a possibilidade da existência destes, enquanto individualidades propriamente ditas. E isto em razão de cada um deles somente pode realizar-se como individualidade, efetivando seus fins, apenas na medida em que se ofereça como meio para um outro. Ser indivíduo é desta maneira diretamente ser para o outro. O servir a si só é uma possibilidade real na medida em que realize o outro pela minha produção. Temos assim “1) que cada um atinge seu fim na medida em que serve ao outro; 2) que cada um se torna meio para o outro (ser-para-outro) sendo seu próprio fim (ser-para-si); 3) que a reciprocidade a partir da qual um é por sua vez meio e fim, isto é atinge seu fim somente tornando-se meio, e torna-se meio apenas colocando-se como seu próprio fim, que cada um põe seu ser para si mesmo – que esta reciprocidade é um fato necessário, pressuposto natural do intercâmbio (...)”¹⁶ (Alves, 2000, p. 24).

O caráter social da individualidade consiste no fato dos indivíduos estabelecerem relações e nexos para a produção de suas necessidades, utilizando e transformando os meios e as condições postas na natureza, tendo, como principal elemento, a ação de reciprocidade estabelecida neste intercâmbio, em que cada indivíduo necessita e se realiza por intermédio do outro. É nessa perspectiva que os indivíduos são, necessariamente, sociais e históricos; que suas ações e sentimentos não podem ser entendidos fora da vida social, de forma isolada e autônoma e que a substância do ato de individualizar-se é ser para si na medida em que se é para o outro. Mesmo na sociedade capitalista, a reciprocidade

¹⁴ “Um indivíduo que participa na produção sob a forma do trabalho assalariado participa sob a forma do salário na repartição dos produtos, resultados da produção” (MARX, Manuscripts de 1857-58, Editions Sociales, Tomo I. Paris, 1980, P. 30 apud Alves (2000)).

¹⁵ Pensemos, aqui, no conjunto de instituições como a família, escola, igreja, partido político, dentre outras, que atuam na formação e na socialização de valores, referentes a uma determinada concepção de mundo.

¹⁶ Marx, op. Cit., Tomo I, P.184, apud Alves (2000).

se faz presente, embora assumindo característica própria desta formação societária, que se estrutura sobre a apropriação privada dos meios de produção e de subsistência, instituindo um determinado modo de exploração do trabalho.

Neste sentido, a reciprocidade afasta-se, progressivamente, das relações de dependência pessoal vigentes, por exemplo, no Feudalismo e, no seu lugar, aparece *“a interdependência recíproca genérica dos produtores, mediada pelo valor de troca dos produtos”* (Coggiola, 2002, p.27). Por esta determinação, do tipo de reciprocidade vigente na sociabilidade burguesa, instaura-se com imensa potencialidade social, o individualismo que, *“considerado como categoria, representaria a existência individual sem restrições e orientada apenas pelo livre arbítrio pessoal e por considerações voltadas exclusivamente para o próprio interesse”* (Shaff, 1990, p.103).

A reciprocidade adquire relevância porque através dela é possível identificarmos que o ser dos indivíduos apresenta-se como carecimento substancial do outro. Opera-se uma espécie de necessidade radical de interação, uma vez que os indivíduos não se constituem produtores auto-suficientes. Do ponto de vista ontológico, configura-se um aspecto fundamental que é o fato de que, por meio deste carecimento, se explicita a diversidade dos indivíduos como mais uma determinação da individualidade humana. Pela dimensão da diversidade, os indivíduos revelam singularidades, apresentam diferenças em seu modo de ser, de se apropriar, de se adaptar e de transformar o mundo.

Vários analistas, de costas para a teoria social que busca apreender, nas situações singulares, suas particularidades e as dimensões de universalidade compreenderam a diversidade como expressão de sujeitos descentrados e fragmentados e, assim, esta categoria foi, superficialmente, sintetizada, como a grande novidade do processo de politização dos interesses de determinados segmentos.

Ser diverso não significa a fixação na singularidade e nem legitima o entendimento da vida social, na forma fragmentária, como algo natural, como se a fragmentação não se constituísse num resultado histórico-social. É na reciprocidade das interações que a diversidade se apresenta como potencialidade e capacidade de elaboração e auto-realização frente às necessidades e as respostas dadas, num processo, que combina, a um só tempo, atuação sob certas condições histórico-concretas com iniciativas individuais, dotadas de criatividade; de busca incessante pelo novo; de jeito próprio de interferir no real, mas, também, caracterizadas por formas de resignação e apatia, tudo a depender do ambiente social e dos espaços de socialização em que os indivíduos estão inseridos. O modo, a intensidade e a direção com que cada sujeito se apropria das experiências vividas e dos processos sócio-culturais de seu tempo é, em larga medida, uma tarefa prática, não definida a priori, mas que,

certamente, combina a força contraditória entre as possibilidades postas pela sociabilidade e o ritmo e a forma de internalização dos valores, dos desvalores do compromisso e da vontade política que se materializam no universo complexo da individualidade.

Sendo assim, podemos admitir, com Marx, o indivíduo como ente singular e genérico, não somente partícipe de uma espécie, mas produtor de seu gênero, determinado pelas suas múltiplas interações e pelo seu tempo histórico. Isto significa que homens e mulheres, em suas iniciativas coletivas e reações individuais, elaboram e dão sentido à história, ao tempo em que são movidos por esta, que se realiza por movimentos tendenciais. É, pois, a ação humana consciente que ergue/aniquila/reconstrói/possibilita e inviabiliza a produção e reprodução da vida sob dadas condições materiais.

Pensar, portanto, a vida com sentido e o desenvolvimento da individualidade, em toda sua potencialidade e intensidade criativa, passa pela formação de uma vontade coletiva e de uma reforma intelectual e moral, no sentido da realização de uma forma superior de civilização. Isto implica na transformação real. Assim, sociabilidade e individualidade se determinam reciprocamente num processo rico de mediações e contradições. Por este raciocínio, na apreensão da vida social constituem grandes obstáculos tanto o economicismo quanto o politicismo, em suas variadas formas de manifestação cotidiana.

No entendimento e valorização da diversidade humana são muitos os desafios para a superação tanto da tradição determinista como também da perspectiva que reduz e enquadra as lutas pela diversidade humana à busca da igualdade de oportunidades e respeito à diferença.

Desafios à valorização da diversidade humana

O Serviço Social através de suas entidades representativas tem efetivado iniciativas relevantes na defesa estratégica da democracia e dos direitos. Outro grande desafio que temos consiste em qualificar a direção social de nossas lutas. Sabemos que o campo da democracia e dos direitos é permeado por tensões/contradições em que, se por um lado, a luta pela democratização das relações sociais e por acesso a direitos é necessária, por outro, representa limites, na medida em que a determinação central para a garantia da igualdade e da liberdade não vem da conquista do direito, mas da transformação da sociabilidade vigente.

No universo teórico-político do Serviço Social brasileiro temos um debate acumulado que nos possibilita transitar com radicalidade na defesa intransigente dos direitos sem ceder a qualquer tipo de ilusão sobre as condições sócio-históricas postas pela sociabilidade do capital, especialmente nos dias atuais, época de regressão de direitos e avanço de desvalores e experiências objetivas de degradação da vida humana,

como o desemprego e a violência. Exatamente por isso em nosso projeto ético-político profissional sinalizamos que a defesa dos direitos e da democracia constitui um campo de ação estratégica. Dentre outros, eis alguns desafios:

- ▶ Como integrar políticas de identidade historicamente construídas, linguagens e reivindicações diversas em uma frente ampla de esquerda e anticapitalista?
- ▶ Definir estratégias a partir de uma análise criteriosa das condições sócio-históricas do capitalismo hoje e suas formas de alienação que possibilitem ir além da ocupação de espaços por eleições, postos e cargos
- ▶ Refletir e investir em uma orientação movimentalista – classista nos partidos sindicatos e MS
- ▶ Investir em processos de educação política permanente nos partidos, MS e sindicatos, estabelecendo o diálogo/confronto de saberes entre tais modalidades institucionais
- ▶ Qualificar os termos do debate: o que estamos entendendo por sociedade civil, cotidiano, cidadania, ética na política, direitos humanos, totalidade, democracia etc
- ▶ Estimular o debate conceitual e a reflexão sobre as práticas
- ▶ “Irradiar-se por pontes” entre as políticas de identidade
- ▶ Reassumir e reoxigenar o debate sobre formas de internacionalismo entre os movimentos sociais
- ▶ Intervir positivamente na mídia com uma política firme contra a possibilidade de xenofobia, reprodução de preconceitos, discriminação e estereótipos
- ▶ Considerar a diversidade e as diferenças entre os sujeitos, o que pede qualificação empírica sobre quem são os sujeitos
- ▶ Investir numa cultura política que problematize em profundidade a dimensão de classe e o reconhecimento da multiplicidade e diversidade entre os sujeitos na classe
- ▶ Reapropriar-se de uma leitura crítica da realidade que considere o debate histórico (as lutas sociais, os sujeitos e suas reivindicações) e o debate ontológico (o que é esta sociedade, como se estrutura, apanhar as contradições entre sociabilidade e a individualidade humana)
- ▶ Como nos tornar homens e mulheres que têm projetos de vida fundamentado em compromissos ideológicos com os segmentos subalternos da população
- ▶ Reconhecer a potencialidade das lutas em torno da raça, gênero, orientação sexual, questão ambiental e contribuir para a produção de sujeitos políticos em tais ambiências temáticas que exigem conhecimento e prática política

- ▶ Diferenciar das abordagens pós-modernas, fragmentadas e nos preparar para o enfrentamento tanto das críticas conservadoras como das críticas daqueles(as) que estão no âmbito de uma esquerda economicista.
- ▶ O entendimento real de que um projeto emancipatório não pode dividir as lutas em gerais e em específicas e nem tão pouco cair nas ciladas da igualdade e da diferença.

Por tudo isso, a Campanha Nacional “*O Amor fala todas as Línguas: Assistente Social na Luta contra o preconceito*”, lançada pelo conjunto CFESS/CRESS constitui-se um instrumento ético-político fundamental para que nós assistentes sociais possamos no cotidiano do nosso trabalho romper com concepções abstratas de direitos que desconsidera os indivíduos em suas relações concretas de inserção de classe; identidade de gênero e étnico-racial e em sua orientação sexual. Esta campanha pretende dar continuidade a atuação do conjunto CFESS-CRESS na defesa dos direitos humanos de segmentos historicamente ausentes do circuito dos direitos, a exemplo da campanha de combate ao racismo que foi desenvolvida na gestão anterior do conjunto. Desde o dia 03 de Junho de 2006 que o Conselho Federal de Serviço Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela lei 8662/93 entregou para nossa categoria e para a sociedade brasileira a **RESOLUÇÃO Nº 489/2006** que **“estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional”**. Esta resolução se constitui num importante instrumento de luta para democratizar os espaços institucionais no que se refere à liberdade de orientação e expressão sexual e para estimular o exercício profissional sem discriminar e sem ser discriminado por orientação sexual.

Diante disso e em relação a esta campanha temos mais alguns desafios: estimular o debate conceitual e a reflexão crítica sobre a diversidade humana e as diferenças entre os sujeitos, o que pede qualificação empírica sobre quem são os sujeitos e investimento na socialização de uma cultura política que problematize em profundidade a dimensão de classe e o reconhecimento da multiplicidade e diversidade entre os sujeitos na classe; reconhecer a potencialidade das lutas em torno da raça, gênero, orientação sexual, questão ambiental e contribuir para a reflexão crítica em tais ambiências temáticas e intervir no debate profissional, na mídia e em todos os espaços com uma política firme contra a possibilidade de xenofobia e de reprodução de preconceitos e discriminação.

Assistente Social na Luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual é uma manifestação à sociedade Brasileira de que nós Assistentes Sociais estamos “atentos e fortes” para *fortalecer a luta por um projeto societário fundado na igualdade e na liberdade, o que implica reconhecimento e valorização da diversidade humana.*

Nas sociedades desiguais vigora quando possível o reconhecimento formal da diversidade e da diferença entre os indivíduos. A diversidade humana em toda sua intensidade e expressão só é possível numa sociedade em que a igualdade substantiva se efetive.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Antônio José Lopes. A individualidade moderna nos Grundrisse. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMMG, FAFICH, 2000.
- BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa (O Movimento Europeu em crise). São Paulo: Boitempo, 1998.
- CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993.
- COGGIOLA, Osvaldo. O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo F. et al. São Paulo: Xamã, 1996
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. La Política de la Identidad y la Izquierda in Debate Feminista, ano 7, vol 14, Octubre, 86-100, 1996.
- LACLAU, Ernesto. A política e os limites da modernidade. In: Holanda, H. B. (Org.) Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1982.
- LESSA, Sérgio. Sociabilidade e individuação. Maceió: EDUFAL, 1995.
- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Editora da UNICAMP, 2002.
- MESQUITA, Marylucia et al. Contribuição à crítica do preconceito no debate do Serviço Social IN: Mustafá, Alexandra M. (Org.) Revista Presença Ética vol. I – Anuário filosófico social – GEPE-UFPE. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo e Reificação. São Paulo: LECH, 1981.
- PALANGANA, Isilda Campaner. Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista. São Paulo: Plexus Editora, 1998.
- PIERUCCI, Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo: USP – Ed. 34, 1999.
- SAES, Décio. Estado e Democracia: Ensaios Teóricos. São Paulo: IFCH, 1998.
- SCHAFF, Adam. A sociedade Informática. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1990.
- SANTOS, Silvana Mara de Morais. O pensamento da esquerda e os limites da luta pela liberdade de orientação sexual. IN: Presença Ética, GEPE/UFPE, 2003.
- _____. O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual. UFPE: Tese de Doutorado, Recife, 2005.
- TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003



PALESTRAS

Marylucia Mesquita

Mestre em Serviço Social, Coordenadora Geral do Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual – Instituto Divas e Assistente Social

"Eu soube: o amor exige expressão. Ele não pode permanecer quieto, não pode permanecer calado, ser bom e modesto; não pode, jamais, ser visto sem ser ouvido. O amor deve ecoar em bocas de prece, deve ser a nota mais alta, aquela que estilhaça o cristal e que entorna todos os líquidos"
Cintia Moscovich (Livro "Duas Iguais")

Bom dia a todas e a todos participantes do 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS. Quero cumprimentar as minhas companheiras de mesa: às Conselheiras do CFESS, Silvana Mara e Neile D'Oran, e a todas(os) as(aos) assistentes sociais, conselheiras(os) presentes à plenária.

Inicialmente, quero reconhecer a relevância política desta mesa durante o 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS. Esse tema há muito merece ser enfrentado, no entanto, somente nos últimos anos nossa categoria, ou melhor, determinados segmentos da categoria têm, não apenas pautado o tema nos CBAS's, nos ENPESS, como teimado em afirmar que abordar este tema não significa necessariamente diluir as determinações de classe e a concepção de totalidade da vida social. No atual momento histórico os segmentos LGBTT¹⁷ vêm intensificando suas lutas no sentido de dizer para a sociedade e para o Estado que sofrem múltiplas formas de opressão pela falta de livre expressão sexual e livre expressão de gênero. São momentos, encontros como este, que contribuem para que nós, assistentes sociais, possamos refletir e problematizar sobre a relação entre Serviço Social e Livre Orientação e Expressão Sexual. O que nós, Assistentes Sociais, temos a ver com esse debate?

Quero agradecer o convite feito pelo CFESS ao DIVAS – Instituto em Defesa da Diversidade Sexual para interlocução na construção do Projeto da Campanha Nacional **"O Amor fala todas as Línguas: Assistente Social na Luta contra o Preconceito"** e, agora, para participar do 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS, compartilhando algumas das nossas reflexões

¹⁷ Sigla que significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais.

acerca do trabalho desenvolvido no âmbito da defesa da liberdade de expressão sexual.

Não posso deixar de comentar que estou profundamente emocionada em estar participando dessa mesa tratando dessa temática. Em primeiro lugar, porque estou retornando ao Encontro Nacional CFESS/CRESS. Já estive atuando no Conjunto através do CRESS/RN, em comissões de trabalho e como Conselheira do CFESS na Gestão “Brasil, mostra a tua cara” (1999-2002). E em segundo, e não menos importante, porque estou socializando reflexões a partir de estudos e pesquisas, mas a minha fala reflete também um aspecto que é importante ressaltar para vocês. Trata-se do lugar de onde estou falando: como assistente social, como pesquisadora do tema e como militante lésbica-feminista do Movimento Feminista (Fórum de Mulheres de Pernambuco/FMPE) e Movimento LGTBTT (Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis de Pernambuco (FLGBT)). A afirmação dessa identidade – que é política assume um significado particular que no decorrer da minha exposição retornarei.

Sou uma das co-fundadoras do Instituto DIVAS, que foi criado em 25 de maio de 2003 em Recife/PE. Trata-se de uma organização lésbica-feminista, anti-racista e não lesbofóbica/homofóbica que atua na defesa de direitos e políticas públicas voltadas para mulheres lésbicas e bissexuais. Por que é importante começar refletindo sobre isso? Porque quando se trata sobre o tema da sexualidade humana a tendência é fazê-lo, na maioria das vezes, considerando apenas a sua dimensão privada. E a sexualidade humana possui uma dupla dimensão: privada e pública. A este respeito desenvolverei mais adiante.

Nesse sentido, o meu objetivo nesta mesa é socializar alguns aspectos sobre a importância da luta política no campo da defesa da livre orientação e expressão sexual. Para isso, parto de 3 (três) pressupostos:

- o caráter contraditório que envolve a luta por direitos na sociabilidade capitalista. Este caráter contraditório aponta para a existência de limites, no entanto, reconhecer os limites não torna esta luta secundária. Ao contrário, ela se torna fundamental, apesar de muitas vezes, se restringir ao campo jurídico-formal e não se materializar no cotidiano de milhares de mulheres e homens que mantêm práticas sexuais homoafetivas.
- o segundo pressuposto é que os movimentos sociais organizados e entidades que atuam no campo da Livre Orientação e Expressão Sexual (LOES) são heterogêneos e expressam concepções e métodos para intervenção na realidade de maneira diferenciada. O esforço tem sido não desconsiderar essas diferenças e heterogeneidades de concepção e estratégias políticas, e centrar esforços na construção de uma agenda política estratégica. A minha referência parte

da produção de lésbicas feministas como Ochy Curiel, Gayle Rubin, Audre Lorde e Monique Wittig, dentre outras autoras. Parte da minha intervenção como assistente social no DIVAS, da minha experiência como lésbica-feminista e da minha militância na Liga Brasileira de Lésbicas, no Fórum de Mulheres de Pernambuco e no Fórum LGBT.

- escolhi pensar a LOES assumindo como referência as relações sociais, a sociabilidade. Isso significa reconhecer que o respeito à diversidade sexual e, portanto, que o exercício do direito à coisa pública está inscrito numa sociabilidade determinada historicamente. E nesse caso, estamos tratando da sociabilidade sob o capital que em si representa uma forma limitada e restritiva da vida social, à medida que mercantiliza e coisifica relações sociais. Ou seja, a sociabilidade sob o capital apresentou-se, em sua gênese, com um discurso em defesa da expressão das individualidades, fundada no ideário de liberdade e igualdade, mas não o fez para todas as pessoas nem no âmbito jurídico-formal. Compartilho com Santos (2005) do entendimento de que as questões relacionadas à sexualidade humana não se constituem “expressões periféricas da vida social, mas que representam uma dimensão significativa das relações humanas e do desenvolvimento das individualidades” e potencialidades humanas. Nesse sentido, compreender a sexualidade humana como dimensão da individualidade não significa pensá-la a partir de uma referência essencialista, inerente ao sujeito singular que vive ilhado, desconectado das relações sociais. Ao contrário disso, o processo de individuação é uma construção sócio-histórica que traduz o modo como mulheres e homens produzem seus meios de vida, desfrutam da riqueza socialmente produzida e afirmam suas particularidades como gênero humano.

Eu teria inúmeros caminhos para percorrer e refletir sobre o tema proposto, mas considerando os pressupostos apresentados, escolhi desenvolver minha exposição a partir de (06) idéias que não pretendo esgotar aqui, mas que na verdade, constituem um convite à reflexão:

- 1) uma reflexão breve sobre a politização da sexualidade e a organização do movimento de mulheres lésbicas como sujeito coletivo, considerando minha experiência como militante deste movimento;
- 2) a sexualidade humana como possuidora de uma dupla dimensão: privada e pública;
- 3) a relevância da construção e afirmação da identidade política e coletiva (a importância da organização do movimento LGBTT);
- 4) a lesbofobia/homofobia como construto sócio-histórico, cultural e ideológico;

- 5) algumas conquistas e desafios;
- 6) a importância da Campanha “O Amor fala todas as Línguas” para o Serviço Social, para o movimento LGBTT e para a sociedade.

O movimento politizado em torno da homossexualidade surge, no Brasil, no final dos anos 1970, no período de abertura política, pós-ditadura. A organização lésbica marca os idos dos anos 1979, quando lésbicas, predominantemente feministas, começam a marcar presença e visibilidade no primeiro grupo de afirmação homossexual do país, o *Somos em São Paulo*.

No âmbito das lutas para enfrentar o sexismo, o machismo, enquanto expressões do patriarcado, o movimento feminista teve um papel fundamental à medida que final da década de 1960 deflagrou como principais bandeiras de luta a sexualidade e a liberdade sexual evidenciadas através, por exemplo, das máximas “nosso corpo nos pertence” e “o pessoal é político”. No entanto, tais discussões estiveram articuladas, predominantemente, ao campo das demandas/necessidades reprodutivas, à vivência no âmbito da heterossexualidade.

Há que se registrar a existência de tensionamentos entre o movimento de mulheres lésbicas e o movimento feminista. No início dos anos 1980, era comum a preocupação de feministas em enfatizar a identidade não lésbica. Argumentavam que não se tratava de se considerar a lesbianidade um problema, mas faziam questão de demarcar a não generalização. Sob vários ângulos se pode compreender o “excesso” de cuidados por parte de algumas feministas a esse respeito, mas compartilho do entendimento de Ávila quando afirma que “isso acabava criando apenas uma explicação social, sem o enfrentamento adequado desse ‘estigma’ e do que ele representa para a sociedade (...) Além de não enfrentar a questão lésbica (...), o sujeito político feminista não tem ainda um discurso de defesa da lesbianidade” (2001:07-08). Nessa mesma linha de raciocínio, Charlotte Bunch (1996) destaca uma possível contradição no interior do movimento feminista: ao tempo que advoga por uma agenda de libertação da heterossexualidade compulsória de base patriarcal e contribui para elaborações conceituais e políticas que impulsionam o erotismo entre mulheres, também termina por deixar resquícios lesbofóbicos/homofóbicos quando se identifica os grandes obstáculos que têm as mulheres lésbicas em garantir suas reivindicações nos encontros internacionais e quando há dificuldades do movimento feminista incorporar como bandeira política a lesbianidade assim como o faz com a questão do aborto.

Por outro lado, a lesbianidade ainda se constitui um fenômeno considerado “marginal” nas produções acadêmicas e a nossa organização enquanto movimento de mulheres lésbicas, em termos de Brasil, marca os idos do final dos anos 1970, mas começa a se consolidar efetivamente no início dos anos 2000 com a ampliação de grupos distribuídos pelo país e com a

criação de articulações nacionais de lésbicas como a Liga Brasileira de Lésbicas¹⁸ (LBL/2003) e a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL/2005)¹⁹.

A década de 1980 é marcada por uma presença ainda tímida de grupos lésbicos. A partir da década de 1990, a organização lésbica começa a ocupar o cenário brasileiro de forma menos isolada, através da criação de outros grupos compostos somente de lésbicas, ou através do fortalecimento de núcleos de lésbicas atuantes nos grupos mistos ou através de ativistas independentes. Dessa forma, no Brasil, os grupos de lésbicas vão se multiplicando e, aos poucos, conquistando maior visibilidade. Um momento significativo para a organização lésbica brasileira foi a construção do I SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas²⁰, em 1996, no Rio de Janeiro.

Em meio ao processo de organização e de visibilidade do movimento um desafio tem sido ampliar a rede de alianças do movimento de mulheres lésbicas com outros sujeitos coletivos como movimento de mulheres e homens negros/as, MST, Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), dentre outros. Ainda há dificuldades também entre a luta de mulheres lésbicas e homens gays. Apesar de ambos vivenciarem as consequências da homofobia/lesbofobia e questionarem o modelo de família heterossexual. Vale destacar que ainda é muito presente no movimento gay e movimento trans a reprodução do machismo, do sexismo e da misoginia – expressões do patriarcado enquanto sistema de dominação. Não é demais ressaltar que o patriarcado tem sido objeto de auto-reflexão e de revisitação contínua da práxis política dos movimentos feminista e de mulheres lésbicas, mas não tem sido foco para o movimento LGBTT. O que dificulta a aliança estratégica em alguns momentos.

¹⁸ A LBL é uma expressão do movimento social organizado e tem contribuído no fortalecimento e mobilização nacional e internacional de lésbicas. Foi criada por mulheres lésbicas que incorporam como identidade política a lesbianidade e que ousaram e ousam politizar a sexualidade, combatendo a heterossexualidade compulsória. Entre os princípios construídos coletivamente, vale destacar: a autonomia, a autodeterminação e a liberdade como princípios fundamentais para o exercício da sexualidade sem coerção. A democracia como exercício permanente e cotidiano. A horizontalidade no sentido de evitar hierarquias de poder. A defesa da laicidade do Estado. A solidariedade com o conjunto dos movimentos sociais. A defesa do feminismo e de suas bandeiras. A luta contra o patriarcado e todas as formas de fundamentalismos e uma posição anti-capitalista. Ver: <http://www.lbl.org.br>

¹⁹ A ABL é uma rede nacional que tem como objetivo principal instrumentalizar novas lideranças lésbicas, promovendo a criação e manutenção de grupos e /ou núcleos de lésbicas em grupos mistos, para que estes lutem por nossos direitos. Focando direitos humanos, cidadania, prevenção em DSTs /AIDS, hepatites, tuberculoses, redução de danos no uso de drogas, e contra quaisquer formas de discriminação e violências contra Lésbicas. Ver: <http://www.ablesbicas.kit.net/oqe.htm>

²⁰ O SENALE enquanto espaço construído por e para lésbicas visa dar visibilidade e fortalecer a organização das lésbicas no Brasil, debatendo temas de interesse como sexualidade, saúde, gênero, combate à violência, diversidade, entre outros.

Nesse sentido, apesar dos tensionamentos presentes na relação entre lésbicas e feministas e entre lésbicas e gays é no interior do movimento feminista que há um maior acolhimento das lésbicas, incentivando-as no seu processo de auto-organização e fortalecimento enquanto sujeito político e coletivo. Assim, apesar do feminismo não ter incorporado, hegemonicamente, a LOES como bandeira de luta como o faz com a legalização e descriminalização do aborto o movimento feminista contribuiu e permanece contribuindo para que mulheres lésbicas pudessem se auto-organizar. Algumas terminaram por se distanciar do movimento feminista, mas depois retornaram para indagá-lo quanto a gênese de sua radicalidade e de insubordinação à cultura patriarcal. Tiveram a exata compreensão de se fortalecerem e de reconhecerem como sujeito político e coletivo que assume um projeto coletivo de sociedade, que possui uma agenda política e estratégias de intervenção. A ruptura com a invisibilidade e o exercício da fala pública constituem, nessa perspectiva, instrumentos estratégicos para desconstruir o discurso da heterossexualidade compulsória e, conseqüentemente, da sexualidade apenas como possuidora de uma dimensão privada.

Compartilho do entendimento que a heterossexualidade obrigatória enquanto recurso ideológico do patriarcado e, portanto, como sistema de dominação invade todas as arenas da vida social, afirmando-se como norma, como modelo inquestionável, como elemento natural que se materializa na família, na mídia, nas religiões, no Estado e em suas instituições. E esta expressão naturalizada e banalizada contribui para atribuir à sexualidade uma dimensão restritamente privada, uma vez que a dimensão pública é regulamentada, legitimada como natural para a lógica heteronormativa. Nesse sentido, as demais expressões da sexualidade humana são rotuladas de desviantes, anormais, contra a "natureza humana" porque negam a suposta "norma" e, portanto, ainda que existam devem confinar-se ao privado, ao invisível.

Segundo Witting "...nos últimos anos, tem-se aceitado que não existe nada que possa ser chamado «natureza», que tudo é cultura, ainda que dentro desta cultura haja um núcleo de natureza que resiste a todo exame, ou seja, não é objeto de análise. Há uma relação cuja característica é ser inquestionável na cultura assim como na natureza, que é a relação heterossexual. Chamamos a isto de **relação social obrigatória entre 'homem' e 'mulher'**²¹... Este princípio inquestionável como conhecimento, como princípio óbvio, como algo dado previamente a toda ciência, é o que a *mente hetero*²² desenvolve como uma interpretação totalizadora da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos, ao mesmo tempo. Apenas posso salientar que o

²¹ Grigo meu.

²² Ibidem.

caráter opressor que reveste a mente hetero é uma tendência a universalizar imediatamente todo conceito que produz como lei geral e sustenta que é aplicável a todas as sociedades, épocas e pessoas". (1978: pág. 01/02)

Dessa forma, as relações sociais são normatizadas a partir da heterossexualidade obrigatória que sustenta o modelo da família monogâmica, nuclear, patriarcal e heterossexual.

Ao refletir sobre a heterossexualidade obrigatória e sua nefasta conseqüência – a lesbofobia/homofobia/transfobia – tenho desenvolvido a tese de que a prática afetivo-sexual possui duas dimensões que se determinam reciprocamente e não podem ser compreendidas de forma dissociada. Trata-se da dimensão privada e da dimensão pública, ou de outro modo, pessoal e coletiva. (Mesquita, 2001)

As práticas afetivo-sexuais *em si* possuem uma dimensão, essencialmente, privada. Cada um(a) na sua singularidade é quem vive, sente e deseja o seu "objeto de desejo" e escolhe como vai expressar e responder a suas fantasias e necessidades sexuais. E são estes indivíduos concretos, historicamente determinados que experienciam os (dis)sabores da sua prática afetivo-sexual. Nesse sentido, ao se restringir a sexualidade no âmbito da "ética privada" o debate se põe de forma insuficiente, superficial posto que a responsabilidade passa a ser individualizada, contribuindo assim para inúmeras formas de violência, dominação e opressão. (Ibidem, 2001)

No entanto, a prática afetivo-sexual *per si* supõe, também, a garantia de uma dimensão pública, coletiva com bases históricas e, em dizendo respeito ao ser humano demanda pela garantia de efetivação – sem interdição – de suas múltiplas expressões eróticas quer sejam no âmbito da homossexualidade, heterossexualidade ou bissexualidade. No campo da esfera pública, a sexualidade é uma dimensão fundamental da nossa existência humana, não deve permanecer aprisionada. A sociedade e o Estado precisam garantir o reconhecimento das múltiplas sexualidades, da diversidade sexual. Afinal, a sexualidade é uma parte integral da individualidade de todo ser humano e seu desenvolvimento total depende da satisfação de necessidades humanas básicas tais como desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor. Nessa perspectiva, a sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O pleno desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem estar individual, interpessoal e social. (Idem, 2001)

Mais ainda, viver a sexualidade assume caráter público no sentido de que não há justificativas, senão de cunho moralista e conservador, que incorporem legitimidade quando cerceiam direitos considerados fundamentais: os direitos sexuais. Cabe-nos indagar: O que leva pessoas, instituições a se reivindicarem autorizadas e legítimas a determinar como os indivíduos devem se relacionar afetivo-sexualmente? O que faz com

que indivíduos e instituições coloquem em xeque a competência e o compromisso profissionais de homens e mulheres a partir da orientação dada as suas práticas e desejos sexuais? Em que medida se efetiva a laicidade do Estado Brasileiro? Compreendemos que é dessa forma que se expressa aspectos do padrão dominante de sexualidade: a heterossexualidade compulsória. Vale realçar que tal padrão se justifica pela reprodução da família e da propriedade privada e, portanto, a partir de um referencial de cunho extremamente autoritário, moralista, conservador e fundamentalista.

Outro elemento que quero trazer à reflexão é sobre a construção social da identidade.

Em pleno século XXI, o reconhecimento da lesbianidade/homossexualidade e da bissexualidade como expressões também da sexualidade humana (como o é a heterossexualidade) constitui um tabu, estigma social. Nesse sentido, o momento histórico atual marcado por profunda barbárie, desemprego estrutural, cada vez mais, aponta desafios significativos para tornar possível a construção, ampliação e consolidação de direitos, particularmente dos segmentos LGBTT.

Pensar sobre a construção social das identidades significa reconhecer que tal construção se dá pela vivência da opressão, da partilha de necessidades em comum e da construção coletiva de formas de resistência. Trata-se de uma experiência subjetiva e intersubjetiva, portanto, a construção da identidade é necessariamente individual e coletiva.

No que se refere à construção social e afirmação da identidade é importante ressaltar que, por exemplo, quando publicizo: “sou” lésbica e feminista estou tratando de minha identidade política porque compreendo que a sexualidade humana é possuidora de uma dimensão pública que necessita ser explorada. E nesse sentido partilho do entendimento de Ochy Curriel quando afirma sua condição de feminista, o faz concebendo o feminismo como “pensamento teórico-crítico e prática política, [como] uma forma de construir o mundo, desconstruindo o patriarcado que se fundamenta no sexismo, na exploração econômica, na heterossexualidade obrigatória, no racismo, na lesbofobia/homofobia e na xenofobia como sistemas articulados que afetam fundamentalmente as mulheres” (Texto mimeo, pag. 01). Portanto, partilhando ainda do entendimento de Ochy a minha lesbianidade é feminista e não a assumo como uma identidade sexual que conserva um essencialismo no qual devemos nos auto-definir. Reconhecer minha lesbianidade como identidade política refere-se a uma posição estratégica que questiona uma das instituições na qual se sustenta o patriarcado: a heterossexualidade obrigatória, de onde se concebe a reprodução/a maternidade como destino e não escolha auto-determinada das mulheres. Nesse sentido, afirmar-me como sujeito político lésbica representa – para mim, como para várias militantes da Liga Brasileira de Lésbicas e do DIVAS – uma maneira de subverter

o padrão dominante de sexualidade – o heterossexual, assim como sua legitimidade, normatização e obrigatoriedade.

Merece destaque ainda que atribuir uma dimensão pública à lesbianidade tem um valor substantivo porque se refere a uma identidade política e coletiva. Na verdade, trata-se de politizar o debate em torno da heterossexualidade obrigatória, denunciar o que nos oprime e apontar saídas coletivas desta opressão particular. A saída coletiva vem através da organização e da construção de um projeto coletivo de sociedade que exige a superação da exploração e da opressão. Nessa perspectiva, compreendo que se trata de um movimento social em defesa da liberdade de orientação e expressão sexual e livre identidade de gênero e não apenas a afirmação restrita de uma dada identidade sexual. Sabemos que todas as lutas coletivas necessitam de sujeitos que materializem suas agendas políticas, suas reivindicações, seus projetos. É assim com o Movimento Sem Terra (MST), com o Movimento Feminista, com o Movimento de Mulheres Negras e Homens Negros, com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), com o Movimento das Pessoas com Deficiência e tantos outros movimentos. Sem explicitação dos sujeitos políticos e coletivos como visibilizar as opressões e violências cotidianas? Como pautar suas reivindicações e exigir políticas públicas? Como provocar o debate sobre a banalização/naturalização da heterossexualidade compulsória? Como criar estratégias para o enfrentamento às múltiplas expressões da homofobia/lesbofobia/transfobia que comparecem, muitas vezes, de forma silenciosa, marcada pela omissão do próprio Estado?

Pensar a construção da identidade sob a sociabilidade capitalista significa também pensar em que medida esta forma de sociabilidade possibilita efetivamente ou restringe a expressão da identidade gay e lésbica. Ora, se partimos do entendimento de que esta sociabilidade tem sua estruturação a partir de relações mercantis, da coisificação do sujeito e da imposição de um padrão heteronormativo estamos compreendendo que gays e lésbicas não são e não serão reconhecidos como sujeitos de liberdade. Serão, no máximo, “tolerados” como consumidores. E nesse sentido, torna-se fundamental a organização dos movimentos sociais LGBTQB no sentido de refletir e incidir política e criticamente sobre esse cenário de mercantilização dos direitos. A mídia televisiva tem pautado o tema, no entanto de forma patriarcal e tímida. O exemplo disso é quando temos, nas novelas, um personagem gay, ele parece “recheado de estereótipos”, do humor debochado para se tornar palatável à opinião pública. Quando são lésbicas, as personagens têm que ser assassinadas brutalmente ou vivenciar o beijo de Romeu & Julieta, reproduzindo a relação heterossexual, como na novela “Mulheres Apaixonadas”. Na maioria das vezes, o que vem a público é a reprodução de papéis sexuais do que se convencionou socialmente ser “masculino” e ser “feminino” ou se apresenta lésbicas como assexuadas.

Na verdade, não temos dúvidas sobre quais os interesses dessa ordem societária na qual estamos inseridas/os. Os interesses não vêm na direção do respeito à livre expressão da sexualidade e respeito às diferentes identidades de gênero. Não vêm para contribuir para construção de novos valores, numa perspectiva emancipatória e libertária, que permita formar uma geração não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, não sexista, não racista. É nesse sentido, que compreendo que a luta pela liberdade de expressão sexual exige posicionamento crítico permanentemente no sentido da articulação entre a necessidade de uma nova sociabilidade sem exploração e sem opressão. Nessa perspectiva que, por exemplo, o movimento de mulheres lésbicas vem questionando o sentido/significado das paradas LGBTT's para que não se transformem em espaços mercadológicos, perdendo a finalidade que lhes deu origem, ou seja, como espaços de resistência e de convite à sociedade, ao Estado para romper com o conservadorismo, com o moralismo.

A heterossexualidade obrigatória traz conseqüências perversas para a construção da identidade dos sujeitos LGBTT's. Para refletir a respeito, vou me apoiar nas elaborações teóricas de um autor argentino, o Mario Pecheny (2004), do Instituto Gino Germani (UBA/Conicet). Ele estrutura seu pensamento afirmando que a "sociabilidade das pessoas homossexuais" tem por base a construção de uma "identidade discreta" e que eu prefiro adotar o conceito de *identidade aprisionada*.

Ele parte de 5 hipóteses:

- 1) que a homossexualidade constitui um segredo fundante da identidade e das relações pessoais dos indivíduos gays e lésbicas;
- 2) dado este segredo, os laços de sociabilidade se estruturam segundo três mundos definidos em função do conhecimento do segredo: àqueles/as que não sabem nada; àqueles/es que compartilham do segredo, estão próximos, mas não são gays e não são lésbicas; àqueles/as que compartilham do segredo e que são gays e lésbicas;
- 3) as fronteiras entre tais mundos são permeáveis e flexíveis;
- 4) os laços pessoais estabelecidos entre pares gays e lésbicas tem conseqüências importantes para distintos aspectos do desenvolvimento individual como ser social (em termos de mobilidade geográfica, acesso ao mercado laboral, a círculos econômicos e culturais distintos do original etc.);
- 5) o desenvolvimento de um movimento sóciopolítico gay e lésbico e a aparição da AIDS começaram a romper as fronteiras entre os mundos.

Não vou apresentar e problematizar o desenvolvimento das cinco hipóteses. Vou me deter apenas à primeira, que para o que pretendemos, neste momento, e considerando os limites do tempo, é o suficiente. Ou

seja, **a homossexualidade constitui um segredo fundante da identidade e das relações pessoais dos indivíduos homossexuais.**

Segundo Mario Pecheny "considera-se um indivíduo homossexual identitário àquele/a que considera que o direito de ter desejo e/ou manter relações sexuais e/ou amorosas com pessoas do mesmo sexo define em maior ou menor medida sua própria identidade. Este reconhecimento é um princípio diante de si mesmo e pode ser assumido publicamente ou não e em distintos níveis". (2004, pág.17)

Afirma ainda que a "identificação homossexual não é sempre adotada autonomamente. Pelo contrário, desde sua invenção, sua identificação tem sido atribuída de modo heterônomo. Por vezes, o termo homossexual é utilizado de forma genérica, tanto que os termos *gay* e *lésbica* são utilizados mais precisamente para referir-se aos indivíduos homossexuais que assumem com certo grau de publicidade a sua orientação sexual." (2004, pág.17 e 18).

Partimos do entendimento de que romper com a "identidade discreta", ou melhor, com a "identidade aprisionada" é uma das condições para problematizar as opressões e desigualdades que atingem frontalmente a população LGBTT. Romper a "identidade aprisionada" é desconstruir, cotidianamente, a heterossexualidade compulsória, a heterossexualidade como norma. É reconhecer a importância do movimento LGBTT no sentido de politizar o debate em torno das sexualidades, de publicizar as diferentes formas de violência, de orientar quanto às formas de denúncia, de contribuir para o resgate da auto-estima e do fortalecimento da condição de sujeito político e coletivo através das ações de rua, bem como através dos grupos de apoio, grupos de auto-reflexão e de troca de experiências, os quais acolhem uma população que é estigmatizada no dia-a-dia na família, na escola, no trabalho, na rua através das inúmeras expressões da lesbofobia/homofobia/transfobia. Exemplo clássico é o questionamento da competência profissional quando publicizam sua orientação sexual homoafetiva. Ou na família quando filhos/as gays, lésbicas são expulsos de casa pela família porque são considerados "anormais, desviantes, pecadores". A pesquisa da UNESCO, realizada em 2004 e divulgada no livro "Juventude e Sexualidade", que ouviu jovens entre 10 e 24 anos em todas as regiões, mostrou que o preconceito nas salas de aula ainda incomoda: entre os rapazes, 39,4% afirmaram que não gostariam de ter homossexuais como colegas de classe. Entre as meninas, o comportamento preconceituoso contra colegas lésbicas é de 16,6%.

Enfim, a homossexualidade é uma dimensão da individualidade humana, mas em nossa sociedade constitui um motivo de estigmatização, discriminação, violência e intolerância. Nesse sentido, considerando que não necessariamente a homossexualidade/lesbianidade é evidente aos olhos dos demais; e, ao mesmo tempo, que, em princípio, não é compartilhada pelos núcleos de socialização primária, a família e a escola, a saída

possível tem sido adotar a identidade discreta/ a identidade aprisionada como recurso de sobrevivência para interagir no meio social. Podemos tentar imaginar o nível de conflito que deve viver um/a adolescente gay ou lésbica que é socializado/a em um ambiente heterossexista. Afinal, em nossa sociedade, não há uma referência positivada em torno da homossexualidade/lesbianidade. Viver, sentir desejo homoafetivo é ir contra a norma!

O silêncio sob a orientação sexual com o núcleo primeiro de socialização cria um problema particular aos indivíduos de práticas sexuais homoafetivas. Isto os diferencia, por exemplo, dos membros de categorias que formam outros grupos sociais socialmente estigmatizados, como os judeus/judias em um contexto anti-semita. Neste caso, por exemplo, se um menino judeu é hostilizado em sua escola, muito provavelmente encontra apoio material e afetivo em sua família e em seus amigos/as mais próximos. Ao contrário, se um/a adolescente descobre seu desejo por pessoas do mesmo sexo, sua experiência é mediada pela angústia e temor, não somente porque é raro que encontre apoio em seu núcleo familiar e de amigos/as, como também a angústia e o temor, residem justamente no eventual rechaço que pode surgir desse entorno social primário. Quem já não ouviu o seguinte comentário em casa: prefiro um filho/a ladrão a um filho homossexual?

Ainda segundo Mário Pecheny, pesquisas realizadas na Argentina e em outros países, mostram que o processo de formação da identidade pessoal e sua relação com outros significados está fortemente determinada pelo modo de compartilhar ou não a informação relativa à orientação homossexual." (2004, pág.18) A hipótese de Mário é que a homossexualidade constitui um segredo fundante da identidade e das relações pessoais dos indivíduos homossexuais e que independente do que ocorra ao longo de sua vida, "a maioria dos indivíduos homossexuais dão a conhecer aos demais sua orientação sexual. (...) O segredo dá lugar, assim, a um tipo particular de interação e de conflito." (ibidem, pág.19). Esta interação é vivenciada através do que se convencionou chamar de "vida dupla". Na maior parte das vezes, vivencia-se a homossexualidade/lesbianidade com relativa plenitude nos guetos ou na casa daquele/daquela amigo/a que efetivamente respeita. Já nos espaços de trabalho e outros mais públicos a interação social é mediada pelo silêncio e invisibilidade quanto à orientação sexual. Revelar o afeto é motivo de orgulho e satisfação para população heterossexual. No entanto, para a população LGBTT a regra é esconder, aprisionar, ou no máximo, viver com discrição.

Enfim, no campo da construção da identidade quero realçar um posicionamento que assumimos no Instituto DIVAS. Trata-se do entendimento de que a sexualidade é algo em aberto. Os indivíduos não são homossexuais OU heterossexuais OU bissexuais, numa perspectiva de uma

identidade fixa. Mulheres e homens são seres afetivos, sexuais e eróticos. Daí que trago novamente, o entendimento da construção da identidade como lésbica ou gay como uma identidade política. Isso significa que em meio à imposição social dos pactos silenciosos – dos segredos – em torno da orientação sexual gay e lésbica, a forma como cada um/a vai enfrentar a homofobia/lesbofobia não pode ser compreendida como uma responsabilidade individual, mas precisa ter condições mínimas objetivas favoráveis à publicização. Por exemplo, o nível de aceitação e respeito da família; a inserção em outros grupos de socialização que permitam reelaborar o significado da vivência homoafetiva. Ou seja, dependendo de como seu processo de individuação e socialização se configure, o mesmo poderá contribuir para a construção de uma identidade positivada, libertária, livre de opressões e cada vez mais longe do segredo. Ou para construção de uma identidade discreta, como afirma Mário Pecheny, ou uma identidade aprisionada como preferi me referir. E mais: o momento da publicização é particular no sentido que cada um/a é que deve identificar quando se sente à vontade para fazê-lo. Não há regra e norma Tornar público (e não assumir²³) se trata de uma atitude processual e permeada de contradições e limites com idas e vindas. E isso repercute na formação do sujeito político, porque ao tornar público, vai se lidar com o preconceito e com a discriminação. Criam-se estereótipos que obscurecem as múltiplas particularidades dos indivíduos, reduzindo-os a uma única dimensão de suas vidas: a sua orientação sexual. Nesse sentido, é preciso está fortalecido/a suficientemente para suportar as diferentes expressões da lesbofobia/homofobia que certamente acompanharão esta decisão.

Outra questão que eu gostaria de compartilhar com vocês é o nosso entendimento da homofobia/lesbofobia. Pensar a homofobia/lesbofobia como construto sócio-histórico e ideológico significa dizer que o termo designa um conjunto de práticas que cerceiam a vivência afetivo-sexual dos indivíduos, restringindo ainda mais as possibilidades da liberdade humana e negando a autonomia e a auto-determinação dos sujeitos. Compreendemos que a fobia é um sentimento ou reação externa ou interna e, portanto, “é uma rejeição a algo de que não gostamos, sobre o qual não concordamos, que não aprovamos ou do qual temos medo” (Gonçalves: 2001, pág.13). A fobia é, portanto, o medo e a rejeição que vêm à cena pública de forma extremada. Em nossa realidade, a homofobia/lesbofobia enquanto prática sócio-cultural e ideológica está presente quando se

²³ Utilizo o termo publicizar por compreender que a terminologia “assumir” é restritiva e coloca no sujeito que vive a opressão a responsabilidade solitária de superar a homofobia/lesbofobia, De outro modo, “quem assume é corajoso/a e quem não assume é covarde”. É necessário ficar nítido que a homofobia/lesbofobia são sistemas de dominação, portanto, sistemas ideológicos que interdita a dimensão humano-genérica.

propaga a heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória. Ou seja, fora do modelo de sexualidade dominante – o heterossexual – tudo o mais não é legítimo, não deve ser reconhecido. E até pode, desde que seja na invisibilidade. A homofobia/lesbofobia comparece também quando se afirma que relações afetivo-sexuais entre mulheres ou entre homens é pecado, é doença.

Vale destacar que os argumentos fundamentalistas estão relacionados à necessidade da reprodução e, conseqüentemente, da manutenção da propriedade privada. Afirmar que é doença, patologia – visão ainda recorrente, apesar de estarmos em pleno século XXI, é desconhecer, ou ignorar inúmeras conquistas do movimento LGBTT.

Entre 1948 e 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a homossexualidade como um transtorno mental. Em 1990, a assembléa geral da OMS aprovou a retirada do código 302.0 (Homossexualidade) da Classificação Internacional de Doenças, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”. Essa alteração no campo jurídico-formal marcou o “fim” de um ciclo de 2000 anos em que a cultura judaico-cristã disseminou a homossexualidade como pecado, crime e, doença. Alguns Conselhos de Profissão – Medicina (em 1985) e de Psicologia (1999) também retiram o carimbo da patologização das práticas homoeróticas. No Serviço Social esse debate conquista espaço público quando garante no Código de Ética Profissional (1993) a indicação de princípios ético-políticos alicerçados em valores como liberdade, democracia, pluralismo, equidade e justiça social, incluindo como um de seus princípios “o exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, **opção sexual**²⁴, idade e condição física”. E mais ainda, quando aprova a Resolução 489/2006, que “estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do/a assistente social”. Voltarei mais adiante a este tópico.

Atualmente, temos a proibição de discriminação por orientação sexual em mais de oitenta municípios brasileiros. E desde 2004 temos o programa “Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual”, do governo federal. No entanto, resguardados os avanços, considero que estas conquistas ainda são insuficientes, pois a repressão e a opressão exercidas sobre quem se relaciona afetivo-sexualmente com pessoas do mesmo sexo atingem graus de violência inaceitáveis, muitas vezes traduzidos em assassinatos, ou seja, os crimes de ódio. Segundo o Grupo Gay da Bahia, entre 1963 e 2001, foram registradas, no Brasil, 2.092 mortes, cuja motivação foi a homossexualidade da vítima. Esse número

²⁴ Grifo meu.

deve ser muito maior, pois, em muitos casos, familiares procuram abafar os crimes e a polícia nada faz para desvendá-los. Aliás, impunidade é outra marca registrada da homofobia. São raros os casos de prisão e punição dos culpados. Exceções somente no caso de Edson Nery que foi espancado até a morte, por skinheads, em São Paulo, em 2000. A incidência política do movimento LGBTTT contribuiu para a prisão e a condenação de seus assassinos.

Vale destacar ainda que o INSS reconhece o direito à pensão por morte e auxílio-reclusão ao parceiro/a homossexual, mas somente após determinação da Justiça, a partir de uma Ação Civil Pública de 2000. O artigo 30, da Instrução Normativa nº 20, que estabelece critérios para concessão de benefícios, diz que o companheiro ou a companheira homossexual de segurado inscrito no RGPS passa a integrar o rol dos dependentes e, desde que comprovada a vida em comum, concorre, para fins de pensão por morte e de auxílio-reclusão, com os dependentes preferenciais para óbito ou reclusão ocorrido a partir de 5 de abril de 1991, ou seja, mesmo anterior à data da decisão judicial proferida na Ação Civil Pública.

Em 2001, a partir de pressão do movimento LGBTTT foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e em 2003, foi criada, na Câmara Federal, a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, contando com mais de 50 parlamentares na sua formação.

Ignorar estas e outras conquistas é justamente referendar o pensamento fundamentalista que subjaz argumentos como, por exemplo, que é prejudicial para uma educação saudável crianças conviverem com parceiros/as gays/lésbicas. Mas, se não é doença, não há contágio! Em países como Estados Unidos, Holanda, Bélgica crianças convivem com famílias compostas por gays ou por lésbicas de forma natural. Conviver com um casal de gays ou de lésbicas não significa que àquela criança tornar-se-à gay ou lésbica, assim como, conviver com um casal hetero não significa que àquela criança será hetero. Trata-se de uma construção histórico-social. É curioso que se esta lógica fosse verdadeira, não poderíamos existir se somos – nós, lésbicas e gays – frutos, na maioria dos casos, de relações heterossexuais. Enfim, merece destaque ainda que a literatura voltada para crianças dá sinais libertários, ainda que pontuais. O livro: “Mamãe nunca me contou”, de Babette Cole voltado para crianças da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª séries do Ensino Fundamental é um exemplo positivado de que é possível educar para o respeito à livre expressão sexual e não para insuflar intolerância e violência.

Em termos das nossas principais reivindicações e desafios merece destaque:

- a luta pela criminalização da homofobia/lesbofobia, a exemplo da Lei 7.716/1989 que regulamentava a Constituição Federal e define

os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Ressalte-se que o art. 5º, XLII da CF/1988 estabelece que os crimes de racismo são inafiançáveis e imprescritíveis. Nesse sentido, está em tramitação a o PLC 122/2006 que criminaliza a homofobia. Embora consideremos que a aprovação desta lei precisa estar combinada com mudança cultural, bem como educativa e pedagógica de incorporação efetiva do tema diversidade sexual nas escolas.

- Garantia de equipamentos públicos os Centros de Referência em Direitos Humanos LGBTT e disque denúncia em todas as capitais;
- aprovação do projeto de Lei da parceria civil;
- Capacitação de agentes públicos para um atendimento sem preconceitos;
- garantia dos direitos civis, sociais, políticos, econômicos e culturais. Isso significa a materialização das leis municipais e estaduais que coíbam a discriminação por orientação sexual, bem como a garantia, por exemplo, do direito à maternidade; direito à licença-maternidade para nascimento do filho do/a parceiro/a; direito ao atendimento humanizado, qualificado e não heterossexista pelos profissionais de saúde, dentre outros.
- ampliação de grupos, Ong's para o fortalecimento da auto-estima, construção da cidadania e da condição de sujeitos políticos e coletivos de mulheres e homens com práticas homoeróticas.
- necessidade de ampliação da rede de alianças com outros sujeitos coletivos como o movimento feminista, MST, MNDH, movimento de mulheres e homens negros e com os Conselhos de profissões.
- educação não sexista/ não racista/ não heterossexista;
- ruptura com uma lógica fragmentada no interior do movimento LGBTT na perspectiva da ampliação e consolidação de uma cultura política radical de crítica permanente à sociabilidade vigente.

Em relação à Campanha Nacional ***“O Amor fala todas as Línguas: Assistente Social na Luta contra o preconceito”***, lançada pelo conjunto CFESS/CRESS quero dizer que representa uma ação inovadora, ousada e radical em termos do compromisso do Serviço Social com a defesa e ampliação de direitos da população LGBTT e que a Campanha expressa, como disse anteriormente, a profunda sintonia com nosso Código de Ética Profissional (1993) e, portanto, com nosso projeto ético-político (PEPSS). Como realça Lúcia Barroco em artigo na Revista Presença Ética nº 3, “de forma explícita, nosso Código indica uma concepção de diversidade, cujo limite é colocado em torno do campo democrático e da negação daqueles valores cujas ações e manifestações produzam o racismo, o preconceito, a discriminação, a homofobia, enfim a negação dos valores considerados positivos. Vale lembrar que este posicionamento vem sendo conquistado em várias dimensões do Serviço Social

Brasileiro há pelo menos três décadas, o que evidencia um posicionamento teórico-metodológico e ético-político que – se por um lado precisa ser constantemente realimentado para não se perder – por outro, nos coloca como interlocutoras privilegiadas no campo da defesa dos direitos, em suas várias configurações” (2003).

A Campanha é uma ação inovadora porque além de marcar posição em defesa da garantia e ampliação de direitos da população LGBTT trata-se de um convite para uma mudança de postura e de atitude, de revisitação de preconceitos, a medida que a Campanha visa sensibilizar a categoria para garantia de acesso – aos sujeitos que vivenciam a opressão por orientação sexual – aos serviços sociais.

Penso que se torna fundamental ampliar, cada vez mais, a articulação do Conjunto CFESS/CRESS com os movimentos sociais como o movimento feminista e movimento LGBTT. E a construção da Campanha foi um grande passo nesse sentido.

Enfim, a pergunta que se nos coloca é: quais os desafios colocados para o Serviço Social em termos das demandas e necessidades da população LGBTT?

É importante identificar como estamos incorporando essa discussão da liberdade de orientação e expressão sexual no processo de formação profissional. Ou seja, a LOES é tematizada e problematizada nas disciplinas? Algumas disciplinas potencialmente não podem deixar escapar esse debate: Ética Profissional em Serviço Social; Movimentos Sociais e as opcionais como: Gênero e Serviço Social; Família e Serviço Social, dentre outras.

Sob tal orientação presente no nosso código de ética e, sobretudo, na perspectiva de fortalecimento e ampliação do projeto ético-político profissional cabe-nos interditar quaisquer práticas que afirmem expressões de opressão e isso vai se estender tanto à população usuária com qual lidamos cotidianamente, bem como à convivência do/a assistente social com outras categorias profissionais. Isso significa dizer que no atendimento a nossa população usuária seja na área da saúde, da educação, da previdência, da habitação, na área sócio-jurídica, dentre outras, poderemos está lidando com homens e mulheres que vivenciam práticas homoeróticas e que silenciam e ocultam a sua orientação sexual não porque optaram, escolheram, mas, sim, porque, foi a saída possível frente à manifestação da lesbofobia/homofobia institucional, seja porque inexistente cobertura de políticas públicas, seja porque a cultura dominante é heteronormativa.

E para concluir quero socializar com vocês algumas inquietações:

- 1) como a liberdade de orientação sexual está sendo trabalhada no nosso cotidiano profissional?
- 2) lésbicas, gays, travestis e transexuais estão sendo reconhecidos como usuários dos serviços sociais?

- 3) Integram a agenda política do Serviço Social?
- 4) em que medida as reuniões, encontros e congressos incluem a orientação sexual homoafetiva entendendo-a e reconhecendo-a como uma expressão da sexualidade humana?
- 5) em que medida, nós, assistentes sociais, contribuímos para reforçar ou superar uma “identidade discreta”/ “identidade aprisionada” dos usuários LGBTT?
- 6) contribuímos para que possam exercer autonomia, autodeterminação e liberdade ou referendamos a homofobia/lesbofobia institucional arraigada na maioria das instituições que atuamos?
- 7) Garantimos a socialização da informação, bem como o acesso aos benefícios, serviços e políticas sociais?
- 8) Quais as mediações necessárias para articular demandas particulares a um projeto societário radicalmente crítico à sociabilidade do capital que produz desigualdade?

Por fim, gostaria de compartilhar do pensamento de Silvana Mara sobre o momento atual, período de crise estrutural do capital que nos coloca em um terreno bem minado do ponto de vista da construção de um projeto societário de enfrentamento desta sociabilidade, exigindo a convicção de que não basta a politização de questões como a liberdade de orientação e expressão sexual é fundamental identificar que direção esta politização assume, ter nitidez sobre quais interesses e cultura política reforçamos no cotidiano e reconhecer que “o diálogo profundo permeado por conflitos e tensões é a chave para encontrar pontes que permitam equacionar as singularidades das reivindicações, ao tempo em que possam fortalecer a unidade da luta por uma sociedade sem exploração e opressão”.

Referências Bibliográficas

- ÁVILA, Maria Betânia. Os Direitos Sexuais devem ser uma pauta constante do feminismo IN *Jornal da Rede Saúde* nº 24 – dezembro/2001.
- BARROCO, Lúcia. *Ontologia Social e Reflexão Ética*. Tese de Doutorado em Serviço Social apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1996.
- _____. *Ética e Sociedade*. Brasília: CFESS, 2000.
- BUNCH, Charlotte. IN ROSENBLOOM, Rachel. *Unspoken rules*. S.l., s.ed., 1996.
- CURIEL, Ochy. *La autonomia em la política lesbico-feminista*. (Texto mimeo).
- CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (Compiladoras). *El Patriarcado al desnudo – Três Feministas Materialistas – Colette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.
- CFESS. *Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético político do conjunto CFESS-CRESS*. IN: *Serviço Social e Sociedade* Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. *Relatório de Deliberações- Encontro Nacional CFESS/CRESS*, Campo Grande, 1999.
- GALLO, Sílvio (Coordenador). *Ética e Cidadania - Caminhos da filosofia*. SP: Papyrus, 1997.
- GONÇALVES, Eliane. *Você é fóbico? Uma conversa sobre democracia sexual* IN *Jornal da Rede Saúde* nº 24 – dezembro/2001.
- GONÇALVES, Eliane. *Gozar o direito de gozar: sobre a pauta dos direitos sexuais como direitos humanos das mulheres* IN *AGENDE (Ações em Gênero, cidadania e desenvolvimento) – Curso Nacional de Advocacy Feminista em Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos/Marlene Libardoni (coord.) – Brasília: AGENDE, 2002*.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977 (História, Ciência, Sociedad;144)
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- LESSA, Sérgio. *Sociabilidade e Individualização*. Maceió: EDUFAL, 1995.
- MARX, Karl. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- MESQUITA, Marylucia; SANTOS, Silvana Mara de Moraes e RAMOS, Sâmya Rodrigues. *Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social*. IN *PRESENÇA ÉTICA*. Alexandra Monteiro Mustafá (Org.). Recife, PE: UNIPRESS Gáfica e Editora do NE Ltda., 2001.
- MESQUITA, Marylucia. *Orientação sexual: experiência privada, opressão privada e pública - Um desafio para os direitos humanos*. IN *Cdrom 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS): "Trabalho, Direitos e Democracia – Assistentes Sociais contra a Desigualdade"*. UERJ, 2001.

- _____. Lesbianidade e Feminismo: avanços e desafios para a efetivação de direitos. Texto publicado nos Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em Fortaleza/CE, no período de 17 a 22 de outubro de 2004.
- MESQUITA, Marylucia. Movimento de Mulheres Lésbicas no Brasil: Sinalizando algumas conquistas e desafios para o século XXI. Texto publicado na Revista Lábia do Galf – Grupo de Activistas Lesbianas Feministas. Terceira época. Nº 18, Lima, diciembre, 2004. site: www.galf.org
- _____. Movimento de Mulheres Lésbicas: Identidade política como negação da heterossexualidade compulsória. Artigo apresentado durante o XIII ENCONTRO DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO – REDOR, em Recife/PE, 2006.
- _____. (Organização e Texto). VI SEMINARIO NACIONAL DE LÉSBICAS (SENALE): “MOVIMENTO DE MULHERES LÉSBICAS COMO SUJEITO POLÍTICO: PODE E DEMOCRACIA” – Relatório Final. Grupo Curumim, 2006.
- MOSCOVICH, Cíntia. Duas iguais. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- NEPEDH. Direitos Humanos: Bandeira Cotidiana da Luta dos Movimentos Sociais pela Afirmação dos Direitos e da Diversidade IN Temporalis. ABPSS. Ano 3, nº 5. Brasília: ABEPSS, 2002
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. IN: Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.
- OLIVARES, Rosa. Por uma abordagem revolucionária da questão sexual. IN: Cadernos Democracia Socialista. Volume VIII. São Paulo: editora APARTE, 1989.
- PETCHESKY, Rosalind Pollack. Direitos Sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In Sexualidades pelo avesso – direitos, identidades e poder. Regina Barbosa e Richard Parker (org.). RJ: IMS/UERJ; SP: Ed. 34, 1999.
- RAIZER, Eugênia Célia. O estatal, o público e o privado e suas expressões na epidemia da AIDS. Tese de Doutorado. PUC/SP, 1997.
- SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O pensamento de esquerda e os limites da lua pela liberdade de orientação sexual. IN PRESENÇA ÉTICA. Nº 3. Recife: GEPE-UFPE, 2003.
- _____. O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual. UFPE: Tese de Doutorado, Recife, 2005.
- TONET, Ivo. Educação e Concepções de Sociedade. Revista Universidade e Sociedade. Volume 9, nº19. Brasília, 1999.
- WITTIG, Monique. La mente hetero. (Texto mimeo). EE.UU, 1978. “La mente hetero” es un discurso que su autora leyó en Nueva York durante el Congreso Internacional sobre el lenguaje moderno realizado en 1978 y dedicado a las lesbianas de EE.UU. Traducción de Alejandra Sardá de la versión en inglés de Mary Jo Lakeland y Susan Ellis Wolf. (febrero de 1996).

Deliberações



35º Encontro Nacional CFESS/CRESS

Deliberações aprovadas na Plenária Final

- I – Fiscalização
- II – Ética e Direitos humanos
- III – Formação Profissional
- IV – Seguridade Social
- V – Gestão Administrativo-Financeira
- VI – Comunicação
- VI – Relações Internacionais

ANEXOS:

- Carta de Vitória
- Carta aos candidatos a Presidente do Brasil
- Moções

I - Fiscalização Profissional

PROPOSTAS

1. Instituir um Código Processual de apuração de infração disciplinar (previsto no artigo 22 do Código de Ética Profissional).
2. Desenvolver estudos pela COFI nacional sobre a viabilidade de normatização para emissão de pareceres conjuntos entre assistentes sociais e profissionais de outras categorias, no âmbito sócio-jurídico e outros campos onde se desenvolvem ações interdisciplinares.
3. Orientar a categoria a remeter aos conselhos de direitos e políticas públicas, apreciação de situações que violem direitos de usuários, como forma de articulação com outras instituições de defesa de direitos.
4. Aprofundar discussões no seminário nacional das COFIS sobre:
 - a) A inscrição de não contratados para o cargo de assistente social. (cargos genéricos);
 - b) Sobre as condições de trabalho adequadas para o exercício profissional, contemplando os aspectos éticos-políticos e de instalações físicas e os quesitos: carga-horária, quantidade de profissionais versus demanda de trabalho, remuneração de forma a propiciar a qualidade do serviço prestado;
 - c) O uso indevido da expressão serviço social no sistema "S" (SESI, SESC, SESEF - Serviço Social das Estradas de Ferro, SENAR – Serviço Social dos Rodoviários);
 - d) Irregularidades identificadas pela fiscalização nos campos de estágios, bem como a normatização do número de estagiários por supervisor, estabelecendo uma interface com a ABEPSS para deliberações;
 - e) Práticas terapêuticas.
- (*) As sugestões para revisão da PNF serão sistematizadas pela COFI nacional e remetidas para a reunião ampliada da fiscalização.
5. Realizar o seminário nacional de capacitação das COFIS em 2007, assegurando a participação dos agentes fiscais, antecedendo a plenária ampliada CFESS/CRESS, que terá caráter deliberativo.
6. Construir uma agenda de trabalho em âmbito nacional, articulando com outros sujeitos sociais, para a discussão e elaboração de estratégias para a viabilização de concursos públicos: nos espaços sócio-ocupacionais em que se considere relevante à intervenção profissional, tais como: inss, cef; polícia rodoviária federal; ministério público, tribunal de justiça, justiça federal e demais órgãos do poder judiciário.
7. Manter o GT de elaboração do módulo de fiscalização do SISCAFW.

II - Ética e Direitos humanos

PROPOSTAS

1. Intensificar a aproximação com as Instituições de Ensino Superior/IES, oferecendo o Curso Ética em Movimento para os alunos concluintes do Curso de Serviço Social, e priorizando a participação do Agente Fiscal.
2. Confeccionar material áudio-visual referente às temáticas contemporâneas destacando o posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS. Exemplos: direitos sexuais e reprodutivos, orientação sexual.
3. Elaborar material de divulgação em parceria com a comissão de comunicação sobre o instrumento de desagravo público como mecanismo de defesa dos direitos dos assistentes sociais, destacando o seu caráter político.
4. Fortalecer ações de defesa dos direitos humanos, construindo uma agenda que contemple as temáticas de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, pessoas com deficiência, dentre outras, divulgando o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS publicamente, garantindo articulação e ações conjuntas com os movimentos de direitos humanos, contemplando a transversalidade nas políticas públicas.
5. Aprofundar o debate junto a categoria e construir posicionamento do conjunto CFESS/CRESS acerca da temática da igualdade racial;
6. Promover avaliação da Campanha de Orientação e Expressão Sexual até o final da gestão 2005-2008.
7. Dar continuidade a elaboração do compêndio sobre jurisprudência dos recursos éticos julgados pelo CFESS.
8. Elaboração do projeto da edição comentada do Código de Ética.
9. Aprofundar o debate do Conselho da Comunidade e fazer gestão junto ao legislativo para propor alteração do texto legal referente às finalidades, composição e papel do Conselho da Comunidade, previstos nos artigos 80 e 81 da Lei de Execução Penal, na direção de um Conselho de controle social, integrado por diversas organizações da sociedade, em defesa dos direitos de sentenciados e familiares, desatrelado do aparato estatal, na construção da transparência da gestão prisional. Constituído o Grupo de Trabalho com os seguintes CRESS: SP/ PR/ GO/ BA e o CFESS.
10. Realizar estudo de viabilidade para a criação dos núcleos de defesa de direitos humanos no CRESS, até o Encontro Nacional do Conjunto CFESS CRESS de 2007.
11. Lutar para aumentar o quadro funcional dos Tribunais de Justiça e Ministérios Públicos no tocante às equipes multidisciplinares.
12. Fortalecer a comissão de ética e direitos humanos; promovendo a articulação e ações conjuntas com os movimentos de direitos humanos; realizando campanhas nacionais de defesa dos direitos

humanos, priorizando o combate à discriminação e preconceitos, respeitando a diversidade.

RECOMENDAÇÕES

1. Apropriar-se da discussão da construção do sistema nacional de segurança e dos sistemas e internacional de proteção aos direitos humanos.
2. Articular com unidades de ensino e organizações de defesa dos direitos humanos, para contribuição na capacitação de assistentes sociais na política de defesa dos direitos humanos, dando ênfase a atividades e eventos no dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos) de cada ano.
3. Lançar cartaz sobre ética profissional como instrumento de apoio ao trabalho político-pedagógico dos CRESS.
4. Possibilitar que o Projeto Ética em Movimento, quando multiplicado pelos profissionais capacitados pelos CRESS, seja monitorado pelo multiplicador capacitado pelo CFESS.
5. Manter a realização do Curso Ética em Movimento, com ênfase na interiorização, e elaborar estratégias para capacitação do 4º módulo aos agentes multiplicadores que já participaram do curso.
6. Realizar debate sobre os dilemas éticos e bioéticos que se manifestam no cotidiano profissional.
7. Desenvolver estratégias coletivas frente à violação de direitos vivenciados pelos Assistentes Sociais no seu exercício profissional, fomentando a interlocução com outras categorias profissionais.

III - Formação Profissional

PROPOSTAS

1. Aprofundar estudos e estratégias em torno do exame de proficiência como condição para habilitação profissional – dentre estas estratégias, a serem desenvolvidas em aliança com unidades de ensino, ABPESS, ENESSO e outros conselhos profissionais, estarão realizando:
 - 1) Levantamento dos projetos de lei em andamento e de sua situação atual, bem como possibilidades jurídicas para sua eventual implementação;
 - 2) Divulgando as posições existentes;
 - 3) Realizando assembléias nos estados e, onde possível, plenárias regionais;
 - 4) Deliberando no encontro nacional CFESS/CRESS a ser realizado no terceiro trimestre de 2007.

O resultado destas ações deverá ser encaminhado ao CFESS.

2. Estabelecer agenda entre entidades nacionais (CFESS, ABEPSS, ENESSO) de debates e lutas em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade e contra a banalização, mercantilização, precarização e massificação da formação profissional por meio de uma campanha nacional em defesa da qualidade da formação profissional, com as seguintes estratégias:

- a) Desencadear, em caráter de emergência, ações efetivas para se contrapor aos cursos de graduação à distância em serviço social por não contemplarem a qualidade da formação para o exercício profissional, tais como:
 - divulgação ampla do manifesto já aprovado;
 - publicar nota em jornais de grande circulação, através da qual o conjunto CFESS/CRESS torne público seu posicionamento contrário aos cursos de graduação à distância;
- b) Desencadear estratégia de fiscalização, promovendo discussões entre as entidades da categoria (ABEPSS/ENESSO/CFESS) tendo em vista a realização de visitas às unidades de ensino, com ênfase no estágio em serviço social, recuperando o parecer sobre a supervisão direta e estágios de extensão;
- c) Realizar e publicar análise prospectiva sobre as implicações do crescimento do ensino privado na formação e no exercício profissional;
- d) Buscar alianças junto aos demais sujeitos: associações de docentes, outros conselhos federais de profissões regulamentadas, ministério público, movimento estudantil e outros que comunguem da contraposição dos cursos de graduação à distância;
- e) Desenvolver lutas junto ao e aos avaliadores pelo comprometimento com as diretrizes curriculares da ABEPSS, estabelecendo agenda de discussão e monitoramento;
- f) Defender a ampliação de vagas no ensino público superior em contraposição à reforma universitária combatendo a transferência de verba pública para compra de vagas em universidades privadas, vide PROUNI;
- g) Realizar levantamento junto aos CRESS, aprofundando o conhecimento da estrutura dos cursos de graduação em serviço social a distância, em articulação com ABEPSS e ENESSO, quanto ao seu funcionamento (locais, instituições responsáveis, profissionais envolvidos, número de turmas existentes) e à qualidade dos aspectos pedagógicos, para orientar o exercício da fiscalização desses cursos no que diz respeito às determinações expressas nos art. 4 e 5 da lei 8662/93, mantendo o CFESS informado.

3. Criar estratégias e articular com as unidades de ensino, ABEPSS e ENESSO ações voltadas para implantação da política de educação permanente dos assistentes sociais, a partir das demandas apresentadas aos CRESS e ao CFESS.
4. Dar continuidade ao curso de especialização à distância do CFESS/ABEPSS com uma maior diversidade de temáticas.
5. Estimular a rearticulação dos fóruns de supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre o CRESS, as unidades de ensino e as instituições campos de estágio.
6. Atualizar e socializar o resultado da discussão e o mapeamento das residências em serviço social, com orientação para os CRESS.

RECOMENDAÇÃO

1. Elaborar em conjunto com ABEPSS, ENESSO e ALAITES um novo documento que aprofunde as análises críticas ao processo de expansão do ensino de graduação a distância manifestando-se de forma contrária a tal expansão.

IV - Seguridade Social

PROPOSTAS

1. Articular forças no âmbito do CNS e do FENTAS, de modo a exigir a reedição da portaria 1.065/gm/ms de 04/07/2005, que cria os núcleos de atenção integral à saúde da família e fomentar o debate no âmbito dos CRESS para que estes acompanhem sua execução local, tendo em vista que se caracterizam como estratégias de fortalecimento dos princípios e diretrizes do sus, com o aprofundamento dos debates sobre a política de humanização do sus e o pacto pela saúde.
2. Articular junto à União, Estados, DF, municípios, e respectivas instâncias de controle social e FENTAS, a inclusão do profissional de serviço social nas equipes mínima do programa de saúde da família.
3. Participar e acompanhar o processo de implementação do sistema único de assistência social/SUAS, entendendo e defendendo que sua exequibilidade requer:
 - a) Aumento real de recurso nas três esferas de governo e com pisos nacionais condizentes com os custos dos serviços sócio assistenciais.
 - b) Fortalecimento dos conselhos e fóruns de assistência social, pelo conjunto CFESS/CRESS, e incentivo à participação dos usuários;

- c) Consolidação da regulamentação do art. 3º da LOAS feita pelo CNAS.
 - d) Inserção do BPC no SUAS, a ser gerido pelo MDS, e revisão de critérios que restringem sua abrangência: *per capita*, conceito de pessoa com deficiência e revisão bianual conforme deliberação da V Conferência Nacional de Assistência Social;
 - e) Educação permanente de trabalhadores, gestores e conselheiros.
 - f) Pautar discussão sobre a regulamentação dos benefícios eventuais.
4. Realizar um balanço crítico do SUAS e da NOB-RH no âmbito da seguridade social, por meio da seguinte agenda:
 - a) Desencadear ação política e encontros dos assistentes sociais nos eventos realizados pelo CNAS e MDS.
 - b) Realizar debates locais e regionais sobre o SUAS, pelos CRESS envolvendo outras categorias profissionais da assistência social.
 - c) Assegurar o balanço do SUAS nos descentralizados, no encontro nacional CFESS/CRESS e no congresso brasileiro de assistentes sociais de 2007.
 - d) Formular um documento final, com um posicionamento sobre o SUAS, a ser encaminhado aos gestores e difundido nacionalmente.
 5. Acompanhar o processo de elaboração/aprovação da NOB/RH-SUAS pelo CNAS, defendendo a inclusão das sugestões aprovadas no encontro nacional CFESS/CRESS.
 6. Constituir um GT no Encontro Nacional CFESS/CRESS 2006, composto por 01 representante de cada região do CRESS e representante do CFESS, num prazo de 30 dias, para cada região encaminhar o nome para o CFESS, para intensificar o acompanhamento do processo de normatização do serviço social na educação, construindo parâmetros nacionais a partir de levantamentos (do que existe) enviados pelos regionais ao CFESS, bem como fazer gestões na perspectiva de arquivamento do PL N° 837/2003.
 7. Fazer estudos para a criação de um índice que revele o risco social no Brasil, polarizando com os índices de risco do capital, a exemplo do risco país.
 8. Fazer campanha nacional em defesa de concurso público para assistente social, considerando:
 - a) Determinação judicial de elaboração de estudos sociais e emissão de parecer pelo assistente social nos âmbitos do Ministério Público, do Judiciário – nas esferas nacional e estaduais – e nos Juizados Previdenciários;

- b) Implantação da NOB-RH do SUAS que demanda concurso público, garantindo quadros próprios de trabalhadores.
 - c) Concretização dos direitos previdenciários (INSS E Ministério da Previdência);
 - d) As peculiaridades regionais e dos campos de atuação profissional;
 - e) A importância do profissional na composição da equipe técnica social nos programas de desenvolvimento urbano e habitacional da Caixa Econômica Federal.
9. Encaminhar e divulgar a carta aprovada no 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS aos candidatos à presidência da república.
 10. Reafirmar o perfil profissional presente no Código de Ética Profissional, na lei de regulamentação da profissão e nas diretrizes curriculares dos cursos de serviço social, recuperando a atuação profissional do assistente social na perspectiva das diversas políticas sociais, combatendo a restrição de sua atuação à política de assistência social, bem como evitando a confusão entre serviço social e assistência social numa ação conjunta com a comunicação.
 11. Elaborar e aprovar a carta de vitória no 35º encontro nacional CFESS/CRESS, a ser encaminhada à presidência da república e à sociedade em geral, sinalizando os desafios colocados hoje, quando comemoramos 70 anos do Serviço Social no Brasil e contemplando:
 - a) Necessidade de alterar a política econômica do governo federal, particularmente, o fim da transferência de verbas das políticas públicas para efeitos de superávit primário;
 - b) Reafirmação dos valores e princípios do projeto ético-político profissional;
 - c) Denúncia da precarização da formação profissional e expansão acelerada dos cursos de serviço social, privados presenciais e à distância;
 - d) Desafios ao trabalho do assistente social no âmbito do suas e das políticas sociais.
 12. Fortalecer o serviço social na previdência, com vistas, inclusive, às determinações da NOB/SUAS com relação aos benefícios assistenciais, de modo a contemplar:
 - a) Realização de concurso público para assistente social;
 - b) Acompanhamento do processo de restabelecimento dos instrumentos técnicos do serviço social junto ao INSS (parecer social, recursos sociais, etc);
 13. Propor moção ao 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS, a ser enviada ao prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, sobre a situação específica da Secretaria Municipal de Assistência Social deste município (CRESS/RJ apresentará).

14. Realizar seminários estaduais nas diversas áreas de atuação de acordo com as demandas.
15. Adotar estratégias políticas que divulguem a posição do conjunto sobre a representação dos CFESS/CRESS nos conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos considerando fundamentação jurídica que descaracteriza o CFESS/CRESS como representação governamental; e a previsão na legislação profissional que caracteriza a representação de trabalhadores e de defesa de direitos, potencializando a participação do conjunto CFESS/CRESS nos vários espaços de controle social (conselhos de direitos e fóruns de políticas públicas), por meio de:
 - a) Mapeamento, acompanhamento e avaliação das representações do conjunto CFESS/CRESS nos conselhos de políticas públicas;
 - b) Realização de encontros estaduais de assistentes sociais com assento nos conselhos, com o objetivo de ampliar e capacitar a categoria, discutindo os critérios de indicação das representações e os instrumentais de acompanhamento, socialização e monitoramento dessas representações, remetendo a discussão para os encontros descentralizados e nacional;
 - c) Capacitação e fortalecimento de representação da categoria nos conselhos de políticas e direitos com enfoque no controle e acompanhamento da execução orçamentária nas três esferas de governo.
16. Desenvolver atividades de âmbito nacional tendo em vista a defesa da ampliação do conteúdo da seguridade social.
17. Manter debate no âmbito dos conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente sobre o Projeto de Lei nº 1756/2003, de autoria do deputado federal João Matos, que dispõe sobre a lei nacional de adoção e dá outras providências, propagando campanha que denuncie para a sociedade o seu teor discriminatório.
18. Indicar a realização, durante os congressos brasileiros de assistentes sociais, de atos públicos “de rua”, levando as posições da categoria para a população do local onde o evento se realiza (em contraposição aos atos fechados, no local do congresso, que vêm sendo atualmente realizados).

RECOMENDAÇÕES

1. Fortalecer a articulação com movimentos populares, potencializando o protagonismo do usuário nos conselhos de políticas públicas, no sentido de construir agenda conjunta para defesa dos direitos.
2. Defender a utilização de referendos e plebiscitos como forma de radicalizar a democracia.

3. Reafirmar a importância da criação de fóruns de seguridade social, em médio prazo, em articulação com os colegiados de conselhos profissionais estaduais e nacional e movimentos sociais organizados.
4. Realizar com a categoria discussões sobre os desafios para o exercício profissional na implantação do suas, através de oficinas regionalizadas.
5. Continuar a articulação e mobilização da categoria junto aos parlamentares e sociedade expressando a posição do conjunto CFESS/CRESS em defesa do estatuto da criança e do adolescente, em especial no que diz respeito a:
 - a) Não alteração da idade de responsabilidade penal;
 - b) Acompanhar e monitorar a implantação do SINASE
6. Estimular estudos, mapear as práticas e sensibilizar a categoria dos assistentes sociais para a transversalidade das questões ambientais, urbanas e agrárias em todas as políticas públicas, através de debates e acompanhamento sistemático da atuação profissional nestas áreas e com populações tradicionais, contemplando a discussão sobre a importância de instituir mecanismos de proteção à propriedade intelectual dos conhecimentos dessas populações e formando uma rede (internet, encontros etc.) de discussão sobre a questão ambiental na região.
7. Divulgar junto a categoria e acompanhar a implantação do sistema nacional de habitação de interesse social aprovado sob a Lei 11.124 de 16/06/2005.
8. Dar continuidade à mobilização, juntamente com outras categorias profissionais, em contraposição ao ato médico.
9. Firmar posição contrária à reedição dos fundos de solidariedade, uma vez que ferem frontalmente o comando único da gestão da política pública de assistência social, efetivando representações junto ao Ministério Público Federal e Estaduais.
10. Defender nos espaços de representação o controle social sobre as verbas oriundas das emendas parlamentares carimbadas, no sentido de que suas destinações sejam submetidas à deliberação dos conselhos de políticas públicas.
11. Participar nos debates sobre a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial, articulando com outras entidades e conselhos profissionais.
12. Manter a discussão sobre a importância do controle social no conselho de previdência social, enfatizando seu caráter deliberativo e paritário.
13. Contribuir no processo de capacitação de conselheiros de direitos, de políticas públicas e de conselho tutelar para o exercício do controle social e garantia de direitos.
14. Defender a seguridade social como amplo e universal sistema de direitos sociais, conforme art. 6º da Constituição Federal, com finan-

ciamento baseado nos lucros do capital e gestão participativa, submetida ao controle da sociedade.

15. Firmar posição contrária aos fundos públicos paralelos e sem controle social, uma vez que ferem frontalmente o comando único da gestão da política pública de assistência social.

V - Gestão Administrativo-Financeira

PROPOSTAS

1. Criar mecanismos para debater e socializar as informações acerca dos encaminhamentos das ações das comissões de inadimplência dos regionais.
2. Desencadear estudo do perfil do inadimplente em cada regional tendo como objetivo mapeamento da inadimplência por regiões geográficas, divulgando os índices através dos meios de comunicação dos conselhos regionais, bem como através de ações de interiorização junto aos assistentes sociais, destacando as dificuldades geradas pela inadimplência no que se refere ao cumprimento do planejado e ações do papel precípua.
3. Estabelecer ação educativa e fiscal no sentido de esclarecer a importância das anuidades, conseqüências do não pagamento, bem como notificação de cobrança no início de cada ano aos profissionais inadimplentes no exercício anterior, com a revitalização da comissão de inadimplência, socializando os resultados das ações nos encontros descentralizados e nacionais.
4. Monitorar mensalmente o número de profissionais ativos não pagantes por região geográfica, viabilizando monitoramento das ações da gestão, divulgando análise desses resultados através dos meios de comunicação internos, para a categoria profissional.
5. Finalizar estudos de avaliação até junho de 2007 para subsidiar as discussões dos próximos encontros descentralizados sobre:
 - a) A resolutividade do sistema "implanta", custos, viabilidades e vantagens de continuidade para o conjunto CFESS/CRESS, a partir do estudo já realizado em 2004; e
 - b) Os custos para implantação de um sistema livre, viabilidades e vantagens para o conjunto CFESS/CRESS.
6. Corrigir em 4% (IPCA/IBGE - setembro de 2006) o patamar máximo e mínimo das anuidades do exercício de 2006 a serem praticadas em 2007, para pessoa física, conforme resolução a ser expedida pelo CFESS, mantendo o parcelamento da anuidade em até 06 (seis) meses sem juros, a contar de janeiro. Data de vencimento das parcelas da anuidade: do dia 05 ao dia 10 do mês subseqüente.

7. Corrigir em 4% (IPCA/IBGE – setembro de 2006) a anuidade do exercício de 2006 a ser praticada em 2007, da pessoa jurídica. Data do vencimento da anuidade: do dia 05 ao dia 10 do mês subsequente.
8. Manter os valores de taxas e emolumentos praticados em 2006, bem como das demais condições, em conformidade com a resolução 447/2003.
9. Estabelecer descontos de 15%, 10% e 5% sobre o valor da anuidade quando paga em parcela única nos meses de janeiro, fevereiro e março, respectivamente;
10. Manter o fundo de apoio aos CRESS até a plenária ampliada de março de 2007, quando serão discutidos os novos critérios de acesso ao mesmo, ficando mantida a mesma comissão gestora, alterando o prazo de acesso ao fundo para 31 de dezembro de 2006.

RECOMENDAÇÕES

1. Divulgar anualmente relatórios de atividades, planos de metas e balanços orçamentários dos CRESS de todo o Brasil e do CFESS na página eletrônica do Conselho Federal (interface com a comunicação).
2. Que o primeiro encontro nacional CFESS/CRESS, no início de cada gestão, seja realizado em Brasília, a fim de possibilitar a participação de um número maior de delegados.
3. Solicitar aos assessores contábeis que, a cada final de exercício dos CRESS, providenciem certidões negativas de débitos, anexando prestação de contas.
4. Estabelecer diretrizes para uma política de recursos humanos que oriente o conjunto sobre plano de cargos e salários e qualificação profissional, respeitando as especificidades regionais.
5. Que os CRESS encaminhem ao CFESS o levantamento da legislação existente, sobre a liberação dos conselheiros para o exercício de suas atividades no conselho e após sistematização o CFESS encaminhe aos CRESS para subsidiar as ações políticas.

VI - Comunicação

PROPOSTAS

1. Manter a publicação da Revista Inscrita com custo mais acessível que facilite sua distribuição com regularidade.
2. Promover capacitação técnica e prática para aperfeiçoar a comunicação do assistente social com a sociedade e a mídia, tendo como público prioritário os conselheiros.

3. Garantir a transparência das ações do conjunto CFESS/CRESS para além da publicação de seus balancetes financeiros nos materiais das entidades.
4. Realizar, no mês de janeiro, uma consulta aos CRESS para definição dos temas para o dia do assistente social.
5. Produção de material de divulgação (cartilha nacional do assistente social, DVDS, e vídeo institucional) para a visibilidade da profissão a nível nacional que contemple o que é o conjunto CFESS/CRESS e quais as instâncias deliberativas e de participação, rotinas administrativas, entre outras, voltada aos usuários, empregadores e a sociedade.
6. Divulgar nos meios de comunicação interna dos CRESS a profissão e a lei de regulamentação, destacando as experiências relativas à supervisão direta de estágio em serviço social e seus desdobramentos, com interface nas comissões COFI e de formação profissional.
7. A partir dos resultados do seminário nacional de comunicação, redimensionar, ampliar e reafirmar a política nacional de comunicação do conjunto CFESS/CRESS, dando-lhe visibilidade interna e externa através das seguintes ações:
 - a) Debates, eventos;
 - b) Publicação de brochura para a divulgação interna e externa;
 - c) Publicação nos meio eletrônicos;
 - d) Publicizar os procedimentos políticos do conjunto nos meios de comunicação de massa e alternativos;
 - e) Difundir tais posicionamentos nos espaços das entidades representativas, movimentos sociais e outros parceiros do projeto ético-político;
8. Contratar assessoria de comunicação social para os CRESS.

RECOMENDAÇÕES

1. Utilizar as pesquisas realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS sobre o perfil profissional dos assistentes sociais na definição e ampliação dos conceitos na perspectiva do projeto ético-político na produção de materiais de comunicação, de acordo com o público alvo e demais demandas.
2. Realizar ações permanentes para fortalecer o conjunto CFESS/CRESS junto ao seu público-alvo, o assistente social, e a sociedade, entendendo a instituição como responsável pela valorização e crescimento da profissão e garantia da qualidade dos serviços prestados à sociedade, com os custos compartilhados pelo conjunto.
3. Ao buscar patrocínios, subsídios financeiros e/ou fontes alternativas de financiamento do jornal/boletim informativo, eventos e encontros,

- o conjunto CFESS/CRESS deve avaliar se os patrocinadores se coadunam com os fundamentos do projeto ético-político profissional.
4. Articular a mídia para discussão da ética e direitos humanos, bem como usar espaço do jornal dos CRESS e “sites” para publicar questões que denunciem a violação dos direitos humanos.
 5. Estimular os profissionais a produzirem e divulgarem produções técnico-científicas e relatos de experiências em:
 - a) Jornais e revistas;
 - b) Atividades e eventos organizados pelos CRESS, inclusive em locais públicos; e
 - c) Sites e informativos dos CRESS.
 6. Implementar a prática de divulgação de clipping, periódico, com matérias relacionadas ao exercício e a formação profissional.
 7. Utilizar os meios de divulgação do CRESS (site, informativo) para expor informações e orientações que estimulem o respeito aos direitos humanos e a efetivação das políticas públicas.
 8. Garantir o tema “a visibilidade do serviço social e a política de comunicação do conjunto CFESS/CRESS como pauta de todos os encontros descentralizados, recomendando a presença de profissionais de comunicação nesses espaços.
 9. Potencializar a utilização da internet como mecanismo da política de comunicação do conjunto CFESS/CRESS garantindo as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência (criação, manutenção e articulações de sites, boletins eletrônicos, links de acesso a temas específicos, documentos das gestões anteriores entre outros), desenvolvendo ações estratégicas sistemáticas junto à categoria sobre a inclusão digital.

VI - Relações Internacionais

PROPOSTAS

1. Intensificar estratégias (exemplo: fórum de debates sobre o tema, para além do Encontro Nacional CFESS/CRESS) para que o acúmulo existente no âmbito do CFESS seja socializado com os CRESS's e toda a categoria, de forma a instrumentalizá-la para interferir em tal debate e nas decisões a ele afins.
2. Inserir nos Encontros promovidos pelo Conjunto CFESS/CRESS o debate sobre as relações internacionais, enfatizando as possibilidades de intercâmbio do Serviço Social brasileiro com os países do Mercosul e importância de mobilização da categoria para participar da Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores

- Sociais, a ser realizada em Salvador, BA, no período de 16 a 19 de agosto de 2008.
3. Organizar uma agenda de eventos na América Latina com a Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais e o Comitê Mercosul e ALAEITS.
 4. Envolver o Conjunto CFESS/CRESS em uma campanha de mobilização e articulação política e apoio financeiro com outros organismos e instituições, visando a Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais, a ser realizada em Salvador, BA, no período de 16 a 19 de agosto de 2008.
 5. Produzir material com análise crítica sobre a definição de Serviço Social da FITS convidando pessoas de referência na categoria a produzir textos que a problematizem, tendo em vista a preparação da Conferência Mundial de 2008, assegurando um discurso pedagógico no material a ser produzido.

RECOMENDAÇÕES

1. Estudar viabilidade de criação de Comissões Temáticas de relações internacionais nos CRESS.
2. Possibilitar discussão do CFESS com os CRESS no sentido de identificar estratégias que viabilizem a apropriação do debate sobre relações internacionais, pelos regionais e pelo conjunto da categoria.
3. Estimular as unidades de ensino seus núcleos de pesquisa, ABPESS para produção de materiais que possibilitem o debate acerca da definição do serviço social da FITS socializando o acúmulo teórico do SS brasileiro.
4. Articular a crítica à definição do Serviço Social da FITS com os países latino-americanos, da África e demais que se identificam com a concepção brasileira.

ANEXOS

Carta de Vitória
Carta aos candidatos a Presidente do Brasil
Moção de Apoio

CARTA DE VITÓRIA

Neste ano de 2006 estamos comemorando os 70 anos do Serviço Social no Brasil. Em 1936 foi fundada a primeira unidade de ensino, em São Paulo. Nascemos como uma requisição da dinâmica social: o acirramento das expressões da questão social, com o incremento da industrialização brasileira e das respostas das classes e do Estado à desigualdade social. Desde fins dos anos 60 uma forte inquietação sacode as hostes profissionais: a identidade com as lutas dos trabalhadores e a imperiosa necessidade de estabelecer novos vínculos históricos na sociedade brasileira, rompendo com um passado ligado ao assistencialismo e a integração social. Em 1979, esse processo explode no Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais, que reorienta o evento para a luta em defesa da democracia e da justiça social no Brasil.

Desde então a profissão vem avançando significativamente em grandes conquistas e culminando na década de 90 na construção coletiva do seu projeto ético-político identificado com a emancipação humana. Ao longo dos últimos 30 anos temos estabelecido alianças com as classes subalternizadas tendo em vista a radicalização da democracia no Brasil, compreendida como a luta pela socialização da política e da riqueza socialmente produzida.

Contudo, essas lutas manifestam-se hoje em um cenário mais complexo e desafiador, marcado pela barbarização da vida social, das contrarreformas neoliberais, da reestruturação produtiva, do desemprego estrutural e a fragmentação do mundo do trabalho, que marcam o capitalismo maduro. Tal contexto, longe de propiciar ao país melhores condições de vida e trabalho, corrobora com o aumento da pobreza, da miséria e da violência no cotidiano da vida das maiorias. Para nós, democracia significa

participação política e acesso aos bens materiais e culturais, o que está claramente ameaçado pela persistência das políticas neoliberais em curso no país, como parte de um projeto de inserção passiva na economia mundial.

Pelo exposto, os assistentes sociais delegados ao 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS reunidos em Vitória – Espírito Santo, entre os dias 7 e 10 de setembro e representando um contingente de cerca de 63 mil trabalhadores de todo país, manifestam suas principais preocupações nesse momento:

- 1 – A necessidade urgente de reorientar a política econômica no sentido de favorecer os interesses nacionais e as demandas da maioria da população ao contrário de transferir os recursos públicos para o capital financeiro o que penaliza o emprego, os direitos e a renda;
- 2 – A premência de frear a precarização da formação profissional que vem ocorrendo por meio da expansão acelerada de cursos de Serviço Social privados, presenciais e a distância, bem como o criminoso sucateamento da universidade pública, que têm fortes implicações para a qualidade dos serviços prestados à população;
- 3 – A urgência de realizar investimentos consistentes nas políticas sociais, rompendo com a orientação focalista e seletiva das mesmas e instituindo um quadro efetivo de trabalhadores do setor público.

Vitória – Espírito Santo, 10 de setembro de 2006
Conselho Federal de Serviço Social
Conselhos Regionais de Serviço Social

CARTA AOS CANDIDATOS A PRESIDENTE DO BRASIL

Os assistentes sociais brasileiros, reunidos em Vitória - Espírito Santo, nos dias 07 a 10 de setembro de 2006 em seu 35º Encontro Nacional,

CONSIDERANDO:

- Que o momento eleitoral é imprescindível na democracia para o debate e construção de um projeto de nação, e deve se pautar no debate político e ético, tendo em vista propiciar saltos de qualidade na participação cívica e nas condições efetivas de vida e trabalho de todos os brasileiros.
- Que desde 1990 temos convivido com a ofensiva neoliberal no Brasil, com todas as suas implicações: desestruturação do Estado, destruição dos equipamentos públicos, perda de direitos e respostas à questão social por meio de políticas focalistas e seletivas com baixa efetividade, privatizações, crescimento do desemprego, da precarização do trabalho, da concentração de renda e riqueza e ampliação da desigualdade social, entreguismo e submissão aos interesses do mercado financeiro internacional. Essa direção exacerbou as manifestações da questão social no Brasil, que ganharam contornos expressivos na violência endêmica, na miséria, na barbarização da vida social;
- Que nos últimos anos, apesar das expectativas da maioria da sociedade por uma mudança de rumos e ruptura com tal lógica neoliberal, manteve-se a continuidade da direção política dos anos anteriores, em consonância com o que há de essencial nesses mecanismos a

exemplo de: ampliação do superávit primário em detrimento dos investimentos e de um financiamento consistente das políticas sociais; de altas taxas de juros; de ausência de reformas democráticas e redistributivas; continuidade das contra-reformas da previdência, tributária, universitária, trabalhista e sindical, que reduzem direitos; a manutenção de práticas políticas que não modificaram a cultura de apropriação privada da esfera pública, e do clientelismo;

- Que essa opção continuísta e pragmática não impediu algumas inovações e conquistas, que se deram a partir do acúmulo de anos de luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Tais conquistas contaram com a contribuição de quadros técnicos e políticos do Estado, com compromissos republicanos. No entanto, a força da mudança não tem conseguido impor derrotas às escolhas neoliberais;
- Que não tem ocorrido um aprofundamento satisfatório da participação democrática e da socialização da política, numa perspectiva emancipatória. Pelo contrário, alimenta-se o descrédito na política e na organização coletiva como forma de alteração da correlação de forças.

Propõem para o Brasil outras escolhas e a aposta na política como caminho de construção de um novo modelo societário baseado nos princípios ético-políticos profissionais, donde se destacam:

- Uma nova política econômica, que efetive o aprofundamento da democracia, compreendida como socialização da riqueza socialmente produzida. Isso pressupõe o fim do superávit primário; uma reforma tributária que aponte impostos progressivos sobre o lucro e que amplie efetivamente os recursos destinados para as políticas sociais; uma política de crescimento geradora de emprego e que potencialize as vocações nacionais e respeite o meio ambiente, de forma soberana em relação ao mercado financeiro internacional.
- Políticas públicas que garantam o acesso universal aos diversos direitos humanos e sociais, e que se pautem pela participação e controle social pelos setores populares. Isso significa investir e articular um sistema ampliado de seguridade social nos termos do ART.6º da CF, capazes de romper com políticas compensatórias e seletivas.
- Uma política de educação que reforce o ensino público, gratuito laico e de qualidade em todos os ciclos.
- Uma política de comunicação e cultura que democratize o acesso, a produção e a veiculação da informação e do conhecimento;

- Uma efetiva reforma agrária;
- Ações e políticas que viabilizem a eliminação de qualquer tipo de discriminação ou preconceito de classe social, religião, nacionalidade, gênero, etnia, expressão e orientação sexual, idade e condição física.

Conclamamos as candidaturas ao cargo público máximo do país a refletirem acerca dessa direção estratégica, que só será possível com uma ruptura firme e soberana com os parâmetros econômicos e políticos do neoliberalismo. Para nós, essa escolha é fundamental para a construção de um Brasil justo e democrático.

Vitória - Espírito Santo, setembro de 2006
Conselho Federal de Serviço Social
Conselhos Regionais de Serviço Social

MOÇÃO DE APOIO

Nós, Assistentes Sociais reunidos no 35º Encontro Nacional CFESS/ CRESS nos dias 07 a 10 de setembro de 2006, manifestamos nosso apoio aos professores das Universidades Estaduais do Ceará UECE e UVA que desde o dia 07 de junho encontram-se em greve por melhores condições de vida e trabalho reafirmando a luta por uma Universidade Pública gratuita e de qualidade.

Vitória (ES), 10 de setembro de 2006.
Conselho Federal de Serviço Social
Conselhos Regionais de Serviço Social

MOÇÃO DE REPÚDIO AO SIMAS

Nós, participantes do 35º Encontro Nacional CFESS/ CRESS, realizado nos dias 07 a 10 de setembro de 2006 em Vitória – Espírito Santo, vimos repudiar a concepção do Sistema Matricial de Assistência Social (SIMAS) e seu atual gestor, que é a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tal repúdio fundamenta-se nos seguintes elementos:

- Na sua concepção equivocada de seguridade social uma vez que considera assistência social todas as áreas em que o assistente social atua;
- O referido Sistema vem na contramão do debate contemporâneo do Serviço Social, o qual avançou no entendimento do objeto da profissão enquanto “questão social”, nas suas múltiplas expressões e, portanto, não se reduz, exclusivamente, a uma única política social – no caso, a Assistência Social;
- A disponibilização aos assistentes sociais de péssimas condições e relações de trabalho.

Dessa forma, publicamente, manifestamos nosso repúdio à concepção de assistência social do SIMAS, ao seu atual gestor, e à concepção equivocada de Serviço Social.

Vitória – Espírito Santo, 10 de setembro de 2006.

Conselho Federal de Serviço Social
Conselhos Regionais de Serviço Social

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os (as) assistentes sociais reunidos em Vitória do Espírito Santo nos dias 07 a 10 de setembro de 2006, preocupados com as inserções de rádio e TV apresentadas nos programas eleitorais relativos à defesa da pena de morte e que vem estimulando a barbarização da vida social. Vem a público repudiar tais atitudes e defender o amplo direito à vida como direito inviolável.

Vitória (ES), 10 de setembro de 2006.
Conselho Federal de Serviço Social
Conselhos Regionais de Serviço Social



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL